

casamentos ou da busca de emprego e se puderem, apagam sua indianidade como forma de salvaguarda e segurança quando estão nos centros urbanos

O processo em que os Mura passam a falar, a se vestir, a se divertir, a viver enfim como os regionais/outro, é um fenômeno histórico em curso, e pode ser pensado no contexto estratégico para diminuir a possibilidade latente de confronto com os regionais/ribeirinhos. Os Mura, ainda que de forma não consciente, têm construído para si uma imagem de pacíficos, daqueles que não se utilizam da violência para a solução de seus problemas.

Os Mura estão sendo lentamente introduzidos ao discurso da indianidade, e construindo representações de uma imagem indígena tendo em vista a obtenção de uma maior visibilidade ou reconhecimento de direitos específicos. Durante os trabalhos de campo fizeram questão de nos mostrar suas roças, marcando que os Mura são trabalhadores. Durante o levantamento em área, sempre procuravam afastar qualquer reivindicação de terra que pusesse em xeque as relações “pacíficas” construídas com os regionais/ribeirinhos. Posição muito diferente quando o que estava em jogo eram as relações internas da comunidade em relação a forma de ocupação e usufruto dos recursos naturais. O discurso de que “*os indígenas são os defensores do meio ambiente*” vem sendo adotado como uma postura a ser introjetada pelo que deve ser o modo de vida dos Mura.

O compromisso com a “proteção ambiental” tem sido um poderoso veículo organizatório, a armação interna das relações de produção, a garantia da posse plena de um território condicionada pelo acesso e forma de exploração dos recursos ambientais como recursos econômicos.

Assim, um dos marcadores que vem sendo incorporados como constitutivos do ser Indígena, Mura, é a preocupação com a proteção ao meio ambiente. Este compromisso vem se constituindo como um elemento diferenciador em quem quer ser índio, e viver como índio. Viver como índio não é viver nu, como os antigos viviam, é não vender madeira, não vender caça, respeitar a época da pesca, não permitir a entrada dos pescadores de fora. (Ladeira, 2009 FUNAI RCDI Vista Alegre)

Por isso o “ser índio” pode ser, por vezes, um fardo, por impor uma restrição da exploração dos recursos naturais nos moldes regionais.

Entretanto a proximidade com a Reserva Extrativista do Lago Capanã Grande, que faz limite com a TI Lago Capanã, tem sido motivo de tensão entre os moradores da RESEX e desta TI como em relação as demais comunidades Mura do Lago Capanã quanto a forma e modo de utilização dos recursos naturais.

5.3 Padrão de ocupação e relações multicomunitárias

A extensiva presença dos Mura no sistema hidrográfico do rio Madeira confirma um padrão de moradia histórico que dá preferência ao habitar ribeirão disperso em núcleos familiares. A concentração Mura em aldeias data provavelmente do início do século XX, a partir das intervenções do SPI (AMOROSO, 1999). As aldeias contemporâneas são formadas por conjuntos de casas que, via de regra, não ultrapassa trinta unidades, dispostas nas terras altas ao longo dos lagos ou dos igapós principais.

No caso dos Mura do lago do Capanã a variação é de um mínimo de 07 casas (comunidade Bom-Que-Dói) e um máximo de 25 casas (comunidade Igarapé Grande), todas de frente para o lago do Capanã. A comunidade Palmeira que está na TI Lago Capanã possui 22 casas.

Ao longo de sua vida um indivíduo Mura chega, por vezes, a construir mais de dez casas em um mesmo território (AMOROSO, 1999), o que significa uma forma de exercer o controle deste e de recriar suas relações de aliança. As habitações, em geral, formam conjuntos segmentares que delinham unidades familiares em torno de um núcleo formado pelas mulheres mais velhas da aldeia. O grau de

proximidade e troca entre os moradores e as aldeias Mura é determinado por afinidades baseadas no parentesco e na vida política. Os arranjos políticos envolvem na maioria das vezes acordos no aproveitamento dos recursos naturais de área mantida sob a influência das lideranças das aldeias principais.

Ao contrário do aparente isolamento em que vivem, os Mura estão envolvidos em amplas redes de relações multilocais que extrapolam os limites da aldeia e da Terra Indígena. Participam desta rede não apenas os moradores das comunidades Mura, como também os parentes que vivem nos municípios da região, no caso Manicoré e Humaitá e inclusive Porto Velho e Manaus.

Neste sentido a análise da genealogia em anexo (**Anexo 3**) aponta a quantidade de indivíduos nascidos nas comunidades Mura do lago Capanã e Baetas que residem nesta cidades, e que servem como apoio para os que ficaram, quando da necessidade de atendimento a saúde, continuidade de estudos, ou mesmo como suporte quando da necessidade de trabalhos ocasionais como fonte de renda.

Nem sempre o reconhecimento jurídico/administrativo de uma TI contempla, per si, a totalidade desta rede de relações sociais extensivas a várias comunidades, como é o caso dos Mura da TI Lago Capanã e TI Ariramba e a totalidade das áreas de usufruto e exploração de recursos naturais.

Mas é a garantia deste fluxo que permite que esta rede de relações se perpetue, e se garanta a “reprodução física e cultural” deste povo indígena em questão, como proposto na Constituição Brasileira.

5.3.1 Comunidades Mura do Lago do Capanã e do Lago Baetas.

Na região do lago do Capanã existem diversas comunidades Mura situadas com frente para o lago, lugar de moradia, e com diversas outras localidades/áreas/glebas e geralmente não contíguas, usadas para roça, caça e onde estão os castanhais. Além da comunidade Palmeira que se localiza na TI Lago Capanã, os Mura apontaram outras e que foram visitadas pontualmente pela antropóloga desta equipe técnica: Bom-Que-Dói, São Carlos, Traíra, Guariba 2, Igarapé Grande, Montes Claros e Igapó Velho. A localização destas comunidades foram apresentadas no item 4.2, deste relatório.

Seus habitantes estão ligados por laços de consanguinidade e afinidade e pelo pertencimento de uma história de ocupação e compartilhamento de um mesmo espaço geográfico, demonstrado pelas genealogias e pela memória oral.

Estas comunidades têm também laços de consanguinidade muito próximos com os Mura da TI Ariramba, situado no lago Baetas/Acará.

Estas comunidades Mura mantem também relações com algumas das comunidades ribeirinhas próximas, situadas na área da RESEX do Lago do Capanã Grande, quer seja porque algumas destas comunidades Mura tem seus filhos estudando em suas escolas, quer seja porque tem parentes que ali vivem, mas há um nítido divisor identitário repleto de preconceitos entre os que assumiram a identidade Mura e buscam seu RNI (registro nacional de índio) e os que procuram se afastar de suas origens indígenas.

5.3.2 Histórias e andanças/ Movimentação habitação

Uma das características do modo de vida Mura é a sua movimentação dependente do regime das águas, se deslocando para a região de várzea na época da seca e retornando para a terra firme quando da época da cheia. Esta movimentação e as relações entre os vários agrupamentos familiares dispersos nas regiões tradicionais de ocupação Mura é que delimita a configuração atual do que entendem por um *território* Mura.

Como vimos, a forma tradicional de ocupação Mura dos territórios respeita a habitação à beira dos rios e lagos (**Foto 2**). Assim, a configuração das comunidades do lago do Capanã, tanto aquelas situadas em terras demarcadas, como Palmeira (TI Lago Capanã) como as demais (Guariba, Bom-Que-Dói, São Carlos, Igarapé Grande, Montes Claros, Igapó Velho) do lago do Capanã Grande como a comunidade de Baetas da TI Ariramba obedece, também, esse padrão.



Foto 2. Habitações Mura no lago do Capanã Grande

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

As oito comunidades Mura do lago do Capanã Grande são unidas por relações de parentesco e compadrio. São memórias que percorrem um tempo anterior a de seus avós e que se referem a ocupação de uma parte do imenso território ancestral deste povo, o lago do Capanã.

O contar histórias é o contar da vida das mulheres Mura, que referenciam a ocupação e povoação dos espaços e são apontadas como as matriarcas dos lugares. São os casos de Dona Arlinda (falecida) e Dona Raimunda Ferreira Leite (84 anos casa 13, comunidade Palmeira) cuja descendência povoa principalmente as comunidades Palmeira e Guariba 2 (**Foto 3**).



Foto 3. D. Raimunda Leite /Comunidade Palmeira
Fonte: Consórcio Etnias, 2019.

D. Raimunda conta que era muito amiga da “veia” Arlinda. Que quando D. Arlinda veio morar no Palmeira ela já estava ali e ficaram amigas. O seu filho Vivaldo se casou com a Geni, filha da Arlinda. Seu outro filho, o Ozimar, se casou com uma neta de criação da veia Arlinda. A mãe de D. Raimunda, Delfina (já falecida) nasceu e se criou no lago, na Castanha Piroca (atual Guariba 2). Seu irmão, o Bitoca, já falecido, viveu sempre no Palmeira e sua irmã, Maria Leite, vive na comunidade do Bom-Que-Dói (casa 1).

D. Raimunda Ferreira Leite conta ainda que seu avô, sr. Antonio Ferreira era maranhense e se casou com uma Mura, Maria Ferreira, ali mesmo da Terra Preta/Palmeira. Dessa união dois filhos permaneceram na região, o pai dela, Raimundo Ferreira e o pai do senhor Francisco Ferreira (Casa 16 Palmeira/Terra Preta). Esta descendência ocupa principalmente a Terra Preta e Traíra.

Grande parte dos moradores atuais das comunidades de Montes Claros, Traíra, Igarapé Grande, Bom-Que-Dói vieram de quatro irmãs, Nevergilda, Deca, Maria Pio (já falecidas) e Doraci (80 anos casa 14, Montes Claros), que nasceram em Montes Claros¹⁸ e de D. Raimunda Carvalho/Biló (62 anos casa 10 Igarapé Grande) (**Foto 4**). D. Eurides Marques Pinto (102 anos casa 4 São Carlos) que povoou São Carlos (**Foto 5**); D. Tarsila Medeiros de Souza (filha da Rosa Tita Onça), D. Antônia Francisco Ribeiro, já falecida que povoou a comunidade de Terra Preta além de outras matriarcas, mais atuais,

¹⁸ Antigo Inajazinho, lote demarcado pelo SPI, que o GT da FUNAI em 1996, aponta que quando do levantamento não foram encontrados indígenas Mura no local.

cujos filhos e netos casaram-se entre si ou foram “aportar” em outras localidades do Capanã, do rio Madeira e nos centros urbanos.



Foto 4. D. Raimunda Biló (à direita)/moradora atual do Igarapé Grande
Fonte: Consórcio Etnias, 2019.

A família que reside atualmente no lago Baetas, parte da TI Ariramba, residia também no lago Acará, até pelo menos a década de 1980. A abertura da BR-319 na década de 1970 modificou a estrutura fundiária da região e os Mura pressionados por uma ocupação que não fazia parte de suas redes multilocais e sem o apoio e reconhecimento por parte do “governo”, muitos passaram a negar sua identidade Mura e se dispersaram buscando abrigo em outras comunidades. Hoje este local, situado no lago Acará, apesar de não incluído na área demarcada, é considerado como área de caça e pesca e de posse dos Mura da TI Ariramba.

Quando do GT de Identificação e Delimitação da TI Lago Capanã a coordenadora apontou a dona Arlinda como a matriarca da comunidade Palmeira. Pelas informações coletadas Dona Arlinda nasceu no igarapé Fortaleza e se casou com o Domingos Cordeiro, do lago Acará¹⁹ para onde foi residir. O pai de dona Arlinda não se reconhecia como Mura e era irmão da mãe do Ciro Dato, pai, entre outros de José Dato e Francisco Souza Dato (Chico Dato), cacique atual da TI Ariramba, no lago Baetas. O pai de Ciro Dato era Mura do Acará²⁰. Dona Arlinda e seu Domingos Cordeiro tiveram duas filhas, Rosinha que se casou com o Agnaldo, cacique atual da comunidade de Guariba (**Foto 6**) e Maria do Rosário, que é mãe do Adamor, atual cacique da Palmeira (TI Lago Capanã), e dois filhos, Messias e Antonio, que com sua descendência moram na TI Lago Capanã. D. Arlinda regressou para o lago Capanã, “herança de seu pai”, como ela se referia, quando o povo do Acará se dispersou devido a pressão e dificuldade de sobrevivência. Ao retornar a seu lugar de nascimento, D. Arlinda se reencontra com a D. Raimunda Ferreira²¹ que lá já se encontrava com sua descendência.

¹⁹ Rede Mura da região dos lagos Baetas/Acará, parte do que é hoje a TI Ariramba.

²⁰ Irmão da Japolina, que segundo contam ainda “falava na gíria”. Uma das filhas da Japolina, Corina, tirou seu RNI como Parintintin, por causa do pai (Anísio) e mora em Porto Velho.

²¹ Ainda viva e que reside sozinha perto da casa de seus filhos na comunidade Palmeira.



Foto 5. D. Eurides Marques Pinto (102 anos) que povoou São Carlos.
Fonte: Consórcio Etnias, 2019.



Foto 6. Agnaldo Costa Leite cacique da Guariba 2 e D. Rosinha, sua mulher e filha de D. Arlinda matriarca da comunidade Palmeira.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019.

Dona Francisca (**Foto 7**), mulher do Chico Dato (cacique atual da TI Ariramba), conta que era muito amiga da Maria do Rosário (mãe do Adamor, cacique atual da TI Lago Capanã) porque moravam todos juntos no Acará e eram primas.



Foto 7. D. Francisca esposa do sr. Chico Dato, comunidade Baetas/TI Ariramba.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019.

Dona Francisca conta que o lugar onde cresceram no lago Acará está fora da área demarcada da TI Ariramba. Todos seus tios, irmãos de seu pai viveram no Acará. De seus irmãos somente ela permaneceu na TI. Suas irmãs, Raimunda, Maria Marciana, Maria, residem com filhos e netos em Itacoatiara, Manaus e Porto Velho. Seu irmão, já falecido, casou-se com Maria, prima²² de seu marido, Chico Dato. Seus dois filhos cresceram no Acará e moram hoje na Vila Nova, perto da TI Ariramba. Até a década de 1970 muitos Mura moravam no Acará em um lugar chamado Mutum, “*tinha muita fartura de caça, agora não tem mais, a BR está muito próxima*”. Chico Dato, seu marido, continua utilizando essa área para a exploração da castanha, “*é herança da minha mãe*”.

O Adamor, cacique da TI Lago Capanã, chama o Chico Dato, cacique da TI Ariramba, de “tio” e pede a benção a ele, já que sua mãe é “prima” de Chico Dato.

Assim estão dadas as relações de parentesco entre os Mura da TI Lago Capanã e os da TI Ariramba. Deste modo, interligadas entre si por nexos de diversas ordens, as aldeias/comunidades se encontram também conectadas a redes de relações multilocais que envolvem toda a região do lago Capanã fazendo com que seja “imprescindível ao seu bem estar” a garantia de livre acesso a todas estas zonas hídricas e culturais ocupadas pelas comunidades Mura do lago Capanã e do lago Baetas/Acará

As diversas comunidades Mura, ainda que apresentem certa autonomia do ponto de vista político, não se constituem em unidades isoladas e fechadas sobre si mesmas, ideia que justificou o aparato conceitual para a delimitação de pequenas terras indígenas, na correspondência biunívoca de uma comunidade para uma Terra Indígena. Esta concepção tem mascarado os ricos processos por meio dos quais esses grupos se reclassificam permanentemente aos outros e a si mesmos. Suas comunidades/localidades podem ser pensadas como um sistema de redes multilocais de intercâmbio e comunicação que as interligam garantindo sua reprodução física e cultural.

5.4 Características gerais da organização social das comunidades Mura

As comunidades (“aldeias”) Mura são constituídas por habitações dispersas, sem arruamentos e não tendo um centro claramente identificável. A maioria das casas é feita com esteios de madeira e palha, extraídas das matas da área. Algumas poucas casas são construídas com tijolos e telhas. Em geral as casas são habitadas por uma família nuclear (pai, mãe e filhos), existindo alguns casos da presença de algum familiar vindo de outra aldeia/cidade. Nas áreas mais afastadas do espaço da aldeia os aglomerados de casas são ocupados por famílias extensas, formados a partir do casamento dos filhos do casal, que constroem novas habitações próximas às antigas. Além das casas, as aldeias possuem barracão (para festas), igreja e escola, espaço este usado, via de regra, para a realização de reuniões da comunidade.

A maioria dos moradores é imemorialmente nativa da região e ao refletirem sobre seu passado, afirmam que seus pais, avós e bisavós eram “índios puros” ou “misturados” que passaram a ocultar ou tentar esconder sua condição indígena por medo e vergonha das consequências. Padrão que alguns continuam a utilizar ao negar uma ascendência indígena em muitas das comunidades ribeirinhas “não indígenas” da região.

Conforme a memória dos moradores atuais, as famílias mais antigas ocupam a área desde sempre, mas somente em fins da década de 1980²³ se apresentam para os agentes externos como

²² Prima paralela patrilateral.

comunidades, construindo barracões, igrejas e elegendo um representante oficial como cacique. Hoje uma comunidade se define pela “referência” e “reconhecimento” de um cacique.

As histórias familiares remetem a ancestrais oriundos de diversas comunidades da região do Madeira e do Lago Capanã e Baetas em específico. Além de moradores nativos da região, observa-se a presença de algumas pessoas de outros povos amazônicos, no caso específico os Mundurucu que estabelecendo laços de parentesco e casamento com os Mura passaram a compartilhar de suas crenças e modos de vida. Muitas destas pessoas não se distinguem dos demais moradores Mura nem são por ela distinguidas. Enfatizam o ideal de união e compartilhamento entre todos os moradores, considerados como um único “nós” que se manifesta nos discursos pelo uso de expressões como “somos todos parentes”.

As formas de organização social dos Mura correspondem a sociedades com fronteiras sociológicas fluidas e pouco precisas. Pertencer a uma aldeia corresponde a morar e compartilhar a vida comum e reconhecer a autoridade de um tuxaua. Os constantes intercassamentos e realocações dos membros em comunidades vizinhas ou mesmo nas cidades não constituem um empecilho para a continuidade dos grupos, já que aqueles que saíram para trabalhar, estudar ou casar nas cidades acabam por se constituir como importantes articuladores de redes de troca e ajuda mútua mais extensa.

O que chama a atenção é o profundo conhecimento que têm das relações de parentesco. São capazes de nomear seus parentes em até cinco gerações. São capazes de nomear parentes com os quais não convivem no cotidiano. E, por meio das alianças matrimoniais, garantem a ocupação da terra possibilitando o mapeamento dos lugares passíveis de “se aportar”, de serem buscados em situação de necessidade.

A sociedade Mura, apesar de todas as mudanças por que passaram continuam tendo em sua organização social uma referência patrilinear. Quando uma mulher solteira tem filhos com homens que não são da comunidade indígena, ou eles são adotados pelos avós maternos ou são doados. Numa sociedade patrilinear as pessoas são parte das obrigações de sua parentela paterna. Por isso se ele não “tem pai” socialmente, isto é resolvido com a sua adoção pelo único avô disponível, passando a integrar a parentela de seu pai adotivo (seu avô materno). Esta característica patrilinear também fica explícita quando da dissolução de um casamento: é muito comum os filhos continuarem vivendo com o pai ou com a parentela deste. É significativo o número de homens solteiros. É significativo o número de homens abandonados pelas mulheres.

Mas o “casar com mulheres mais velhas” é expressão também do fato das mulheres serem um “bem escasso”. Elas têm maiores condições de viver nas cidades, já que a oferta de emprego como empregada doméstica lhes garante moradia e alimentação e um recurso que atende ao apelo de possuir determinados bens de consumo e, ainda mandar, na primeira geração das que emigram, algum apoio financeiro para os familiares que ficaram na comunidade.

A referência originária das comunidades Mura visitadas é sempre a de uma avó, uma matriarca Mura, como o narrado no item 5.3.2. Sem dúvida isto tem a ver com a história da ocupação da região, quando da chegada de homens vindos principalmente do Nordeste, e que se casam com mulheres Mura.

Os motivos e o número daqueles que saem é expressivo, como já apontado no relatório (ver **item 5.8.1**). Mas as mulheres ao saírem para os centros urbanos, diferentemente dos homens, dificilmente retornam. Entretanto na TI Ariramba conversamos com a sra. Maria Madalenas de Souza Fernandes (com 71 anos) que saiu da TI após ficar viúva e que pretendia retornar agora em 2020, construindo sua casa no limite da área do Baeta, de frente para o rio Madeira, no “lugar do marido”.

Um ciclo de vida em que os homens, depois de residir em outros lugares em busca de trabalho, acabam por retornar aos seus lugares de origem. As genealogias apontam um número grande de homens residindo sozinhos, grande parte com mais de 60 anos. A característica do modo de residir dos Mura do Capanã, é que os velhos moram sozinhos, como opção. Mas o número de homens é muito maior.

5.5 Espacialidade Mura e reprodução física e cultural

A movimentação Mura, descrita nas fontes documentais dos séculos XVIII e XIX, traduzida como *nomadismo* é considerada como uma das “chaves” para o entendimento da espacialidade Mura no século XVIII e atravessa o século XIX, quando os Mura continuam sendo citados como “nômades” - e desta forma continuam sendo mencionados no século XX, como por exemplo, pelo padre Tastevin. O padre, entretanto, assinala que a vida nômade, caracterizada pelas longas excursões familiares, quando colocavam o grupo familiar na canoa e seguiam pescando, visitando amigos e reunindo-se em festas, estaria sendo restringida devido à obediência ao SPI que impedia/reprimia a realização de longas viagens.

Esta intervenção do SPI como forma de controle político dos Mura é responsável pelo padrão atual de moradia. “A concentração da população Mura em aldeias, tal como se apresenta hoje, foi fato historicamente constituído pelo Serviço de Proteção ao Índio e data provavelmente das duas primeiras décadas do século XX” (AMOROSO, 2002:30). A mesma autora descreve as aldeias Mura contemporâneas se caracterizando por um pequeno conjunto de habitações, dispostas nas terras altas ao longo dos lagos e igapós principais.

O padrão de reprodução social, inferido pelos relatos das fontes documentais e pelos dados atuais, permite afirmar que a mobilidade Mura é dada pelos deslocamentos de indivíduos ou no máximo de uma família nuclear. Não são as aldeias que mudam de lugar, mas seus moradores, que por motivos diversos, saem para ocupar novos lugares, reforçar laços sociais, em um território que sabem mapear como de seu *povo*, não só por ser originalmente de seus ancestrais, mas porque continuam a ocupá-lo atualmente, no século XXI. As histórias apontadas no item 5.3.2 são exemplos deste padrão de reprodução e ocupação do território.

Os Mura da região do Capanã formam um complexo comunitário que engloba várias localidades ao longo do lado homônimo e suas adjacências, garantindo a forma tradicional de ocupação do seu território²⁴. As relações sociais e o parentesco costumam estas localidades e indicam a proximidade maior de uma comunidade com outra. As cidades de Manicoré e Humaitá, são pontos de referência destas comunidades Mura, pois nelas residem familiares de todas estas comunidades e que acabam por estabelecer novos relacionamentos.

A contração territorial vivenciada pelos Mura obriga a que compartilhem a ocupação de seu território histórico com os “civilizados”.

A genealogia em anexo (Anexo 3) confirma a grande evasão dos Mura para Porto Velho, Manicoré, Humaitá e Manaus como uma estratégia política de garantir um crescimento demográfico e o padrão da ocupação de seus territórios tradicionais. Muitas dessas pessoas que residem em centros urbanos continuam mantendo vínculos com as TI Lago Capanã e TI Ariramba, servindo como apoio para aqueles que querem estudar ou estão em tratamento de saúde ou mesmo em busca de um emprego temporário. Assim as genealogias apontam uma grande evasão dos Mura desta região para

²⁴ Estas comunidades como já apontadas são: Traíra, Bom-Que-Dói, São Carlos, Igarapé Grande, Guariba 2, Montes Claros, Igapó Velho e Palmeira/Terra Preta (TI Lago Capanã).

Porto Velho, 97 pessoas, Manicoré, 27 pessoas, Humaitá, 15 pessoas e Manaus, 7 pessoas. Deste total, 141 pessoas, 80 são mulheres e 66 homens que oriundos do lago Capanã ou do lago Baetas, residem, muitos com filhos e netos nestas cidades.²⁵

Há a presença de 25 familiares (e descendentes) das TI Lago Capanã e Ariramba nas localidades de Itaúba, Vila Nova, Fátima, Santa Catarina, Porto Seguro, S. José, Auxiliadora, Valparaíso, localidades/vilas ribeirinhas

A estratégia sociopolítica que caracteriza a reprodução física e cultural Mura é dada pela a mobilidade, pelos deslocamentos individuais ou familiares em um território já mapeado socialmente. Este movimento é indispensável para a manutenção/reprodução do grupo em questão, pois permite a ampliação de laços sociais, garantindo a vitalidade da rede social. E, quase sempre, estes deslocamentos se dão em busca de melhores condições de sobrevivência. As disputas internas se dão principalmente com relação ao uso dos recursos naturais.

Não é raro que entre a população de uma comunidade Mura se encontre indivíduos provenientes de outras comunidades Mura. Os motivos variam desde brigas internas, ameaças, dificuldades nas condições de trabalho, separações de casais até a morte de parentes próximos. O fato relevante, entretanto, é que os Mura não só conhecem outros espaços Mura, mas que, enquanto tais, estes espaços representem destinos possíveis e legítimos, referendados pelo dizer “lugar do meu pai/lugar da minha mãe/lugar do meu marido”.

A propósito deste reconhecimento mútuo, ultrapassam-se as fronteiras físicas da Terra Indígena. Fronteiras estas, lembramos, originalmente determinadas pelo próprio SPI tanto quanto pela violenta pressão da ocupação não-indígena na região. O movimento é no sentido da ampliação, através da existência de uma identidade comum e de regiões tradicionalmente ocupada pelos Mura. Daí a impossibilidade de se considerar os impactos econômicos e sociais decorrentes do asfaltamento da BR 319 somente para aquelas comunidades Mura situadas em terras administrativamente regularizadas (a comunidade Palmeira/TI Lago Capanã e a comunidade Baetas/TI Ariramba), já que elas fazem parte de redes multilocais mais amplas.

Quando se busca identificar e avaliar para onde se dirige grande parte dos Mura ao serem tolhidos ou expulsos de seu território original, tanto quanto em suas movimentações mais propriamente voluntárias, observou-se que estes movimentos populacionais tiveram como destino espaços considerados como legitimamente seus. Tudo funciona como se houvesse para os Mura um mapeamento mental de aldeias potenciais, ou seja, lugares disponíveis e prontos a acolher suas migrações.

Este *modus operandi* pode ser claramente identificado não apenas no discurso e nas histórias de vida por eles relatadas, mas na composição populacional da maioria das comunidades Mura do lago do Capanã e Baetas/Acará. Examinando este tipo de dado se pode, invariavelmente, atestar a existência de Muras procedentes de diversas comunidades entre os que foram “*nascidos, criados*” e permaneceram em uma mesma comunidade. Justificativa última da legitimidade de sua migração para outros espaços que consideram também como seus, como espaços Mura.

As comunidades Mura, além de representarem destinos legítimos destas migrações, são também lugares para onde se pode excursionar, seja caçando, pescando ou visitando “parentes” O trânsito dos Muras, aldeia a aldeia, é intenso. E não é raro ouvir dizerem que “*Mura é assim mesmo*”,

²⁵ Há referências a 2 mulheres que foram residir em Ji Paraná, em Rondônia e no Ceará.

“que gosta de andar” e que “não fica parado mesmo”. Este é o indicador significativo da presença de uma concepção que unifica pessoas como portadoras de uma origem única, apontando diretamente para a ideia de que os Mura são uma grande “aldeia”, “grupo” ou “etnia”.

Aldeias/comunidades de uma mesma região são consideradas enquanto “espaços Mura”, por onde trabalham, excursionam e replicam laços de afinidade, dentro do que se poderia considerar como a própria “consanguinidade” ou identidade construída ao longo dos tempos: uma região de histórias compartilhadas que envolveram e envolvem suas aldeias e habitantes, fato devidamente atestado pelas histórias de vida e na composição populacional de suas comunidades/aldeias.

5.5.1 Migrações: rotas e motivos

Os principais motivos que desencadeiam as migrações de indivíduos ou famílias Mura são a necessidade do trabalho temporário, o esgotamento dos recursos naturais, a separação de casais e a morte de parentes.

A busca por trabalho temporário e a escassez de recursos extrativos (vegetais, como castanha, andiroba etc. e pesqueiros) está ligada ao fato da pouca disponibilidade de terras para os Mura e, conseqüentemente, do acesso àqueles recursos que possibilitem a permanência naquela área, aliada ao crescimento demográfico.

O acesso aos recursos extrativos é limitado em função da exiguidade das Terras Indígenas delimitadas para os Mura da região do lago Capanã e que é em parte compensada pela exploração de outras zonas limítrofes. Mas estas áreas de exploração, por não serem reconhecidas como “indígenas”, sofre intensa pressão por terceiros. Além destes fatores limitantes, há pouca disponibilidade de terras cultiváveis (se restringem àquelas de “beirada”, de várzea e próximas as casas) soma-se ainda a diminuição da piscosidade dos rios e lagos devido ao garimpo, às invasões pesqueira de não-índios. Igapós vão sendo derrubados por não-índios, alterando sensivelmente a disponibilidade de peixes e outros recursos.

A busca por trabalho temporário, a exemplo de outras TIs Mura do Madeira, é responsável pela migração de indivíduos Mura mais novos para as cidades e vilas do entorno e para a capital, Manaus.

A situação constatada em campo de retração populacional é, assim, decorrente em grande parte da exiguidade de terras disponíveis para garantir o crescimento populacional do grupo em moldes tradicionais garantindo a conservação dos recursos naturais. Uma tendência de resultados futuros bastante negativos, que poderá ser ainda agravada com o asfaltamento da BR-319 e que poderia/deveria ser amenizada pelo reconhecimento administrativo das áreas ocupadas e de usufruto das comunidades Mura do Lago Capanã e do Lago Baetas

5.6. Inserção no Movimento Indígena Regional

Cada comunidade tem um cacique, que é um representante reconhecido pelos demais moradores e pelos caciques das demais comunidades Mura do lago Capanã Grande. Geralmente é descendente direto dos “donos” originários daquela localidade e que a memória oral alcança, tendo nascido e crescido ali. São os ‘caciques’ as lideranças são os responsáveis pelas articulações políticas locais, bem como representam a comunidade no movimento indígena regional.

Os Mura do lago Capanã estavam, quando do levantamento da equipe em campo (08/2019), discutindo a criação de uma associação própria, APILCamm (Associação Indígena do Lago do Capanã Mura e Munduruku), para reivindicar, fiscalizar e demandar melhorias em todos os setores públicos e para ordenar as relações de uso dos recursos naturais e das áreas ocupadas (castanhais/roças/áreas de coleta e pesca) tanto aquelas que foram abrangidas pela demarcação (TI Lago Capanã e TI Ariramba) como aquelas que não o foram. Já haviam realizado uma reunião na comunidade Palmeira,

antes da chegada da equipe e quando fomos para a TI Ariramba, o sr. Adamor, liderança da TI Lago Capanã, que nos acompanhava estendeu o convite para que a comunidade Baetas também integrasse essa associação.

A proposta é que ao ser uma associação Mura localizada especialmente nos lagos do Capanã e Baetas possa vir a ser mais atuante na defesa de seus interesses.

Em termos regionais essas duas Terras Indígenas e as demais comunidades Mura do lago do Capanã Grande integram a base da OPPITAMPP (Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharim, Apurinã, Mura, Parintitin e Pirahã) e da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) que por sua vez é base da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e que compõe a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

Mesmo em processo inicial de instituição de uma associação formal que envolva os indígenas do Lago do Capanã Grande, os Mura já se articulam politicamente e buscam estabelecer um “*termo de conduta*”, conforme própria expressão por eles utilizada, que atenda à manutenção dos modos de vida Mura e a exploração sustentada do seu território tradicional de uso e ocupação. Tal organização social e política é exemplificada pelo documento elaborado em abril de 2016, o qual aponta 16 itens, voltados ao que definem como “boa conduta” e que devem ser seguidos pelos Mura moradores do lago do Capanã Grande, entre eles:

- Colocar os filhos nas escolas indígenas,
- Participar dos trabalhos comunitários e das reuniões,
- Lutar pela demarcação da terra,
- Atender as equipes de saúde,
- Valorizar a cultura,
- Trabalhar a legislação indígena em sala de aula,
- Cumprir com suas obrigações dentro e fora da aldeia

O documento acima descrito menciona ainda que em caso de desobediência aos acordos estabelecidos nesse *regimento*, a pessoa deverá assinar um documento “*assumindo a responsabilidade e perder os seus direitos sobre os benefícios sociais*”.

6. CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL

As terras indígenas Mura Lago Capanã e Ariramba localizam-se no bioma amazônico na bacia hidrográfica do Médio Rio Madeira, na região do interflúvio Purus-Madeira, em áreas com predominância da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Úmida) e formações florestais sazonais em áreas de transição entre a várzea e a terra firme e climas caracterizados como tropicais megatérmicos, com temperatura média do mês mais frio do ano superior a 18°C com estações invernosas ausentes e forte precipitação anual.

A região sul do Amazonas está inserida no chamado arco do desmatamento em área de nova fronteira agrícola decorrente do avanço da produção de soja dos estados de Rondônia e Mato Grosso:

“O sul do Estado (do Amazonas) é formado pelos municípios de Boca do Acre, Pauini, Canutama, Lábrea, Tapauá, Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã. O seu contexto ambiental é formado por floresta ombrófila densa, caracterizada por árvores entre 40 e 50 metros de altura, cercadas de arbustos, com áreas úmidas ou encharcadas. O contexto também possui floresta ombrófila aberta, caracterizada por palmeiras, bambuzal e cipós, em uma espécie de fronteira com a vegetação do Centro-Oeste brasileiro. Há alguns anos, esses municípios do sul vêm enfrentando problemas com a intensificação do desmatamento, cujas causas estão fortemente relacionadas com as atividades do setor primário, representadas pela pecuária e pelo cultivo da soja que avançam do Centro-Oeste para o Norte. Antes de desenvolver uma análise do problema, faz-se necessário esclarecer que o Amazonas não se afigura entre os grandes produtores de carne bovina como o Pará, Rondônia, Mato Grosso e Acre, dentre outros. O próprio Estado é um grande importador de carne processada ou in natura” (PONTES et al., 2016: 70²⁶).

As TIs Lago Capanã e Ariramba se inserem no contexto ambiental do denominado “Interflúvio Purus-Madeira”, região que representa uma extensa área com 27.800.104 hectares ocupando parte dos Estados do Amazonas e Rondônia e aproximadamente 5,5% da área total da Amazônia Legal. O interflúvio Purus-Madeira foi definido como Área de Influência indireta (AII) do meio biótico pelo EIA da BR-319 (ENGESPRO/DNIT; 2020) e seus limites escolhidos para implementação do Programa de Proteção e Implementação de Unidades de Conservação da área de influência da BR-319. No âmbito do processo de licenciamento ambiental da BR-319, a região do interflúvio Purus-Madeira conta uma administração específica em caráter provisório, a fim de promover planos e estudos que viabilizassem o desenvolvimento da região em bases sustentáveis com o objetivo de conter o avanço da fronteira agrícola.

Assim, em 22 de setembro de 2008, a Portaria nº 295 do Ministério do Meio Ambiente instituiu o Grupo de Trabalho (GT) BR-319, com a finalidade de elaborar diretrizes e acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental da rodovia BR-319. Composto por representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do MMA, além de representantes convidados do Ministério dos Transportes (MT), do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado do Amazonas, o GT BR-319 teve como objetivo definir, planejar e apresentar medidas preventivas a serem adotadas em relação aos impactos derivados do empreendimento, de forma a impedir o desmatamento e a descaracterização dos ambientes amazônicos ao longo da estrada. Este GT BR-319 instituiu o Subgrupo Proteção e Implementação das UC da BR-319, composto pelo ICMBio, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado do

²⁶ http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/811/741

Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) do Estado de Rondônia e Conservation Strategy Fund (CSF), que elaborou um Plano de Proteção e Implementação das UC da BR-319 (ICMBio et al., 2008).

Considerada uma das mais efetivas maneiras de evitar o desmatamento oriundo da ocupação desordenada na região amazônica, as áreas protegidas foram consideradas primordiais no estabelecimento de medidas visando impedir a descaracterização dos ambientes naturais ao longo da estrada. Porém, para que essas UC venham a desempenhar seus objetivos de forma plena, faz-se necessário o estabelecimento de um conjunto de medidas que propicie não apenas a sua proteção, baseada em ações concretas de comando e controle, mas também possibilite o pleno desempenho das atividades vinculadas aos processos de implementação, consolidação e gestão dessas unidades.

O Plano em questão está calcado na oportunidade concreta de se iniciar o planejamento regionalizado e de forma integrada, tanto entre as diferentes categorias de unidades de conservação, como através de parcerias com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Trata-se de uma proposta integrada de ações, desenvolvendo critérios gerais para a estimativa de custos, com vistas a somar esforços para a efetiva implementação das unidades de conservação, buscando ainda consolidar o ordenamento territorial das UC e do seu entorno, além de otimizar os recursos aplicados. Em suma, tal estratégia de implementação dessas unidades da região da BR-319 está baseada na parceria e articulação interinstitucional, na integração do planejamento das unidades, bem como na proteção e monitoramento integrados destas áreas.

Assim, considerando que a instalação e, principalmente, o asfaltamento de rodovias na Amazônia tem reconhecido impacto sobre o aumento do desmatamento e como vetor de impulso para a ocupação regional (Fearnside, 2006a; 2006b; 2018; Fearnside *et al*, 2006; Fearnside *et al*, 2009; Nepstad *et al*, 2001) criou-se no interflúvio Purus-Madeira, um mosaico de unidades de conservação federais e estaduais, combinado com terras indígenas, como programa de compensação ambiental à retomada do processo de implantação da BR-319.

Nesse contexto, de forma a contribuir com ações preventivas para proteção do bioma amazônico no entorno da BR-319, o DNIT firmou acordo com o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército Brasileiro (Portaria nº 645, de 04/06/2009), no valor de cerca de R\$ 29 milhões, para demarcação e sinalização de 27 (vinte e sete) Unidades de Conservação Federais e Estaduais (Amazonas e Rondônia) na área de influência da BR-319, Segmento do km 0,0 – km 877,4. O DNIT também firmou acordo com o ICMBio (Portaria nº 804, de 07/07/2009 e Termo de Cooperação nº 915/2010), em que foram repassados aproximadamente R\$ 31 milhões para implantação/proteção de 11 (onze) Unidades de Conservação Federais no entorno da BR-319. Da mesma forma, o DNIT firmou acordo com Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS (Termo de Compromisso nº 219/2009), em que foram investidos cerca de R\$ 10 milhões para implementação de 09 (nove) Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas.

Atualmente a região da área de influência da BR-319 no contexto do interflúvio Purus-Madeira no trecho em estudo ('trecho do meio' – km 250 ao 655) conta com um conjunto de 08 Unidades de Conservação (UC) federais e 07 estaduais. Estas unidades somam cerca de 8,5 milhões de hectares de área protegida do bioma amazônico com alto grau de integridade, formando grandes blocos contínuos de floresta ombrófila, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e da Floresta Ombrófila Aberta, ocorrendo ambientes savânicos, áreas com Campinaranas e Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre, juntamente aos rios de várias ordens de grandeza, igapós e lagos.

A despeito do avanço de áreas antropizadas e dos crescentes índices de desmatamento, a região do Interflúvio Purus-Madeira, onde localizam-se as terras indígenas do povo Mura, Ariramba e Lago Capanã, ainda se encontra em bom estado de preservação, muito devido à dificuldade de acessos

rodoviários e a presença do mosaico de áreas protegidas que incluem Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral.

O **Mapa 4-(MP-BR.319.AM-008-720-0082-003=B)** do **Anexo 4**-Caderno de Mapas apresenta as Unidades de Conservação e Terras Indígenas na região de influência da BR-319 no trecho em questão e a **Tabela 28**, a seguir, apresenta a listagem das unidades de conservação na área de influência da BR-319 inseridas no contexto do interflúvio Purus-Madeira e da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) no segmento do ‘Trecho do meio’ da rodovia.

Tabela 28. Unidades de Conservação do “trecho do meio” da BR-319

UC	Categoria	Área (ha)	Órgão Gestor/UF	Data de Criação/ Alterações
REBIO do Abufari	Proteção Integral	288.000	Federal	1982
FLONA de Humaitá	Uso Sustentável	468.790	Federal	1998
RESEX Lago do Capanã Grande	Uso Sustentável	304.146	Federal	2004
RDS Rio Amapá	Uso Sustentável	216.109	Estadual/AM	2005
FLONA de Balata-Tufari	Uso Sustentável	1.077.859	Federal	2005
RDS Piagaçu Purus	Uso Sustentável	1.088.167	Estadual/AM	2003
Floresta Estadual de Tapauá	Uso Sustentável	881.704	Estadual/AM	2009
RDS Igapó-Açu	Uso Sustentável	397.557	Estadual/AM	2009
RDS rio Madeira	Uso Sustentável	283.117	Estadual/AM	2006
RDS do Matupiri	Uso Sustentável	197.083	Estadual/AM	2009
Parque Estadual do Matupiri	Proteção Integral	513.747	Estadual/AM	2009
PARNA Mapinguari	Proteção Integral	1.744.852	Federal	2008/2010/2012
PARNA Nascente do Lago do Jari	Proteção Integral	812.141	Federal	2008
RESEX Lago Cuniã	Uso Sustentável	55.850	Federal	1999
Estação Ecológica de Cuniã	Proteção Integral	189.661	Federal	2001/2007/2008/2010

Fonte: ICMBio, 2019; IDESAM (a), 2018

A criação dessa mescla de categorias de áreas protegidas na região teve como objetivo abrigar e proteger, ante os potenciais efeitos deletérios da abertura e melhorias da BR-319, os distintos modos de vida e as díspares relações de apropriação e reivindicação dos recursos naturais, que reflete de maneira geral o padrão histórico de ocupação regional. Nas regiões do Purus e do Madeira convivem populações ribeirinhas, extrativistas e indígenas que dependem da comercialização dos recursos naturais provenientes da pesca e da coleta/extrativismo para a sobrevivência e subsistência. Essa dependência dos recursos, as vezes escassos ou insuficientes dentro dos limites demarcados das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Terras Indígenas, muitas vezes leva ao conflito e disputas tanto internas como externas. Contribui ainda para as relações conflituosas de acesso aos

recursos naturais os objetivos distintos inerentes para a criação das diferentes categorias de áreas protegidas, e mais recentemente, as pressões de ocupação oriundas de um novo modo de vida e de apropriação e transformação da paisagem decorrentes do avanço da fronteira agrícola e os projetos de infraestrutura que chegam a reboque.

O mosaico de unidades de conservação no interflúvio Purus-Madeira, incluindo as unidades federais e estaduais, é produto do processo de ocupação da região e atua sobre os conflitos pelo uso dos recursos naturais, como as atividades extrativistas e a exploração dos recursos naturais. De acordo com o Plano de Manejo da FLONA Humaitá (ICMBio, 2018), a diversidade de categorias e, conseqüentemente, objetivos das unidades, sobreposta a contextos locais distintos, nos quais se mesclam os perfis de ocupação histórica regional (indígenas, ribeirinhos e produtores agropecuários), estabelecem uma série de conflitos e de sobreposições territoriais, tais como terras indígenas e unidades de conservação; comunidades ribeirinhas extraindo recursos de unidades de conservação de proteção integral; pressões de ocupação resultantes do avanço da fronteira agrícola.

O município de Manicoré (AM), onde inserem-se totalmente as terras indígenas Mura, apresentava até o ano de 2016 um desmatamento acumulado de 191.110 ha, índice que colocava o município, à época, no 4º lugar entre os municípios da do Amazonas, apesar de possuir um ordenamento territorial onde a delimitação de áreas protegidas representa cerca de 52% da área total do município, percentual que não leva em consideração as áreas de assentamentos de uso especial (PAE ou PDS) (6%). (IDESAM, 2018). O **Mapa 5 –(MP-BR.319.AM-008-720-0082-011=B)** - Ordenamento Territorial na Região da BR-319 - no caderno de mapas, apresenta a distribuição das áreas legalmente protegidas e projetos de assentamentos na região.

Apesar do ordenamento territorial consolidado, a abertura da BR-319 e da Transamazônica, nas décadas de 1970 e 1980 e, mais recentemente, as obras de pavimentação da rodovia BR-319 no trecho Porto Velho – Humaitá trouxe para o município uma leva de migrantes da região sul do País, e, conjuntamente, a especulação e as disputas fundiárias ao redor das rodovias; invertendo a lógica e a dependência econômica do rio Madeira e suas áreas marginais, predominantes até então. Neste contexto, Manicoré é um dos municípios da Área de Influência Indireta da BR-319 com o maior crescimento de rebanho bovinos, atrás apenas de Lábrea, e abertura de pastagens, devido principalmente ao distrito de Matupi, na BR-230 (IDESAM, 2018).

As unidades de conservação, juntamente com as UC estaduais e Terras Indígenas, formam um grande conjunto funcional de ambientes naturais que, conectados, constituem grandes corredores terrestres e aquáticos. Essa proximidade das UCs, fator que torna mais extensos os habitats protegidos, e o grau de integridade dos mesmos, formando grandes blocos contínuos de floresta ombrófila, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e da Floresta Ombrófila Aberta, ocorrendo, também, grandes áreas de ambientes savânicos, áreas com Campinarana e Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre, juntamente aos rios de várias ordens de grandeza, igapós e lagos.

A divisão da Amazônia em regiões ecológicas similares em termos de composição florestal e mais recentemente em Unidades de Paisagem Naturais (UPN), que levam em consideração aspectos do relevo, clima, solos, vegetação e índices de diversidade, torna-se útil para análises comparativas e diagnósticos ambientais pois permite um refinamento na distribuição e listagem das espécies de fauna e flora, apesar da delimitação complexa entre as unidades. Para as análises socioambientais da Alap (interflúvio Purus-Madeira) da BR-319 que subsidiaram a criação das Unidades de Conservação e seus posteriores planos de manejo foram identificadas as 14 UPNs delimitadas para a Amazônia Legal (ICMBio, 2018).

Nas TIs Mura estão presentes as UPNs 12, 4 e em menor dimensão as UPNs 7 e 5, assim caracterizadas, com base na proporção dos elementos formadores da paisagem – geomorfologia, geologia, solos e vegetação:

UPN 12: Unidade preponderante nas áreas de terra firme das glebas Ariramba e Guariba e em toda a região das nascentes do Igarapé Capanã, especialmente em sua margem esquerda na porção central da Resex do Lago do Capanã Grande, ocupando as áreas da Depressão Madeira-Purus com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas.

UPN 4: Localizada principalmente na gleba Palmeira da TI Lago Capanã na margem esquerda do trecho do médio e baixo curso do Igarapé Capanã em região de transição entre planície amazônica e solos aluviais com cobertura vegetal sob diferentes formações pioneiras com influência fluvial/lacustre, herbácea ou arbustiva e a área da Depressão Madeira-Purus com vegetação florestal de terra firme.

UPN 7: É caracterizada pela predominância da planície fluvial a região do alto curso do Igarapé Baetas e na região do lago Acará, em solos aluviais com cobertura vegetal sob diferentes formações pioneiras com influência fluvial/lacustre, herbácea ou arbustiva.

UPN 5: Ocorre especialmente na margem esquerda do lago do Capanã na região entre este e o rio Madeira rios Maici-Mirim e Maici em áreas de da planície amazônica coincidindo com manchas de Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas com Palmeiras. A Unidade também abrange pequeno trecho da planície amazônica que acompanha as margens do rio Maici-Mirim caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

Cabe destacar que as UPNs 12 e 5 ocupam cerca de 60% da região do interflúvio Purus-Madeira, o que nos permite um embasamento nas comparações e descrições das características ambientais entre as análises e resultados obtidos nos planos de Manejo das Unidades de Conservação inseridas no Interflúvio e também na extrapolação dos dados levantados na complementação do EIA (ENGESPRO-DNIT, 2019) no que tange as características socioambientais apresentados nos itens subsequentes: clima e recursos hídricos (item 6.1), geologia relevo e solos (item 6.2) tipologias ambientais (item 6.3) e os estudos da Fauna (item 6.4)

A distribuição da biodiversidade amazônica é debate que persiste atualmente, incluindo as questões da biogeografia e endemismos nos grandes interflúvios do bioma. Neste contexto, a região das TIs Ariramba e Lago Capanã está inserida em área de transição entre as várzeas da planície aluvial do Madeira e as terras firmes da depressão do Purus-Madeira.

6.1. Clima e Recursos Hídricos

6.1.1. Clima

De acordo com a Classificação climática de Köppen-Geiger, ocorrem dois principais tipos de clima na região das TIs Mura: Clima Tropical Equatorial (Af) e Clima Tropical de Monções (Am), ambos caracterizados como climas tropicais megatérmicos, com temperatura média do mês mais frio do ano superior a 18°C, estações invernosas ausentes e forte precipitação anual (superior à “evapotranspiração” potencial anual) (**Figura 5**). A diferença entre estes climas está na distribuição das chuvas, sendo que o Clima Tropical Equatorial (Af) é predominantemente úmido, com ocorrência de precipitação em todos os meses do ano e inexistência de estação seca definida e o Clima Tropical de Monções (Am) é caracterizado por médias pluviométricas superiores a 1.500mm de chuvas anuais e mês menos chuvoso com não menos de 60 mm. (ICMBIO, 2018. Plano de Manejo do PARNA Nascentes do Jari).

Na região da Resex e das TIs Mura as precipitações variam em torno de isoietas entre 2.500-2.750 mm e as isotermas indicam temperaturas médias de 26º C, com período chuvoso iniciando em outubro e atingindo os maiores índices nos meses de janeiro a março. De acordo com os dados na

estação de Manicoré o mínima de chuvas registrada e de 107 mm no mês de julho e o máximo em fevereiro, chegando a atingir 405 mm (ICMBIO, 2013. Plano de Manejo da Resex do Lago do Capanã).

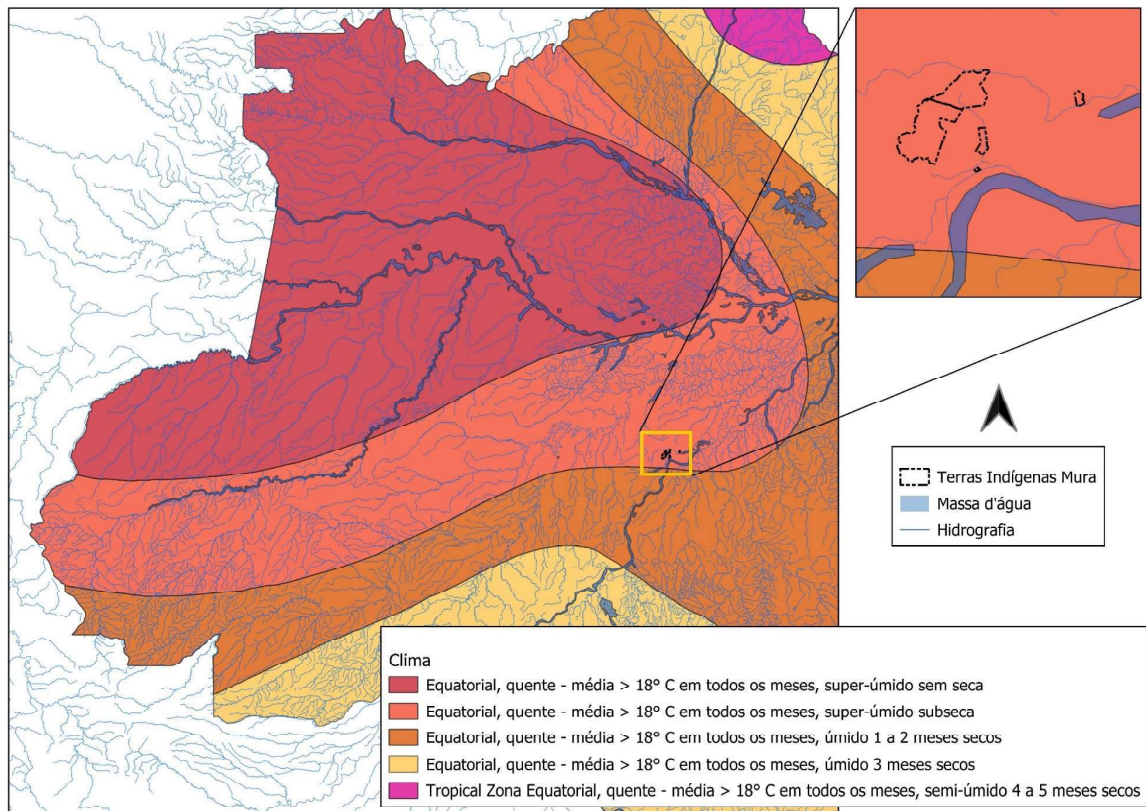


Figura 5. Domínios Morfoclimáticos.

Fonte: Adaptado de <https://geoservicos.ibge.gov.br>

6.1.2. Aspectos hidrológicos e Caracterização Regional dos Recursos Hídricos

A rodovia BR-319 está localizada no interflúvio do Purus-Madeira, rios que constituem importantes tributários pela margem direita do rio Solimões, na Região Hidrográfica Amazônica. Por sua vez, as terras indígenas Mura aqui contextualizadas estão localizadas na Sub-Região Hidrográfica do Médio Rio Madeira e inseridas integralmente na Unidade de Planejamento Hídrico (UPH) do Médio Madeira, em região próxima ao divisor do interflúvio Purus-Madeira, conforme apresentado pelas **Figuras 6 e 7** e pelo **Mapa 6 - (MP-BR.319.AM-009-720-0082-005=B)** -Divisões Hidrográficas e Rede de Drenagem de Interesse. (Anexo 4 – Caderno de Mapas)

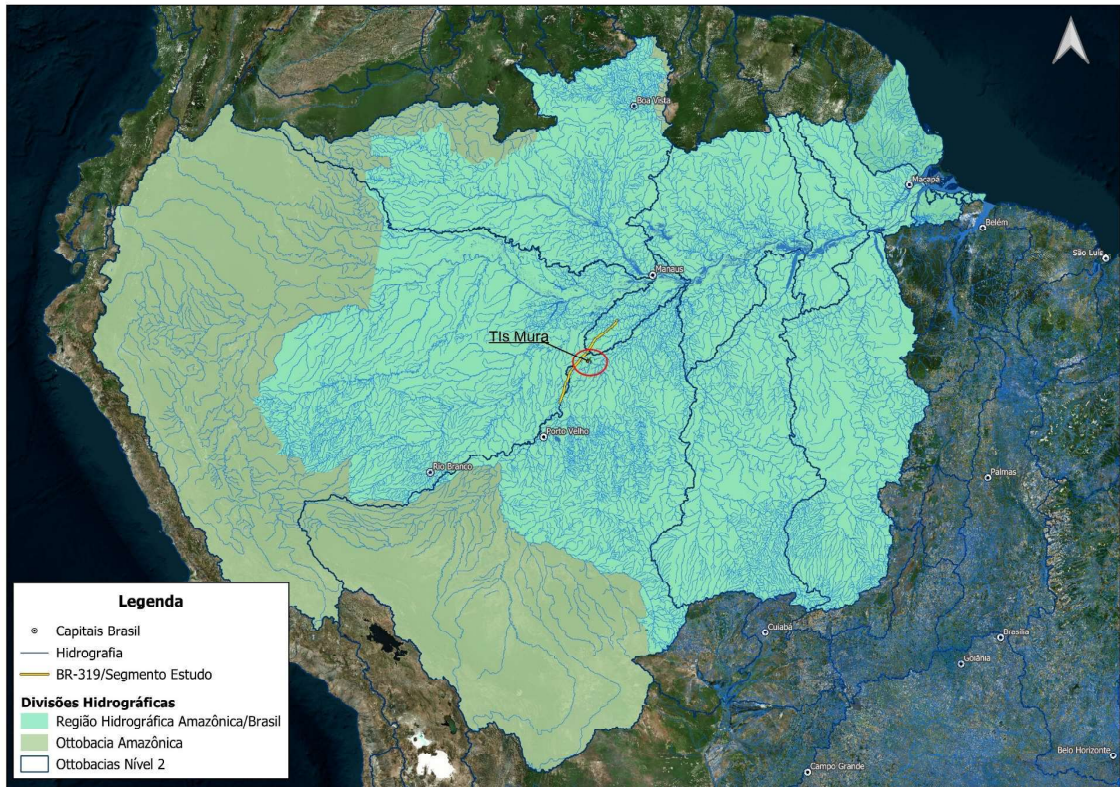


Figura 6. Inserção das TIs Mura na Bacia Hidrográfica Amazônica.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019; ANA-SNIRH, 2006

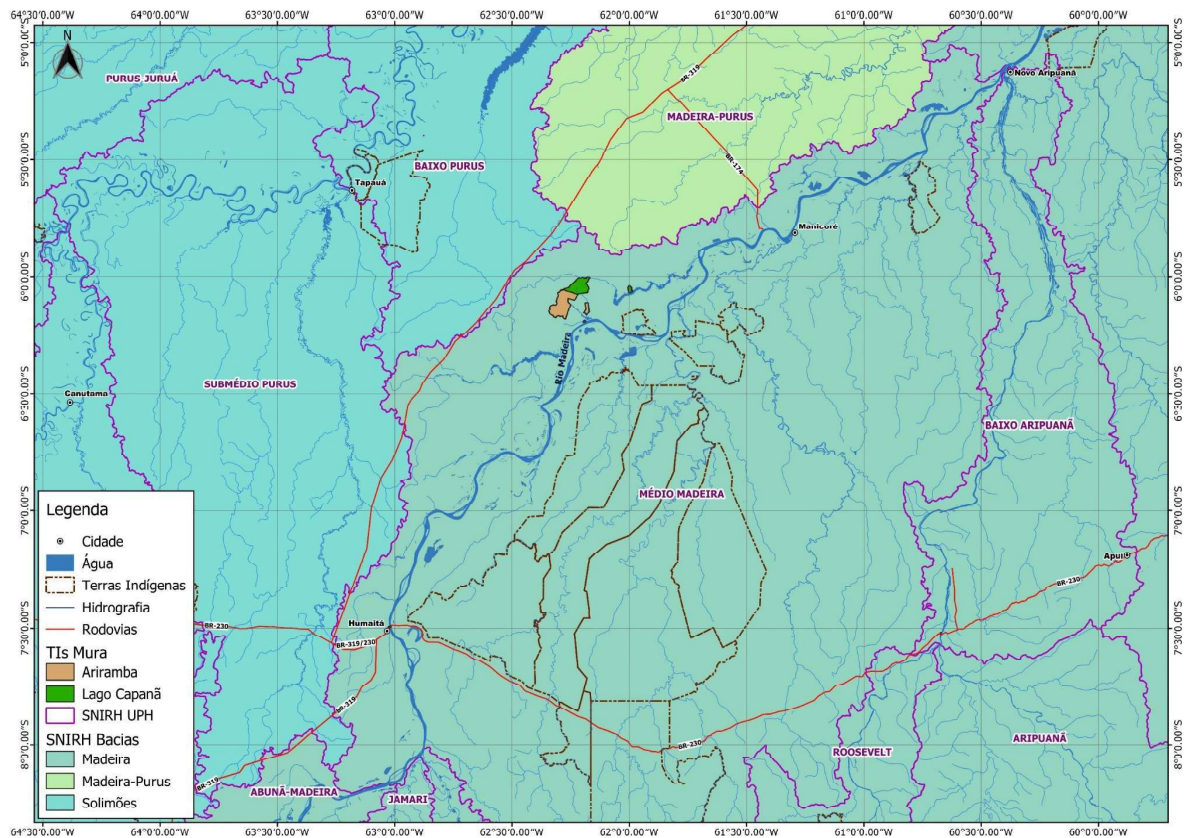


Figura 7. Localização das TIs Mura em relação a divisão hidrográfica. Fonte: Consórcio Etnias; ANA-SNIRH, 2016

A UPH do Médio Madeira possui área de aproximadamente 78.000 km², que representando 14% da área total da bacia do rio Madeira. Enquanto a bacia do Purus apresenta índices de preservação e cobertura de vegetação natural em torno de 90% de sua área total, a bacia do Madeira apresenta cerca de 71% de sua área ocupada por vegetação florestal e cerrados (ANA, 2012)

Caracterizado como rio de águas barrentas (brancas), o Madeira apresenta áreas de várzeas marginais alternadas com áreas de terra firme, enquanto seus tributários formados no escudo brasileiro apresentam águas claras, especialmente os afluentes da margem direita. A bacia do Rio Madeira tem uma formação complexa, visto que alguns formadores e tributários são de origem andina, percorrendo a região sudoeste da bacia e contribuindo para característica barrenta do rio, existindo ainda pequenos tributários de águas pretas. *“A heterogeneidade paisagística presente na bacia do rio Madeira garante alta diversidade por oferecer ambientes distintos como campinas, cerrados, florestas de terra firme e de várzea, buritizais, tabocais, e águas barrentas, pretas e transparentes”*. (PY-DANIEL, 2007: 35-42). Alguns destes afluentes como o Ig. Baetas e Ig. Capanã, possuem suas nascentes no interior da planície amazônica, atravessando terrenos já bastante erodidos e apresentando, assim, águas pretas ou claras com pouco material em suspensão, sobretudo na época de menor pluviosidade e águas baixas (UFAM/DNIT, 2009. Vol 2, pg. 139).

No contexto da BR-319, cujo traçado acompanha a região dos divisores de águas do interflúvio Purus-Madeira, ambos rios de águas brancas, os altos cursos de alguns igarapés afluentes do trecho do médio Madeira podem assumir características de águas pretas e claras durante a época das águas baixas, quando os afluentes sofrem pouca influência dos rios principais da bacia, ou quando os furos são barrados isolando assim o curso d'água afluente (igarapé ou lago) e criando um forte processo de decantação dos sedimentos gerando a coloração típica de águas pretas nestes tributários. (UFAM/DNIT, 2009. Vol 2, pg. 138).

Essa diversidade também é percebida pelos Mura, que diferenciam a assembleia e espécies de peixes existentes nos rios barrentos (rio Madeira) daquela que vive nos pequenos rios de águas preta e clara (Lago do Capanã e Ig. Baetas), conforme palavras de um morador da comunidade Mura Igarapé Grande comentando sobre as relações das inundações do rio Madeira e a ictiofauna presente no Lago do Capanã: *“Os peixes grandes do Madeira sobem muito pouco até aqui, os peixes estão nas cabeceiras”* ou *“Os peixes do Madeira só subiram na enchente de 2014.”* (Antônio, Igarapé Grande), ainda de acordo com os Mura esse fenômeno traz implicações para a dinâmica ecológica, especialmente para a composição da ictiofauna local, conforme descrito no itens 6.4.1 (Ictiofauna) e 6.6.2 (Caça e Pesca) deste relatório.

Um fator que representa um relevante passivo ambiental para a bacia hidrográfica do Madeira, e que afeta diretamente as comunidades mura, é a questão do garimpo e mineração de ouro. A bacia do rio Madeira é considerada a segunda região mais importante de mineração de ouro na Amazônia (ICMBio, 2018. PM da FLONA de Humaitá). O impacto da atividade mineradora decorre tanto pela contaminação por metais pesados (mercúrio) quanto pela degradação ambiental das áreas exploradas, por meio de modificação do leito do rio com conseqüente aumento da carga de sedimentos a jusante (CAPOBIANCO et al., 2001)

Na bacia do rio Madeira, além dos depósitos dispersos de ouro, cabe destacar também a província estanífera de Rondônia, e de acordo com os dados do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) a região da bacia do Madeira apresenta cerca de 550 km² de áreas oneradas por direitos minerários, maior valor para os tributários da margem direita do Solimões/Amazonas. (ANA, 2012)

Durante as atividades de campo realizadas entre 10 e 22 de Agosto nas TIs Ariramba e Lago Capanã a equipe técnica registrou ao longo do rio Madeira, entre Manicoré e a TI Ariramba, passando

pela boca do Igarapé Capanã, algumas embarcações e balsas (batelões) utilizadas na atividade garimpeira no leito do rio, as vezes as embarcações, dispostas lado a lado, formam um bloco único que ocupa a faixa central do leito do rio, ou ancoradas próximas as margens (**Foto 8**). A quantidade de balsas de garimpo observadas chega a dificultar a navegação das grandes embarcações de soja que utilizam este trecho da hidrovia do Madeira para o transporte de cargas entre Porto Velho e Manaus.



Foto 8. Batelões de Garimpo no rio Madeira

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

A atividade garimpeira no rio Madeira é uma realidade no cotidiano dos Mura que historicamente habitam as suas margens e seus principais afluentes, inclusive como fonte de renda complementar a muitos jovens e adultos das TIs Mura aqui estudadas. Entretanto, atrelada ao potencial aspecto positivo advindo das frentes de trabalho proporcionadas pelo garimpo, existem consequências negativas além de uma série de conflitos envolvendo os Mura e os garimpeiros. Na TI Ariramba, muito se comentou sobre o não cumprimento por parte de algumas embarcações em se respeitar a proibição de exploração do leito do rio próxima as margens pertencentes às terras indígenas, como o caso da TI Ariramba, conforme exemplificado na fala do Sr. Francisco Dato, liderança Mura: *“as dragas do madeira escavam bem na margem do rio na região da TI, provocando buracos no leito do rio que com isso vai “amolecendo” e ocorre o desbarrancamento das margens.* (Sr. Francisco Dato, liderança Mura da TI Ariramba). Outro fator potencial de gerar impacto é a retirada ilegal de madeira nos territórios indígenas e entorno por parte dos garimpeiros da região para a construção dos batelões (balsas de garimpo) (ICMBIO, 2013. PM Resex Lago do Capanã, pg.121)

6.1.2.1. Usos dos Recursos Hídricos e Ambientes Aquáticos nas TIs Mura

Os rios e igarapés na região amazônica tem importância fundamental para o cotidiano e modos de vida da população regional, sendo estas ribeirinhas ou não. Os cursos d’água representam o meio de locomoção e fornecem fonte de renda e subsistência para as famílias. No contexto regional de inserção das TIs Lago Capanã e Ariramba o rio Madeira constitui o principal condutor das relações dos mura com seu território de uso e com o ambiente regional.

A Terra Indígena Lago Capanã situa-se na região da microbacia do Igarapé Capanã, tributário do rio Madeira pela margem esquerda e tendo seus principais formadores localizados no divisor de água com a bacia do rio Jari, tributário do rio Purus.

A Terra Indígena Ariramba situa-se na região da microbacia do Igarapé Baetas, afluente direto do rio Madeira pela margem esquerda no divisor entre os formadores do Lago Betas (Lago Mergulhão) e a microbacia formadora do rio Acará, também tributário do médio Madeira.

A microbacia do Igarapé Capanã, pela proximidade com o rio Madeira, é caracterizada por apresentar pequenos afluentes pela margem direita, em especial na região do Lago Capanã, enquanto os afluentes pela margem esquerda, cujas nascentes são limítrofes as bacias do rio Jari e do rio Amapá, são de maior porte com bacias de contribuição maiores. O Igarapé Capanã corre no sentido sudoeste-nordeste acompanhando em seu alto curso o traçado da BR-319 e o rio Madeira. Apesar de atravessar a Resex do Lago do Capanã e apresentar áreas florestais ainda preservadas no seu alto curso, a proximidade de suas nascentes e de alguns de seus afluentes com a BR-319, sobretudo aqueles da margem esquerda, como o Igarapé Trairi e o Igarapé Jacaretinga, traz aspectos importantes quando relacionados aos potenciais impactos decorrentes das obras de melhorias e pavimentação da rodovia.

O Igarapé Capanã é o principal canal de transporte e acesso dos Mura da TI Lago Capanã para as regiões dos castanhais e outras zonas de recursos explorados pelos Mura fora da área demarcada, constituindo também a única via fluvial de acesso ao rio Madeira. São nas margens e nas cabeceiras dos afluentes deste curso d'água que estão localizadas os principais castanhais explorados pelas famílias Mura das comunidades existentes nas margens do Lago o Capanã, onde estão localizadas também as comunidades extrativistas e as vilas do assentamento do INCRA (PAE Matupiri).

A microbacia do Igarapé Baetas apresenta menor dimensão quando comparada ao Igarapé Capanã, estando limitada pela proximidade com o rio Madeira e pelas bacias do Ig. Capanã e rio Acará, este último local do divisor das nascentes do Igarapé Baetas, que corre em seu trecho inicial no sentido sudoeste-nordeste e após formar o Lago Baetas, em seu médio curso, flexiona para o sentido noroeste-sudeste até desaguar no rio Madeira.

O Igarapé baetas e o lago formado em seu médio curso constituem as principais vias de transporte para os Mura da TI Ariramba para o acesso aos castanhais da Gleba Ariramba quanto para as áreas de roça e coleta da Gleba Queimadinha (Ig. dos Mura). Na margem do lago formado pelo ig. Baetas estão localizadas algumas comunidades não indígenas e pequenos sítios que mantêm ligações de parentesco ou comerciais (trocas de produtos) com os mura.

As terras indígenas Mura Lago Capanã e Ariramba e seu entorno são caracterizadas por microbacias hidrográficas, que constituem tributários diretos da margem esquerda do médio rio Madeira, e todos tributário do Igarapé Capanã ou do Ig. Baetas, principais cursos d'água das TIs Mura. Tanto os lagos Capanã e do Lago Baetas sofrem influência da variação do regime das vazões do rio Madeira, caracterizada por cheias acentuadas com inundações das terras baixas. Esta dinâmica sazonal do regime de inundações não só condiciona as relações ecológicas da biota, terrestre e aquática, como as atividades produtivas e os padrões de deslocamento dos Mura pelo lago do Capanã e seus afluentes.

A diversidade de ambientes aquáticos e de transição observados nas microbacias que convergem para as TIs Mura, muito em decorrência da localização e das características fisiográficas destas microbacias, relativamente alongadas e curtas, cujas nascentes constituem o divisor de águas da bacia do rio Purus, que seguem acompanhando a planície fluvial e o curso do rio Madeira.

Os principais rios, Igarapés e igapós que compõe a rede hídrica que drena as terras indígenas mura aqui consideradas e suas áreas de uso, são aqueles que de alguma forma constituem referências para o modo de vida, seja nas atividades do cotidiano, tais como o banho, as brincadeiras, as pescarias, o lavar a roupa e as louças, seja como caminho para as canoas e acesso aos parentes mais distantes, às roças e as áreas dos castanhais e outras áreas de caça e pesca; seja também como local considerado sagrado ou histórico em cuja as margens abrigam antigas aldeias, acampamentos temporários e cemitérios.

É importante destacar que as nascentes dos principais rios e Igarapés formadores pela margem esquerda dos Lagos do Mergulhão, Baetas e Capanã, que banham as TIs Mura, encontram-se próximos da região da BR-319, uma vez que o traçado original da rodovia buscou justamente o alinhamento com

o divisor de águas do interflúvio Purus-Madeira (UFAM/DNIT, 2009; 199), dentre estes podemos citar Cabe também ressaltar que as nascentes dos principais formadores da rede hídrica das TIs Mura encontram-se fora dos limites demarcados ou de outra área legalmente protegidas, exceção das cabeceiras dos afluentes da margem esquerda do Ig. Capanã, que nascem no interior da Resex do Lago do Capanã. (ver Mapas 5 e 7 - Anexo 4)

Tanto a bacia do Madeira quanto a do Purus apresentam densa rede de drenagem dendrítica (ou arborescente) com meandros bem marcantes típicos de drenagens que corre no interior da planície amazônica (UFAM/DNIT, 2009).

A seguir estão caracterizados os cursos d'água na região das TIs Ariramba e Lago Capanã considerados de importância para o modo de vida mura conforme seus usos.

- **Terra Indígena Ariramba**

Quase toda a rede de drenagem da TI Ariramba compõe a microbacia do Igarapé e do Lago Baetas, situada no interflúvio das bacias do rio Acará e seu lago, do Ig. Capanã, e das microbacias que desaguam diretamente no Madeira, caracterizando uma região quase insular, um enclave fluvial, compreendida entre a margem esquerda do lago Acará e as margens direita do Ig. Capanã e do rio Madeira, como podemos observar pelo **Mapa 7** – Rede de Drenagem de Interesse na Região das TIs Ariramba e Lago Capanã (Anexo 4) e **Figura 8**.

Dentre os principais igarapés que compõe a rede hídricas da TI Ariramba podemos citar:

- **Igarapé Baetas**. Principal curso d'água, tanto em volume quanto em importância para os mura, equiparando-se nesse sentido com o rio Madeira. Apesar da gleba que abriga as moradias e as habitações permanentes dos mura estar localizada a margem do rio Madeira, a força de suas águas, a grande movimentação de embarcações e a própria variação do nível d'água na época do verão, quando o baixo curso do rio expõe altas barrancas que dificultam o acesso às comunidades, fazem com que os mura tenham preferência por utilizar no cotidiano os igarapés existentes nas proximidades de sua comunidade, no caso o Igarapé Baetas e o Igarapé Braço das Mercês, seu afluente. Estes dois igarapés na épocas das chuvas e das cheias isolam a gleba da comunidade mura, que se transforma em uma pequena ilha entre o rio Madeira e os braços dos lagos formados por estes igarapés (Figura 8 e Mapa 7). O igarapé Baetas é a principal via de acesso às áreas de roças (Gleba Igarapé dos Mura ou Queimadinha) e para os castanhais da Gleba Ariramba localizada na região das cabeceiras do Ig. Baetas e de seus principais tributários. Nas margens do Lago Mergulhão ou Baetas existem comunidades não indígenas bem como sítios e residências de parentes dos mura da TI Ariramba. O igarapé em seu alto curso e o lago próximo à TI são áreas exploradas para pescarias.
- **Igarapé Braço das Mercês**: Igarapé que faz limite com a terra indígena e constitui o curso d'água principal do cotidiano Mura, utilizado como porto para as embarcações usadas no Lago e Igarapé Baetas, e como área de banho e recreação. É a via fluvial de acesso ao Igarapé e lago Baetas, visto que na época da estiagem a boca do Ig. Baetas fica isolada do rio Madeira, dificultando o acesso ao lago, daí a preferência dos mura em utilizar o porto do braço das Mercês para acesso as áreas de uso das glebas Ariramba e da Queimadinha.
- **Igarapé do Moura**: Curso d'água afluente do Igarapé Baetas/Lago Mergulhão, e um dos limites da gleba Queimadinha, utilizada para as roças e atividades de coleta, caça e pesca, sendo a principal via de acesso para os caminhos que levam ao interior da área (**Foto 9**).



Foto 9. Igarapé do Moura na região do limite da Gleba Queimadinha (Igarapé dos Mura)

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

- Igarapés Gavião e Gaviãozinho: Principais formadores pela margem esquerda do Ig. Baetas Igarapés e via de acesso aos castanhais e áreas de coleta da região central da gleba. O braço do Ig. Gaviãozinho é local de antiga moradia e por isso mantém certa importância histórica para os mura da Ariramba. Atualmente a boca do Gaviãozinho é local de acampamento de caça e pesca e moradia na época da coleta da castanha, além de constituir um dos limites da gleba Ariramba.
- Rio Madeira: A comunidade mura dos Baetas está localizada na margem esquerda das barrancas do rio Madeira, principal porto e local de banho da comunidade, como uma estratégia dos mura de facilitar o acesso e o comércio com as comunidades ribeirinhas e centros urbanos. Entretanto, a proximidade com o Madeira traz também insegurança em relação à potenciais conflitos envolvendo garimpeiros e invasores.

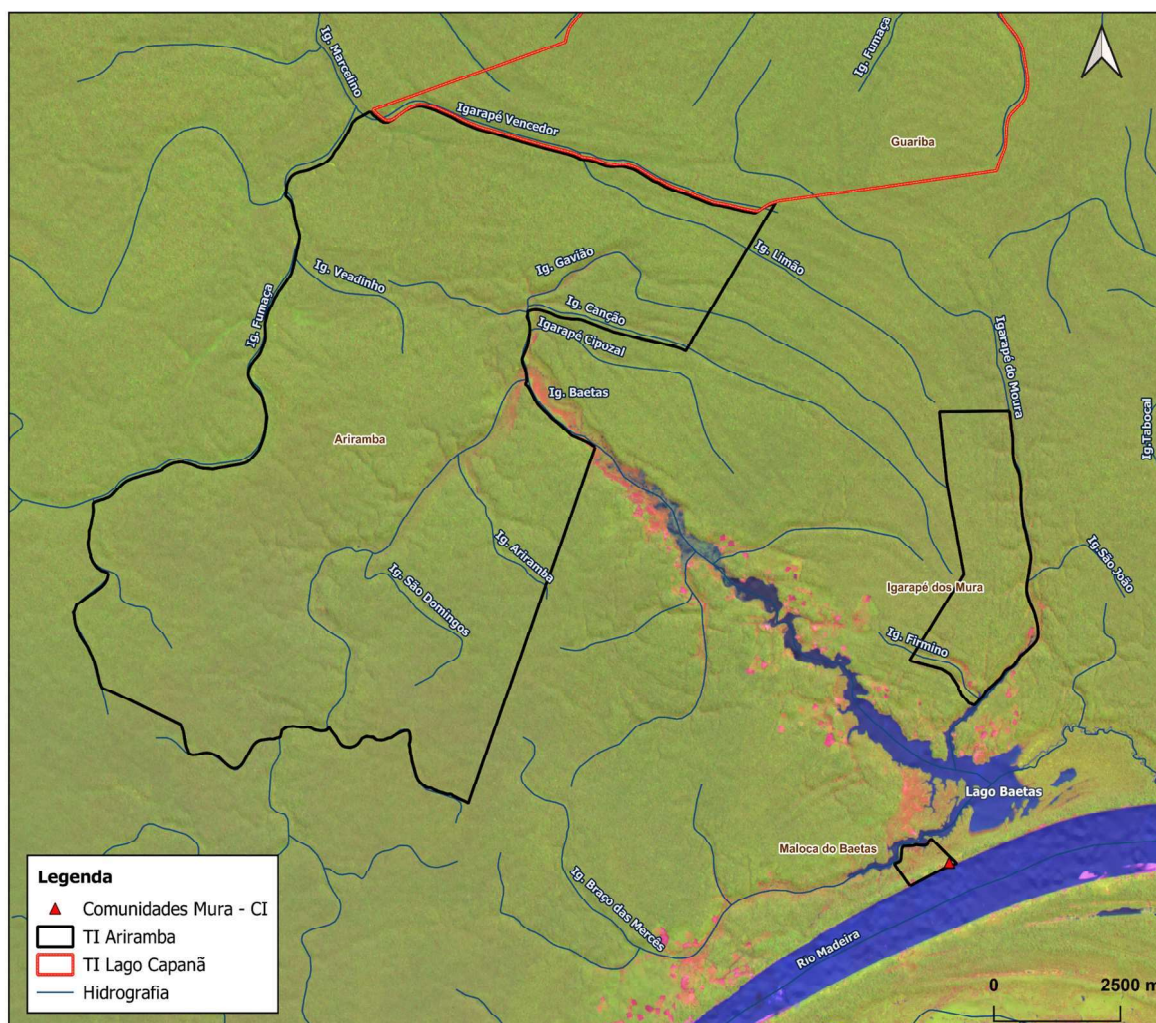


Figura 8. Rede hidrográfica na TI Ariramba
Fonte: Consórcio Etnias, 2019

• **Terra Indígena Lago Capanã**

A drenagem da região das duas Glebas da TI Lago Capanã é toda composta por pequenos e médios igarapés tributários do Igarapé Capanã que em seu médio curso convergem formando o Lago do Capanã, cujas margens abrigam todas as comunidades Mura, além de comunidades extrativistas, antes de desembocar no rio Madeira onde o curso d'água volta a apresentar características fluviais. dentre os principais podemos citar:

- **Igarapé Capanã:** Principal curso d'água das comunidades mura que residem no Lago do Capanã, constituindo a única via de acesso às comunidades e ao rio Madeira. No trecho do Lago o Ig. Capanã os mura realizam as atividades do dia a dia tais como banhos, lavar roupas e recreação, é também o local de construção de trapiches e local dos porto. Os inúmeros poços e estirões existentes nos diversos ambientes aquáticos que transitam do fluvial ao lacustre no Ig. Capanã, dependendo da época e do regime das chuvas, são utilizados para pescarias com malha e linha. As nascentes e alguns tributários do alto curso do Igarapé Capanã estão na região da BR-319, ou até mesmo cortam o traçado da rodovia, como por exemplo o Ig. Trairi,

fator que pode potencializar possíveis impactos na qualidade da água destes cursos d'água e consequentemente do Lago do Capanã, quanto eventuais conflitos e disputas fundiárias e direitos de exploração dos recursos florestais locais, incluindo as pontas de castanha.



Foto 10. Alto-médio curso do Igarapé Capanã, acima da Gleba Guariba.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

- **Igarapés Inajá e Inajazinho:** Importante microbacia localizada na margem esquerda do Lado do Capanã e principal curso d'água para os mura da comunidade Montes Claros, situada na boca do Igarapé. Estes igarapés servem de via de acesso à algumas pontas de castanha localizadas na região de terra firme de seu alto e médio curso, região explorada tanto pelos mura quanto pelos extrativistas da Resex do Lago do Capanã Grande (**Figura 9**).
- **Igarapé Traíra:** Na margem direita deste igarapé está localizada a comunidade mura do Traíra, que usa as suas margens para as atividades de coleta, extrativismo e para a colocação dos roçados. O Igarapé também serve de via de acesso a alguns castanhais (chamado de Pontinha) explorado exclusivamente pela comunidade do Traíra (**Figura 9**).
- **Igarapés Tabocal e Grande.** Drenagem que abrange as áreas de uso da comunidade Mura de São Carlos. Constitui um dos principais afluentes pela margem direita do Capanã, com as nascentes de seus formadores localizadas próxima ao divisor do Ig. Baetas e do rio Madeira, na região da TI Ariramba (Gleba Igarapé dos Mura), em área não protegida por terra indígena ou Unidade de Conservação, e considerada de uso tradicional pelos mura, tanto da TI lago Capanã quanto da TI Ariramba (**Figura 9**).

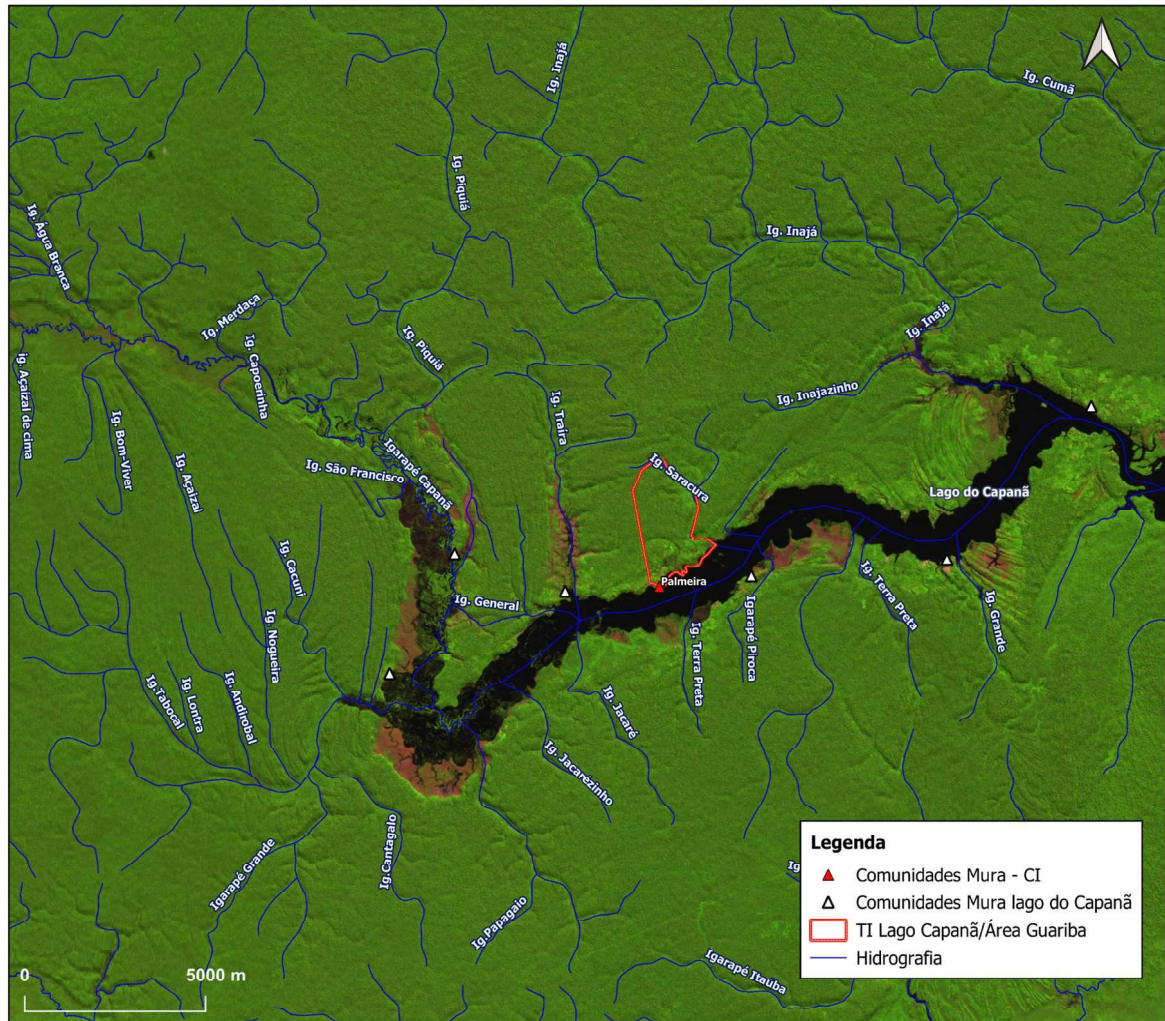


Figura 9. Rede hidrográfica na Área Palmeira – lago do Capanã

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

- Igarapés Fumaça, Jararaca e Onça. Afluentes pela margem direita do médio curso do Ig. Capanã (**Foto 10**) estes Igarapés compõem a rede hídrica da Gleba Guariba, e são as vias de acesso para os castanhais de mesmo nome, explorados pelos mura da comunidade Palmeira. Nas bocas dos igarapés ficam os portos e as barracas temporárias utilizadas na época da coleta da castanha. No verão para ter acesso às barracas localizadas em área de terra firme é preciso atravessar a pé o trecho de igapó e mata seca, que varia de 300 a 1000 metros, da boca dos igarapés até o talude da terra firme. Os igarapés Fumaça e Onça constituem, respectivamente, os limites leste e oeste da Gleba Guariba (**Foto 11 e Figura 10**).

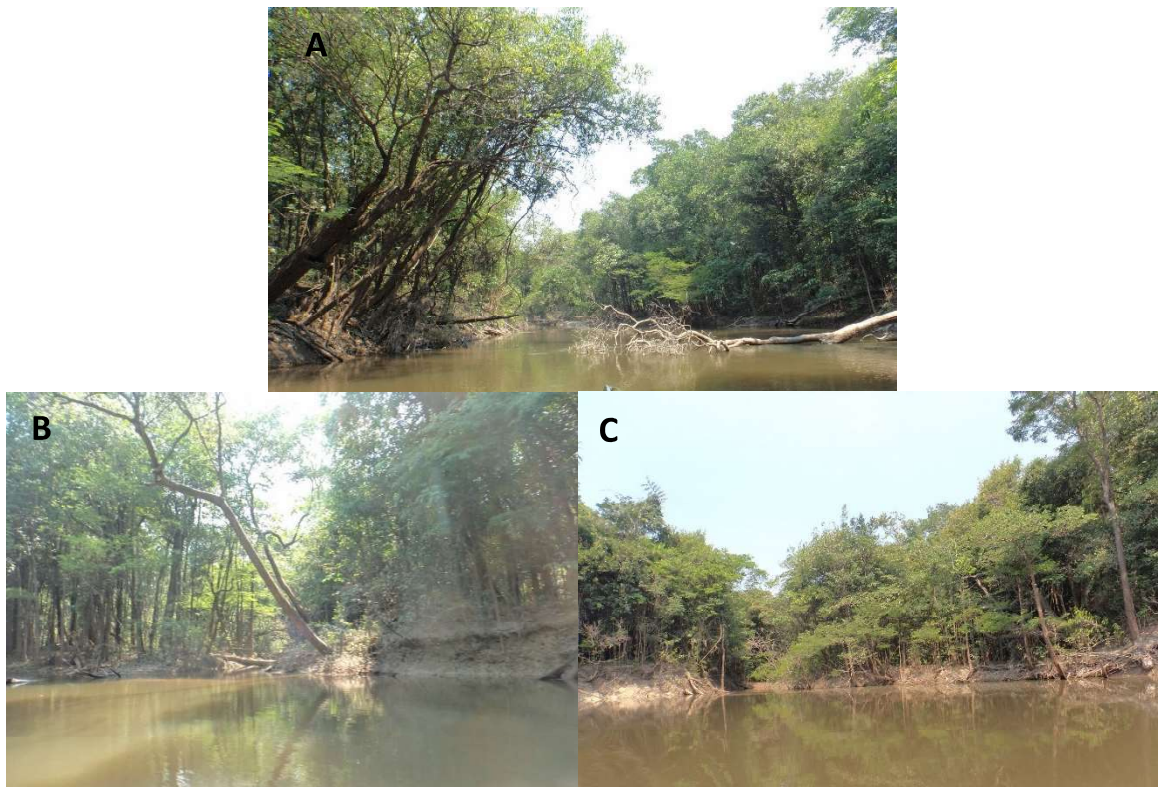


Foto 11. Bocas dos Igarapés Fumaça (A), Jararaca (B) e Onça (C) – Gleba Guariba.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

- **Igarapé Marcelino.** Afluente pela margem direita do Capanã e limite da Resex Lago do Capanã Grande localizado em uma região com sobreposição de usos entre os mura e não indígenas, com a existência de castanhais explorados tanto pelos mura (castanhal Tapiú) como por não indígenas (castanhal do Mixita e Taracué) que utilizam a área apenas na época da coleta da castanha. Os formadores do Igarapé Marcelino, constituem os limites e a divisa entre as Glebas Guariba (TI Lago Capanã) e Ariramba (TI Ariramba) e ainda o limite oeste da Gleba Ariramba (**Figura 10**).
- **Igarapé Água Branca.** Junto com seu tributário, o Igarapé São Domingos, compõe importante microbacia da margem esquerda do Ig. Capanã em área considerada de uso tradicional indígena pelos mura, com a existência de vários castanhais explorados de forma comunitária pelos mura das comunidades das margens do lago do Capanã (**Foto 12**). As nascentes do Água Branca e do São Domingos estão situadas no interior da Resex do Lago do Capanã Grande a menos de 10 km de distância da BR-319, assim como descrito acima para o do Ig. Capanã, trata-se de um aspecto que pode potencializar possíveis impactos na qualidade da água destes cursos d'água e conseqüentemente do Lago do Capanã, quanto eventuais conflitos e disputas fundiárias e direitos de exploração dos recursos florestais locais, incluindo as pontas de castanha (**Figura 10**).



Foto 12. Igarapé Água branca, afluente do Ig. Capanã.
Fonte: Consórcio Etnias, 2019

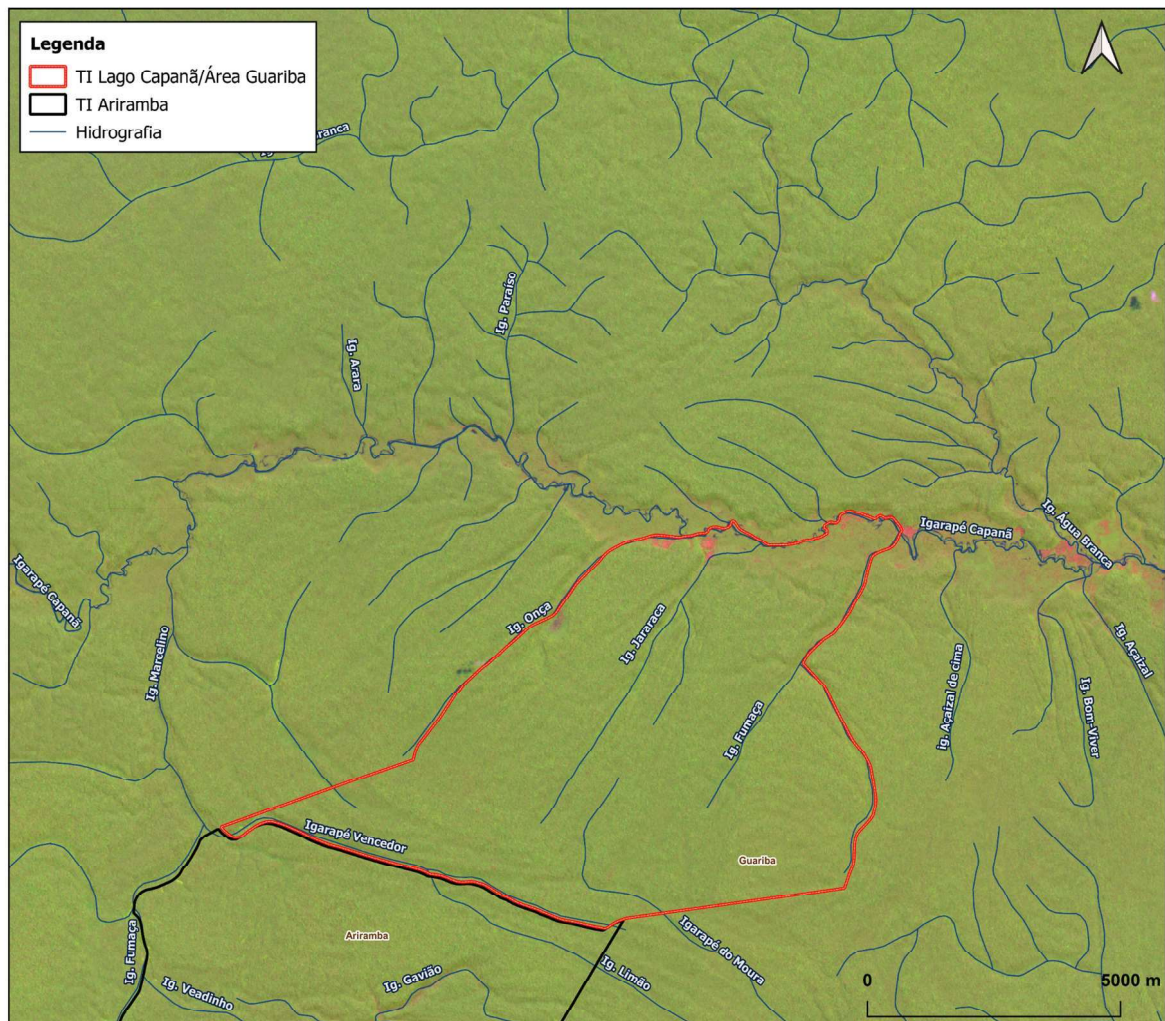


Figura 10. Rede hidrográfica na Área Guariba – TI Lago Capanã
Fonte: Consórcio Etnias, 2019

- **Igarapé Palmeira.** Tributário formador do Ig. Capanã sendo importante para os mura por abrigar na região de sua drenagem diversas pontas de castanha que, embora distantes das comunidades e acessíveis apenas no inverno, são exploradas de forma comunitária pelos mura. A distância das comunidades e a proximidade com a BR-319 fazem da região do Igarapé Palmeira, em conjunto com as nascentes do Ig. Capanã, estratégica para a manutenção do território tradicional mura.

- **O Lagos do Capanã e Baetas**

Em ambas as TIs Mura os principais igarapés que banham as suas glebas e demais áreas de uso formam em seu baixo curso um sistema lacustre independente dos pulsos de inundação do rio Madeira, apesar da influência que águas do Madeira exercem, na época das chuvas, com a elevação do nível das águas do Baetas e do Igarapé Capanã na região de suas bocas.

Tanto o Lago do Capanã quanto o Lago Baetas, que margeiam as TIs Mura aqui em questão, são afluentes pela margem esquerda que escoam para o rio Madeira através de furos (paraná), e possuem fundamental importância para os aspectos socioeconômicos e ambientais da vida Mura, atuando como principais vias de acesso às áreas de uso tradicional e no caso da TI Lago Capanã o lago homônimo constitui a única via de acesso aos centros urbanos e vilas ribeirinhas situadas as margens do rio Madeira.

Todas as comunidades Mura estão situadas ou nas margens do lago do Capanã Grande e ou na margem do rio Madeira, caso da comunidade Ariramba, seguindo, assim, o padrão histórico-regional ribeirinho de ocupação do território amazônico, sempre voltada as margens dos grandes rios. Situação que visa facilitar o acesso e as atividades comerciais.

Diferentemente do rio Madeira, que apresenta o padrão de rios de águas brancas, os Igarapés formadores dos Lagos do Capanã e do Baetas possuem padrões característicos de rios de águas pretas com formação de extensos igapós, visíveis na época da estiagem.

- **Lago do Capanã Grande**

A fisiografia do lago demonstra ser este o trecho final do baixo igarapé Capanã, barrado pelo sistema Madeira, um dos maiores escoadores da bacia Amazônica, responsável por carrear e acumular sedimentos em suas margens. O Igarapé Capanã, formador principal do lago, recebe uma ampla e estruturada rede de afluentes em seu curso superior, tipicamente fluvial.

Além de receptor principal da microbacia do Capanã, localiza-se em um divisor de terrenos bem evidente: em sua margem norte (esquerda) encontram-se terras firmes com vales, um terreno em processo de desgaste, enquanto ao sul (margem direita) encontram-se terrenos em processo de sedimentação, mais sujeitos aos pulsos de inundações.

As drenagens da margem norte são bem marcadas, entalharam vales definidos, enquanto na face sul encontramos terrenos sedimentares definidos inclusive pela deposição nos pulsos sazonais. Tais terrenos comportam uma floresta já estruturada, onde já se encontram castanheiras *Bertholetia excelsa*, além de outros recursos

Como a margem sul da bacia do Capanã é mais baixa, está sujeita a alagamentos que permitem ligações entre cabeceiras de bacias diferentes, como o Capanã e o Baetas. Ali, onde há igarapés compridos e paralelos, definidos pelos cordões de sedimentos fluviais recém-consolidados, alguns transcendem sua cabeceira, permitindo passagem para o outro lado.

Após a área já demarcada como terra indígena, em sua gleba maior, a Gleba Guariba, o Igarapé Capanã percorre mais alguns quilômetros com essa característica, de um igarapé perene, com volume

de água o bastante para permitir sua navegabilidade por botes motorizados (**Foto 10**). O trecho seguinte, onde se encontram as comunidades de Bom-Que-Dói e São Carlos, é o trecho onde se formam os igapós, com sazonalidade bem definida. Esse trecho, bem meândrico em tempos de seca, obriga a seguidas voltas para se navegar por seu canal principal (**Foto 13**). O curso preferencial aí desce em direção ao sul, atravessando diversos pontos de utilização de recursos, dos quais se destacam os lagos para pesca. ‘Lagos’, aqui, definem um conceito próprio para a atividade pesqueira: são poços de maior volume de água, onde há concentração de peixes; nesse trecho, podemos destacar o Lago São Francisco e o Lago José Carvalho, ambos de uso dos Mura habitantes de Bom-Que-Dói e São Carlos.



Foto 13. Igarapé Capanã em trecho tipicamente fluvial em seu médio curso

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

Após a embocadura do Igarapé Tabocal, o Capanã entorna para o leste, onde se forma propriamente o lago. Esse trecho ainda não é permanentemente alagado: durante o período de estiagem, ali se contam mais de vinte meandros, separando a comunidade de São Carlos das comunidades de Traíra, e Palmeira. Essa informação auxilia a compreender a dinâmica de acessos à parte alta do Igarapé Capanã: ele se torna preferencialmente navegável na época de chuvas, quando também há a temporada de coleta de castanha. Quando há a vazante, para se deslocar entre as referidas comunidades, há de se enfrentar os meandros por entre os igapós dessa região; para se ter uma ideia, apenas entre Palmeira e Traíra, distantes a uma caminhada de 40 minutos, a pé, há que se percorrer sete meandros por via fluvial.

Após os igapós em frente às comunidades Palmeira e Guariba 2 (Castanha Piroca), o lago do Capanã torna-se permanente, mantendo certo volume de água a maior parte dos anos (**Foto14**). O trecho de lago tem a extensão de cerca de 46 quilômetros e é plenamente navegável, exigindo técnica e destreza apenas no trecho final de deságue no Rio Madeira (**Foto 15**) ali, há o barramento formador do lago, com um desnível e subsequente parte com corredeiras sobre os solos da região, lamacentos, levando alguma quantidade de sedimentos para o Rio Madeira.



Foto 14. Lago do Capanã Grande na Comunidade Palmeira
Fonte: Consórcio Etnias, 2019



Foto 15. Igarapé Capanã em seu baixo curso, próximo a foz com o rio Madeira
Fonte: Consórcio Etnias, 2019

- Lago Baetas

O Baetas, junto com o lago Mergulhão, forma um complexo lacustre que envolve as áreas da TI Ariramba. Este sistema de lagos é formado principalmente pelo Igarapé Baetas, que segue em características fluviais de suas nascentes até passar pela Gleba Ariramba, trecho a partir do qual este curso d'água assume feições lacustres recebendo águas dos igarapés Gavião e Igarapé Canção. Neste trecho, denominado de lago Mergulhão, o igarapé Baetas segue sentido Noroeste-sudeste até seu baixo curso na região da foz dos igarapés Braço das Mercês e Igarapé do Moura, onde tem início o Lago Baetas, já em região da planície fluvial do rio Madeira (Ver Figura 8 e Mapa 7). Na época das cheias o Lago Baetas conecta-se ao rio Madeira, cerca de 05 km a jusante da comunidade, e torna-se a via entre o pequeno porto da comunidade no Igarapé das Mercês e o grande rio. É pelo complexo lago Mergulhão e lago Baetas que os Mura da TI Ariramba se deslocam para chegar nas glebas Queimadinha (Igarapé dos Mura), na margem esquerda da confluência entre os dois lagos e na gleba Ariramba no médio Igarapé Baetas.

A formação do Lago Mergulhão e do Baetas obedece ao sistema regional do Madeira, sendo um curso de água barrado pelo volume de águas desse caudaloso rio. Antes de desaguar no Rio Madeira, o Baetas forma um estreito canal de corredeiras, que atravessa nesse único ponto o cordão de terras que o separa quase paralelamente do grande rio. A comunidade se assenta no cordão entre o Rio Madeira e o lago, às margens do rio, no alto de suas barrancas frente à enorme vazão, enquanto tem ao seu fundo, com acesso por trilhas, o Igarapé Braço das Mercês, o qual deságua nas águas calmas do Lago Mergulhão, ora com margens mais lamacentas, e mais adentro clareando, com o menor volume de sedimentos. Os terrenos onde se assenta a comunidade ainda pode sofrer alagamento, nas cheias maiores do Rio Madeira; essa situação ocorreu na cheia atípica, após a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, em março de 2014. Nessa ocasião, a comunidade foi obrigada a abandonar suas casas, além de perder todo o bananal plantado nas margens do Madeira.

As outras duas áreas que compõem a terra indígena também estão completamente inseridas nessa bacia hidrográfica, a área de roças conhecida como Queimadinha, no Igarapé do Moura, afluente à margem esquerda do sistema lacustre, e a Ariramba, composta por boa parte das cabeceiras e cursos formadores do lago. O Igarapé do Moura tem margens mais altas e é formado por terrenos menos afetados por eventuais cheias, sendo mais propício para roças.

Todos os terrenos dessa bacia são formados por antiga bacia de deposição do Rio Madeira, sendo visíveis nas imagens orbitais diversos cordões onde outrora a drenagem depositou os sedimentos. Tais paleoformações são perceptíveis em diversas direções, dependendo da distância das margens atuais do Madeira. São delas resultantes as várias drenagens paralelas nos formadores da bacia do Baetas/Mergulhão, como o Gavião e o Canção, assim como o Igarapé do Moura e vários de seus afluentes. Os cordões paralelos possuem formas de arcos, ou retas e em diversas direções, denotando a parte meândrica que as teriam originado, tendo como direções principais a noroeste-sudeste (perpendicular ao curso atual do Madeira) e paralelas ao espelho do lago, portanto; a continuidade a montante do lago, quando os igapós da bacia sedimentar predominam, são largos para não se reconhecer tal direção. Já dentro da parte demarcada temos a direção principal da drenagem correndo paralela ao Madeira, de sudoeste a nordeste. Exceto a calha principal, larga, os outros cursos são mais encaixados e sinuosos, não seguindo a lógica dos cordões, pois se trata de terreno mais antigo e em desgaste da Formação Içá. (Ver Figuras 8 e 11 e Mapa 7).

6.2. Geologia, Relevo e Solos

A Amazônia está inserida no contexto regional de duas grandes unidades geológicas: o Cráton Amazônico e a Bacia do Amazonas (ALMEIDA et al., 1977). A Bacia do Amazonas divide o Cráton Amazônico em duas porções distintas: uma a norte e outra a sul. A porção norte, designada de *Escudo*

das Guianas, avança para o sul da Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, enquanto a porção sul, designada de *Escudo Brasil Central*, engloba a parte sudeste do Amazonas, Rondônia e estende-se para o Mato Grosso.

A região que compreende as TIs Mura Lago Capanã e Ariramba encontra-se sobre as rochas sedimentares da Bacia Amazônica, caracterizadas pela topografia plana e idade recente. Em termos geológicos ocorrem quatro diferentes unidades:

- Formação Içá
- Cobertura Detrito-Laterítica
- Aluviões Holocênicos
- Terraços Holocênicos

A Formação Içá, é predominantemente arenosa com níveis lateríticos, incluindo intercalações de argilitos cinza a vermelhos e camadas de turfa. É composta de sedimentos pelíticos fluvio-lacustres com bancos arenosos, além de lentes e concreções de calcários e gipsita e lentes de linhito. Esta Formação é muito rica em fósseis vegetais e animais, como troncos, folhas, carófitas, ostracoides, escamas, dentes e ossos (CAPUTO et al., 1971). Essa formação é a predominante na região dos altos cursos e formadores dos lagos Capanã e Baetas.

As coberturas detrítico-lateríticas possuem ocorrência extremamente comum, distribuídas de forma ampla e descontínua em toda a região do rio Madeira, especialmente em sua margem direita. Na região das TIs Mura a unidade ocorre ao longo da planície fluvial do lago do Capanã Grande e na margem esquerda do lago Baetas, ocupando grande parte do interflúvio Madeira-Lago Capanã/Baetas. Ao longo das redes de drenagem são encontrados depósitos pelito-psamíticos e cascalhos, relacionados à rede de drenagem amazônica que apresentam ocorrências de Terraços Holocênicos/fluviais e Aluviões Holocênicos nas áreas de inundação. Quase todas as comunidades Mura da TI Ariramba e do lago do Capanã Grande localizam-se nas margens das redes de drenagem, recobertas pelos aluviões e planícies de inundação (**Figura 11**).

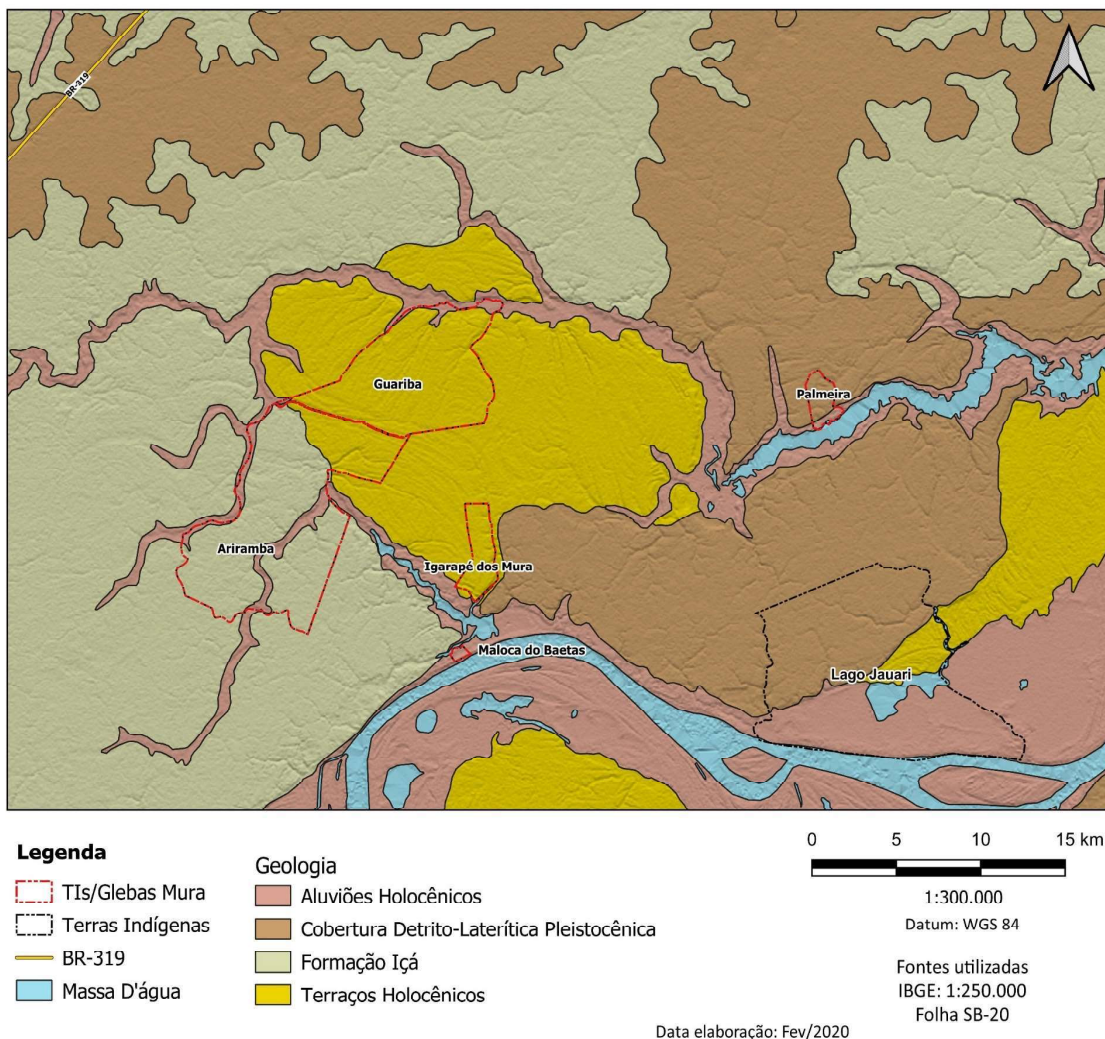


Figura 11. Unidades Geológicas nas TIs Mura

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

Geomorfologicamente, a região está inserida no **Domínio morfoclimático da Amazônia**, segundo a classificação de Aziz Ab'Saber, que abrange o conjunto de características topográficas, pedológicas, climáticas, florestais e hidrológicas da área ocupada pelo bioma amazônico e recebe a nomenclatura de **terras baixas florestadas equatoriais**. Este domínio apresenta formas de relevo predominantemente marcadas por depressões, consideradas em comparação com o relevo circundante, havendo baixos planaltos e planícies fluviais da **Bacia Amazônica** (Figura 11 e Mapa 8 - (MP-BR.319.AM-009-720-0082-006=A) - Geomorfologia na Região das Terras Indígenas em Estudo.

As áreas que compreendem as Terras Mura da TI Lago Capanã e Ariramba localizam-se na Unidade Morfoestrutural Bacia Sedimentar Solimões Amazonas. Esta formação é constituída por sedimentos arenosos e siltico-argilosos depositados em ambiente flúvio-continental de planície de inundação. Onde, sedimentos recentes estão dispostos pela cobertura sedimentar cenozóica, representada pelas praias atuais e depósitos aluviais ao longo dos rios. Os depósitos aluviais podem ser distinguidos entre Aluviões Antigas ou Indiferenciadas (terraços), que se constituem principalmente de areias quartzosas e as Aluviões Atuais das planícies de inundação, com predomínio de sedimentos silticos-argilosos e areias de granulação geralmente fina, visíveis apenas nos meses de maior vazante. As TIs Mura, localizam-se na Planície Fluvial Amazônica, em áreas onde o terreno é

altamente influenciável pela ação fluvial, no caso associadas especialmente aos rios Madeira, Baetas e no Lago do Capanã (**Figura 12**).

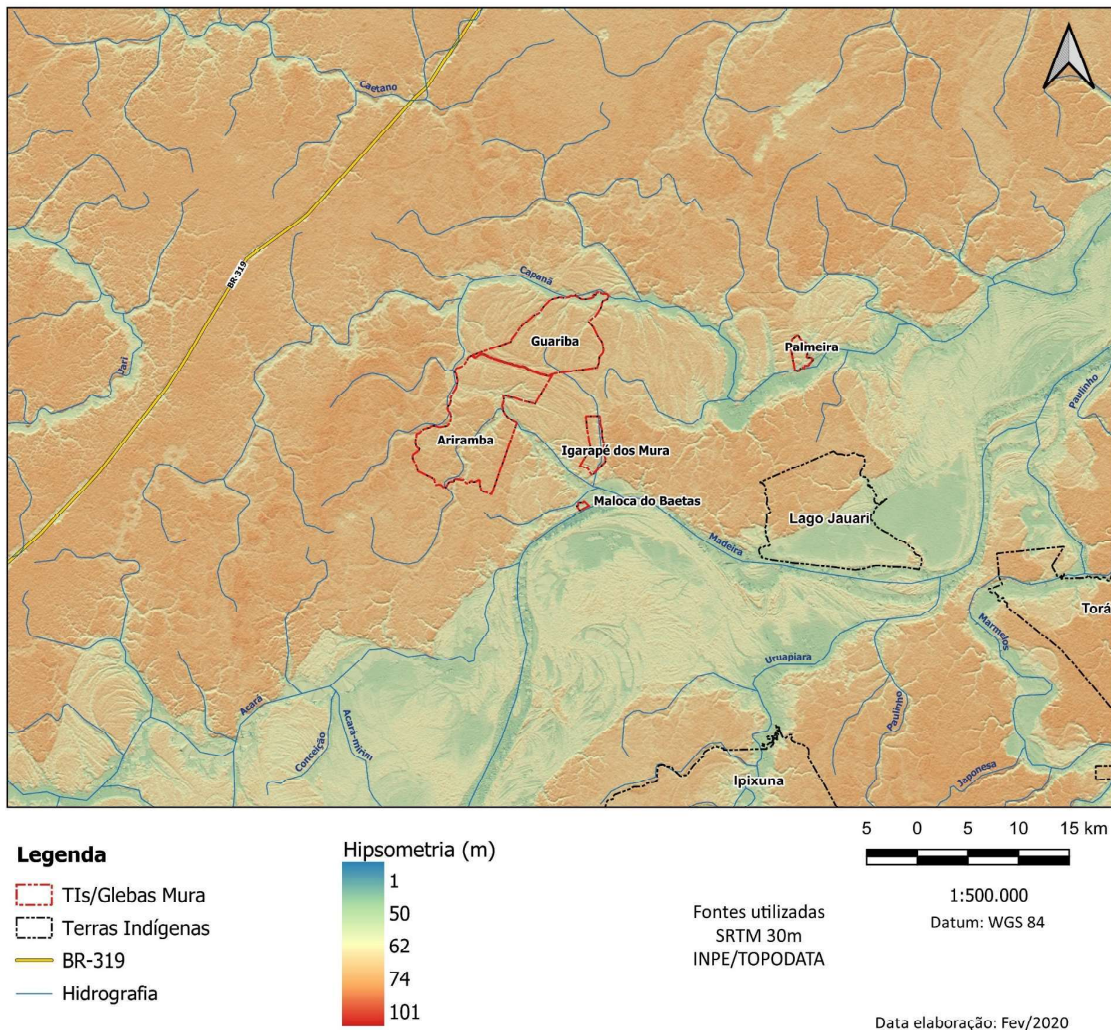


Figura 12. Mapa Hipsométrico da região das TIs Mura

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

A região do rio Madeira apresenta altitude geralmente inferior aos 100 m, definida como um conjunto de planícies e de terraços, em áreas inundadas e/ou inundáveis. A maior parte da área é plana, com interflúvios tabulares e colinas relacionadas à unidade Morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia (Ocidental). Os interflúvios tabulares são contíguos à margem esquerda da planície do rio Madeira na unidade geomorfológica denominada Depressão Madeiras Purus. As colinas geralmente se posicionam próximas ao rio Madeira e apresentam-se em pequenas dimensões. (EMBRAPA, 2006)

Os solos da Amazônia são considerados de baixa fertilidade, uma vez que apresentam extrema pobreza em fósforo, acidez elevada, pobreza em macro e micronutrientes e lençol freático pouco profundo. O fósforo concentra-se na superfície, proveniente da decomposição da biomassa vegetal, tornando-se um dos grandes fatores limitantes a produção agrícola.

As comunidade Mura do Lago do rio Capanã e da TI Ariramba, estão assentadas principalmente sobre Argissolos, com maior expressão nos trechos de médio e alto curso da bacia do Igarapé Capanã e abrangendo integralmente a microbacia do Igarapé Baetas, em áreas com predomínio da floresta

ombrófila densa. Na região ao longo do baixo curso do Igarapé Capanã, predominam os Gleissolos, registrados nas planícies dos terraços fluviais, em áreas periodicamente ou permanentemente saturados por água e de baixa fertilidade, mais expressiva ao longo do Lago do Capanã e seus afluentes, em áreas com vegetação de floresta aberta com influência fluvial ou lacustre, neste caso encontra-se apenas a Comunidade Palmeira.

Cabe destacar a importância que as chamadas “terras pretas” (solos antropogênicos) possuem para o sistema produtivo da população amazônica de terra firme. Estes solos antropizados e férteis são disputados para as plantações e roças e atuam como marcadores e indicadores da presença de espécies específicas de uso. Tal fato condiz com os vários igarapés e comunidades nomeados de “terra preta” encontrados na região do Lago do Capanã.

O **Mapa 9 - (MP-BR.319.AM-009-720-0082-017=A)** - Classes de Solo na Região das Terras Indígenas Ariramba e Lago Capanã - mostra a distribuição dos solos nas TIs Mura, de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2006) (Anexo 4 – Caderno de Mapas).

6.3. Caracterização e Mapeamento das Tipologias Vegetais

Dentro do contexto da Amazônia continental, as TIs Mura ocupam áreas da Floresta Tropical Úmida do Interflúvio do Purus-Madeira, em áreas de transição entre a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Aberta, com trechos de contato da vegetação pioneira e áreas florestais, especialmente ao longo do rio Madeira e do Lago do Capanã, onde predominam espécies arbóreas como a *Bertholetia excelsa* (castanheira) (RADAMBRASIL, 1978). A importância da castanheira (*Bertholetia excelsa*), no contexto da região florística amazônica, se dá por sua ocupação em grandes espaços da Floresta Ombrófila Densa, constituindo, em algumas situações, associações homogêneas, facilitando, assim, seu extrativismo comercial. (IBGE, 2012)

A região das TIs Lago Capanã e Ariramba podem ser caracterizadas em primeiro plano por 3 ambientes distintos e diferenciados pela tipologia vegetal e decorrentes dos padrões climáticos e edáficos. Observando as Figuras 10 e 11 e os Mapas 7 e 8 podemos notar duas regiões marcantes em relação a altimetria e geomorfologia do terreno, as áreas do norte e noroeste das TIs, principalmente aquelas da margem esquerda dos Igarapés Capanã e Baetas, onde encontram-se *áreas de terra firme* da região da depressão do Purus-Madeira com predomínio da **Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas**. Por sua vez, os trechos da margem direita do Igarapé Capanã em seu médio e baixo curso e a região do Lago do Baetas, abrangem a região da planície do rio Madeira, caracterizadas pela variação sazonal das águas do rio Madeira, constituindo *áreas de várzea* na planície amazônica em área de contato entre a **Floresta Ombrófila Aberta Aluvial** (matas de igapó) e a **Floresta Ombrófila Densa Aluvial**

Ainda nessa análise, a região das áreas Guariba, do Igarapé do Mura e norte da área Ariramba, estão situadas em uma mancha caracterizada por área de depósitos aluvionares da planície amazônica com vegetação de **Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras**

A partir da **Figura 12** (Hipsometria) apresentada acima e da **Figura 13**, a seguir, podemos notar o padrão distinto de elevação do terreno e as tipologias vegetais correspondentes, mata firme e igapó, através da imagem gerada pelo Modelo Digital de Elevação (MDE) do SRTM (Shuttle Radar Topographic Mission) que produz as informações topográficas do território brasileiro em uma resolução de 30-90 metros.



Figura 13. Imagem com relevo sombreado mostrando os limites das fisionomias da vegetação de terra firme e ambientes alagadiços ao longo do Ig. Capanã.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

Em menor escala a tipologia ambiental também varia conforme o grau de influência dos cursos d'água e sua sazonalidade que, no caso da região encontra-se fortemente marcada pelos períodos de seca e cheia ou verão/inverno. Nas áreas da planície amazônica presente nas margens dos cursos d'água de maior porte da TI, a tipologia florestal está adaptada ao regime periódico de inundação, constituindo verdadeiras áreas de igapós (**Foto 16 e Figuras 13 e 14**).

6.3.1. Florestas de terra firme

As florestas das TIs Mura em questão possuem variações em função de relevo, havendo aquelas com fisionomia de terra firme e as que toleram alagamento. Além dessas variações, há outras que podemos atribuir à sua ecologia histórica; um exemplo marcante dessas fisionomias está nos castanhais, alguns concentrados ao ponto de serem evidentemente manejados, adensados, onde a própria exploração se encarrega de reproduzir e adensar a espécie. Ainda entremeadas com açazeiros, esses ambientes indicam uma presença humana, nos moldes do que vem sendo descrito na literatura científica recente sobre a Amazônia, incorporando descobertas nas áreas de arqueologia (GOES NEVES, 2012) antropologia (BALÉE, 2013) ecologia (CLEMENT et al., 2015 e LEVIS et al., 2017), sobre a influência humana ameríndia na formação florestal.

Na TI Lago Capanã a parte florestal apresentou, além das castanheiras, o cumaru, o abiu, o puruí, algumas copaibeiras, itauba, breu branco guajará, louro, seringueira e cuiarana, babaçueiros, todos dignos de exploração. Segundo o cacique vem crescendo o mercado de cumaru, e já extraem óleo de copaíba, as outras têm finalidade mais local. Outro recurso explorado no local são os cipós. Espécie útil na construção doméstica, onde permite a construção de pequenas obras, vem ganhando mercado no meio urbano, com a utilização de fibras para fins variados. A **Tabela 29** a seguir, reúne as espécies citadas de forma mais sistemática pelos Mura.

Notamos, pela lista de plantas com importância para nossos informantes (**Tabela 29**), uma preferência pelos recursos não madeireiros, com destaque para frutíferas. Tal preferência se dá pela potencial escassez dos recursos madeireiros, uma vez que, conforme relatos obtidos em campo, a exploração preferencial de madeira transformaria a floresta em área aberta, ainda mais em áreas confinadas e pequenas como a gleba Palmeira. De toda forma, fica evidente que a castanha amazônica é dentre os recursos naturais não madeireiros o mais importante, com destaque ainda para mais dois

produtos com valor comercial imediato, a copaíba e o cumaru. Outros dependem de processamento ou se estragam muito facilmente, sendo mais utilizados pela população no preparo de alimentos, como o cacau e o puruí.

Tabela 29. Espécies Florestais exploradas pelos Mura

Ocorrência	Nome científico	Família	Madeireiro	Comercial	Alimentício
Castanheira	<i>Bertholetia excelsa</i>	Lecythidaceae	não	sim	sim
Cumaru	<i>Dipterix odoratta</i>	Fabaceae	não	sim	sim
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	Sapotaceae	não	não	sim
Puruí	<i>Alibertia edulis</i>	Rubiaceae	não	não	sim
Copaibeira	<i>Copaiphera sp.</i>	Fabaceae	não	sim	não
Itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i>	Lauraceae	sim	sim	não
Breu branco	<i>Protium heptaphyllum</i>	Burseraceae	não	não	não
Guajará	<i>Micropholis venulosa</i>	Sapotaceae	sim	sim	não
Louro	<i>Laurus nobilis</i>	Lauraceae	sim	sim	não
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>	Euphorbiaceae	não	não; já foi	não
Cuiarana	<i>Buchenavia huberi</i>	Combretaceae	sim	sim	não
Babaçueiro	<i>Orbignya phaleratta</i> ou <i>Attalea sp.</i>	Arecaceae	não	sim	sim
Cacaeiro	<i>Theobroma cacao</i>	Malvaceae	não	sim	sim
Marimari	<i>Cassia leiandra</i>	Fabaceae	não	não	sim

Fonte: Consórcio Etnias, 2019.

6.3.2. Matas de Igapó

Ao longo do Igarapé Capanã em seu trecho nitidamente fluvial, do médio e alto curso, em especial em sua margem direita, mais sujeita às influências dos fluxos de cheia e da elevação dos níveis d'água, existem áreas florestais caracterizadas como matas de igapó. Estas formações florestais abrangem áreas de solos periodicamente encharcados em terrenos mais baixos da planície fluvial, ocupando todo o terreno das margens dos igarapés até os taludes e barrancas da 'terra firme'. Na época do verão estas floresta se tornam áreas de mata seca, com serapilheira e biomassa abundante. Essa abundância de biomassa seca no solo da floresta, atuando como material comburente, constituem um ambiente propício para o início de queimadas na época da seca.



Foto 16. Matas de igapó em época de seca na região do Ig. Saracura na Gleba Palmeira (a esquerda) e no Ig. do Onça na gleba Guariba (a direita) - TI Lago Capanã

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

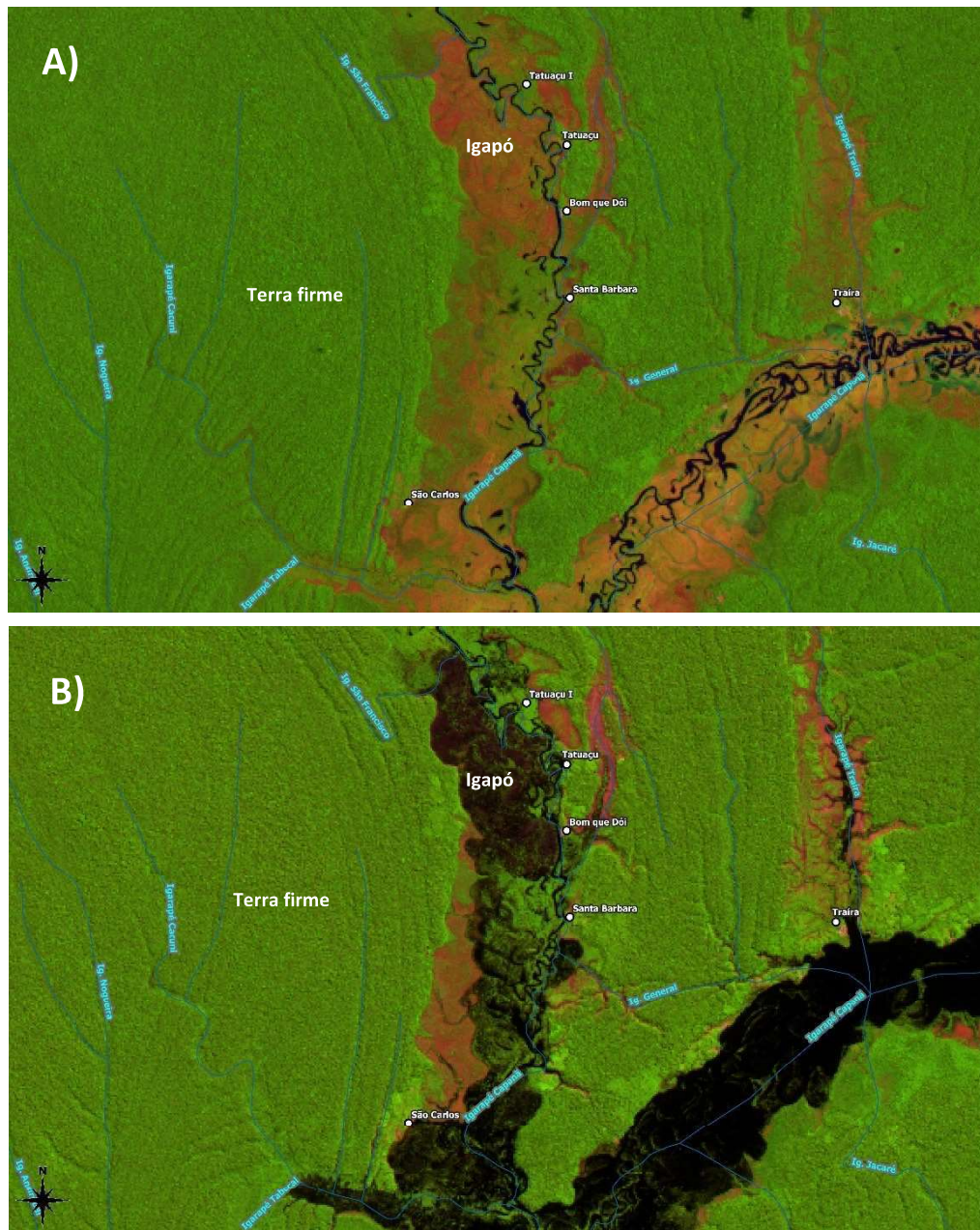


Figura 14. Ocorrência de igarapós A) Igarapé e Lago do Capanã na época da seca. B) Igarapé e Lago do Capanã na época da cheia

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

6.3.4. Mapeamento da Vegetação e Usos do Solo

A classificação e identificação das formações da vegetação foram realizadas a partir dos dados revisados do Projeto Radam (RADAMBRASIL, 1978), conforme classificação do Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 1992; 2012). As áreas antropizadas, identificadas como áreas desmatadas ou áreas utilizadas para habitações permanentes ou temporárias, roçados indígenas, atuais e capoeiras antigas, foram delimitadas a partir de imagens de Satélite Sentinel-2 (bandas R=11-G=8-B=4, data 118-09/2019 e 25-06/2018) e imagens Bing VirtualEarth, complementadas pelos polígonos de desmatamento fornecidos pelo INPE (ano 2018). Imagens Landsat 8 em composição colorida (bandas

R=6-G=5-B=4) acrescidas da banda 8, com resolução espacial de 15 metros, foram também analisadas, para garantir maior convergência de evidências.

A distribuição das classes de Vegetação nas TIs Mura e entorno estão apresentadas no **Mapa 10** – (MP-BR.319.AM-009-720-0082-018=A) Classes de Vegetação e Usos do Solo nas TIs Ariramba e Lago Capanã (Anexo 4 – Caderno de Mapas).

Dessa forma, os principais usos do solo e cobertura da terra e as classes e formações vegetais identificadas no interior das terras indígenas Mura estão descritas a seguir.

- **Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com Palmeiras (Aap)**

Formação característica das regiões alagáveis que acompanha os cursos d'água, ocupando as planícies e terraços periodicamente ou permanentemente inundados (IBGE, 2012). Na TI Ariramba a formação aberta aluvial ocupa toda a região das margens do igarapé e lago Baetas. Na região da TI Lago Capanã essa formação ocupa as margens direita do igarapé Capanã em áreas de uso Mura das comunidades Palmeira/Terra Preta, Guariba II e Igarapé Grande, todas fora dos limites demarcados.

- **Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas (Ab)**

Uma das faciações florísticas da floresta ombrófila densa, é caracterizada pelo período seco superior a 60 dias cobrindo terrenos areníticos do Terciário e geralmente, no caso da região da TIs Mura, com presença de palmeiras, especialmente da espécie *Mauritia flexuosa* (buriti). Na área de influência da BR-319 a formação é a predominante na margem esquerda do rio Madeira, no interflúvio Purus-Madeira, e nas terras indígenas Mura compreende um contínuo que abrange a margem esquerda do médio Igarapé Capanã da região das glebas Guariba e porção norte da gleba Ariramba até a gleba do Igarapé dos Mura, ocupando terrenos de depósitos sedimentares da planície Amazônica.

- **Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Da)**

Trata-se de formação ribeirinha que constitui as “matas ciliares” e “matas de várzea” ao longo dos corpos d'água, ocupando terraços antigos das planícies quaternárias, periodicamente inundáveis e/ou só eventualmente inundados, ao longo dos flúvios, independentemente da altitude. Na Amazônia estas fisionomias são denominadas e diferenciadas em florestas inundáveis por águas barrentas (várzea) ou pretas/claras (igapó) (PY-DANIEL, 2007). As florestas de Várzea estão situadas nas planícies sedimentares de alagação de rios de água branca (barrenta), como o rio Purus e o Madeira, regiões que sofrem influência da flutuação do nível dos rios, nos períodos de cheia e vazante (UFAM/DNIT - Componente Indígena BR-319, 2009b; IBGE, 1992). Por sua vez, os ambientes de igapó podem ser encontrados em trechos ao longo das planícies alagáveis dos altos trechos do igarapé Capanã e do Igarapé Baetas, principalmente na glebas Ariramba (TI Ariramba) e na TI Lago Capanã na gleba Guariba e em menor dimensão no igarapé Saracura no limite leste da gleba Palmeira.

Por ser alvo de intensa exploração madeireira apresenta dossel emergente, com fisionomia bastante aberta e presença de palmeiras, especialmente dos gêneros *Mauritia* e *Euterpe*, com predominância na região amazônica da *Mauritia flexuosa* e *Euterpe oleracea*. (IBGE, 2012).

Toda a gleba onde está localizada a comunidade mura da TI Ariramba é ocupada pela Floresta Ombrófila Densa Aluvial. Esta região, na época de elevação dos níveis de água do rio Madeira e do Lago Baetas, fica parcialmente inundada formando uma ilha entre o rio madeira, o lago baetas e o Igarapé das Mercês. (Ver mapa 7 – Anexo 4)

- **Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Db)**

Trata-se de uma das formações do tipo vegetacional Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial), sendo caracterizada por espécies arbóreas de grande porte em regiões de clima ombrotérmico com temperaturas médias anuais entre 22°C e 25°C e altas precipitações, bem distribuídas durante o

ano todo, (período seco varia de 0 a 60 dias) e “*situadas em terrenos sedimentares do terciário/quaternário – terraços, planícies e depressões não susceptíveis a inundação*” (IBGE, 2012). Nas TIs Mura a formação da floresta ombrófila densa é caracterizada como de terras baixas por ocupar terrenos de cobertura sedimentares terciárias de depressões não inundáveis de interflúvios, correspondente, neste caso específico, à região da depressão do Madeira-Purus na região de terra firme da gleba Palmeira (TI Lago Capanã) e na porção centro-sul da gleba Ariramba (TI Ariramba).

O sub-bosque geralmente apresenta-se médio com Musaceae, Cyperaceae, Melastomataceae e nas porções de relevo suave e rebaixado com alagamento periódico pode haver predomínio de Gramíneas e vegetação pioneira. Frequente também nessa formação é a presença de agrupamentos de palmeiras nas áreas mais baixas e nos talwegues (RADAMBRASIL, 1978).

A formação ocupa a maior parte do território das microbacias dos igarapés Capanã e Baetas, especialmente as regiões mais elevadas das cabeceiras e os trechos Norte e Noroeste na faixa entre o divisor de águas da bacia do rio Purus e as planícies fluviais do rio Madeira.

- **Formação Pioneira com Influência Fluvial e/ou Lacustre Herbácea (Pah e Paap)**

A vegetação pioneira ocorre, sobretudo, nos terrenos instáveis das planícies com influência fluvial, tendo como característica o porte arbustivo/herbáceo em constante sucessão e de caráter edáfico e de acumulação dos solos ribeirinhos aluviais e lacustres. Sobre estes terrenos alagáveis permanentes ou de influência das cheias sazonais dos rios é que ocorrem, por exemplo, os Buritizais e Açaizais da região norte (IBGE: 1992). Trata-se, portanto, de comunidades vegetais das planícies aluviais que refletem os efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas ou das depressões alagáveis permanentes (IBGE, 2012)

Nas TIs Lago Capanã e Ariramba as formações pioneiras com influência fluvial são predominantemente de porte herbáceo com palmeiras (Paap) e acompanham os terrenos aluviais que margeiam o trecho do alto e médio do igarapé e do lago Capanã.

- **Áreas antropizadas**

Para o mapeamento das áreas antropizadas no mapa de vegetação e usos do solo das TIs Mura foram utilizados os dados e polígonos do PRODES referente as áreas de desmatadas até 2018, e o mapeamento da cobertura da terra no ano de 2018 do projeto MapBiomias. Para complementação de dados mais recentes (ano 2019) e para identificação de áreas degradadas e de uso antrópico (roças e capoeiras) em menor escala foram analisadas as imagens de satélite Sentinel 2 e Landsat 8. As áreas classificadas como antropizadas consistem em áreas desmatadas com solo exposto ou em estágios pioneiros de regeneração bem como áreas de uso agrícola. No interior das TIs Mura observam-se pequenas manchas de áreas de uso antrópico nas regiões do entorno das comunidades e aldeias e estão associadas às áreas de roças, novas e antigas, e as áreas correspondentes as construções e infraestrutura das aldeias (casas, escola, posto de saúde, campo de futebol, etc...). Na região do entorno das TIs Mura, nas microbacias dos igarapés Capanã e Baetas, as áreas antropizadas e degradadas ocorrem principalmente ao longo das margens dos lagos do Capanã e Baetas onde localizam-se as comunidades de assentados e extrativistas, e ainda ao longo do traçado da BR-319 nos limites sudoeste das bacias, entre a rodovia e o lago do Acará e correspondem a áreas desmatadas para pastagens e dos lotes e imóveis rurais. (Mapa 10 - Anexo 4)

O resultado do mapeamento da cobertura da terra nas TIs Mura Ariramba e Lago Capanã é apresentado na **Tabela 30**, a seguir.

Tabela 30. Áreas e Percentuais de Ocupação e Cobertura da terra nas TIs Mura

Terra Indígena	Gleba	Tipo	Formação/Usos	Área	%	
				(ha) ¹	TI ²	
Lago Capanã	Palmeira	Antropizado	Habitação Permanente/Roças	39,4	0,6	
		Natural	Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas	365,2	5,8	
			Pioneira c/ influência Lacustre/Fluvial com Palmeiras	59,2	0,9	
		Outros	Água	6,8	0,1	
	Guariba	Natural	Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas	5,6	0,1	
			Pioneira c/ influência Lacustre/Fluvial com Palmeiras	226,1	3,5	
			Ombrófila Aberta Aluvia c/ Palmeiras	5.623,2	89,0	
Ariramba	Mura dos Baetas	Antropizado	Habitação Permanente	4,6	0,04	
		Natural	Ombrófila Densa Aluvial	55,6	0,53	
		Outros	Água	0,6	0,01	
	Ilg. dos Mura (Queimadonha)	Antropizado	Roças	5,6	0,05	
		Natural	Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas c/ Palmeiras	827,1	8,0	
			Floresta Ombrófila Aberta Aluvial c/ Palmeiras	0,8	0,01	
		Outros	Água	7,3	0,1	
	Ariramba	Natural	Antropizado	Acampamento	18,2	0,2
			Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas c/ Palmeiras	1.594,9	15,3	
			Floresta Ombrófila Aberta Aluvial c/ Palmeiras	541,6	5,2	
Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas			7.026,9	67,8		
Pioneira c/ influência Lacustre/Fluvial com Palmeiras			279,9	2,7		

¹Área calculada a partir de imagem de satélite Sentinel-2, ano 2019. ²Em relação à área total oficial de cada TI.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

6.4 Fauna Regional

A região dos interflúvios Purus-Madeira, onde encontram-se a maior parte do território sob influência da BR-319, onde localizam-se as TIs Lago do Capanã e Ariramba abrangem, ambas, extensões consideráveis de contínuos florestais e uma gama de variedades e tipologias ambientais que refletem não só na diversidade florística encontrada mas também na diversidade e especificidade da fauna regional. Tanto as questões biogeográficas dos isolamentos e endemismos proporcionados pelos Interflúvios de grandes rios amazônicos, quanto a variação da composição e fisionomias vegetais, que vão de campinas a florestas densas, passando por florestas com palmeiras em ambientes abertos, mostra esta complexidade na distribuição das espécies e a riqueza faunística na região das TIs aqui abordadas e seu entorno regional.

A localização das TIs Mura abrangendo uma região de transição entre os ambientes florestais de terra firme e os ambientes alagadiços das planícies fluviais do médio madeira e dos lagos do Capanã e Baetas, nos permite trazer essa relação apontada no parágrafo acima para o contexto local. Ainda mais que as microbacias que drenam para as TIs encontram-se no divisor de bacias do Purus-Madeira e formam uma rede de canais, lagos e igarapés que por vezes provocam o isolamento insular de grande parte da região.

Os dados coletados nos estudos complementares da Fauna, com pontos amostrais ao longo da BR-319, e que compõe o EIA/RIMA (ENGESPRO/DNIT, 2019), no serviram como base para a caracterização da fauna das TIs Mura Lago do Capanã e Ariramba, complementados pelos dados dos Planos de Manejo da Resex do Lago do Capanã Grande, localizada na mesma bacia hidrográfica e apresentando similaridades ambientais com as TIs Mura. As informações contidas nos Planos de Manejo (PM) do Parque Nacional Nascentes do Lago Jari e da Floresta Nacional de Humaitá também foram consultadas, uma vez que utilizam a metodologia por caracterização e classificação de Unidades de Paisagem Natural (UPN), adotadas em todos os planos de manejos das UCs constituídas e criadas ao longo do eixo da BR-319.

Vale ressaltar que, de acordo com a análise de similaridade de espécies realizada entre as onze UCs federais do interflúvio Purus-Madeira, nenhuma combinação alcançou uma similaridade maior do que 36% em relação à ictiofauna e 37% quanto à avifauna, ficando em cerca de 40% para a mastofauna, exceto para os Parques Nacionais Mapinguari, Nascentes do Lago Jari e a Floresta Nacional Balata-Tufari com similaridade de 60% para mastofauna. Em alguns casos, os valores mais altos de similaridade não foram encontrados entre UC contíguas. Assim, pode-se supor que as UC do Interflúvio não funcionam como réplicas umas das outras, o que reforça a importância de cada uma das onze UCs para a representação e conservação adequada da biota da Região do Interflúvio Purus-Madeira (ICMBIO(a), 2018).

Segundo o Plano de Manejo da Resex do Lago do Capanã Grande “*A despeito da região do médio rio madeira, incluindo o interflúvio Madeira- Purus, apresentar grande diversidade de espécies e alto número de endemismos, os inventários de fauna para a região e principalmente para a Resex são escassos ou inexistentes. Para peixes, anfíbios e mamíferos, por exemplo, não há sequer pequenos inventários dentro da Reserva, havendo apenas diagnósticos realizados por meio de entrevistas com moradores. Assim, é necessária a realização de inventários de espécies para a área, bem como estudos de dinâmica populacional e capacidade de exploração de animais utilizados pelos comunitários, principalmente peixes e animais de caça, bem como aqueles que possuem relação indireta com as atividades humanas na Reserva.*” (ICMBIO, 2013)

A pequena dimensão do território demarcado das TIs Mura aqui em questão aliada à presença dos lagos Capanã e Baetas e do rio Madeira confere às espécies aquáticas ou semiaquáticas uma maior relevância no contexto socioambiental dos mura, com destaque para espécies de peixe de interesse

pesqueiro, dentre os quais o tucunaré, pacu, pirarucu, matrinxã, algumas aves limícolas e outras de grande porte que habitam os lagos, como maguaris, garças e o mergulhões; merecem destaques também os quelônios representados pelos tracajás e a tartaruga da Amazônia, apreciados pela carne e pelos ovos. Destaca-se ainda a presença de lontras e ariranhas, identificadas facilmente pelos mura através das marcas e rastros deixados nas margens e barrancos dos rios e igarapés da região.

As relações com a mastofauna, por sua vez, se evidenciam nas caminhadas pelo ambiente florestal de terra firme que caracteriza a região dos castanhais, onde os mura, exímios caçadores, vão nos indicando os rastros, pegadas e “cheiros” de Antas (*Tapirus terrestris*), veados, queixadas (*Tayassu peccari*) e caititus (*Tayassu tajacu*), e identificam pelos sons e gritos nas algazaras das copas das árvores cada espécie de macaco presente na região.

A caracterização e a listagem das espécies da fauna, incluindo a ictiofauna, de provável ocorrência nas TIs Mura encontram-se analisadas por grupos nos itens a seguir.

6.4.1. Ictiofauna

Os levantamentos sistemáticos da ictiofauna do rio Madeira tiveram início na primeira década do século XX e atualmente estimam-se em 920 o número de espécies de peixes para bacia hidrográfica do Madeira em território brasileiro, chegando a 1000 se incluído os dados de pequenos igarapés afluentes do rio Purus. O número de espécies provavelmente deve aumentar a partir de novos estudos e levantamentos que contemplem os igarapés e pequenos rios da região de terra firme e ainda o trecho boliviano do alto curso do Madeira (Queiroz et al, 2013). Este número estimado de espécies representa a maior riqueza de peixes entre as bacias Amazônicas (ENGESPRO-DNIT, 2019).

A ictiofauna dos pequenos Igarapés de terra firme dos interflúvios do Madeira, ainda carece de estudos sistemáticos para o dimensionamento da riqueza, diversidade e estrutura, visto a importância que a comunidades de peixes dos altos tributários e pequenos cursos representam para as populações ribeirinhas e para a dinâmica ecológica destes ambientes. A variedade de ambientes aquáticos presentes na região amazônica, alternando grandes rios, lagos, várzeas e igapós com trechos de corredeiras e uma infinidade de igarapés, formando uma das maiores e mais densas redes hidrológicas do mundo.

Sobre a ictiofauna de pequenos igarapés do Interflúvio Purus-Madeira, podemos citar os resultados obtidos por Barros (2008), em áreas amostrais no entorno da Rodovia BR-319 em levantamento de 22 trechos de igarapés de terras firmes com resultado de coleta de 86 espécies, e que aponta dados relevantes nas conclusões de seus resultados, dentre eles; 1) que as diferenças do números de espécies entre alguns trechos amostrados pode ser decorrente das características distintas dos ambientes e dos diferentes graus de impacto antrópico; 2) e que “a alta diversidade de peixes presentes no interflúvio Madeira-Purus poderá ser afetada em consequência das ações antrópicas previstas e planejadas para esta área” (Barros, 2008: 56) Podemos citar ainda, sobre este tema, os resultados oriundos dos levantamentos complementares da Fauna realizados pelo ENGESPRO-DNIT (2019) no âmbito do EIA/RIMA da BR-319, que amostraram 14 cursos d’água, no período chuvoso, com resultado de coleta de 4660 indivíduos de 208 espécies, em sua maioria Characiformes (54% de riqueza e 79% da abundância).

Os dados apresentados no Plano de Manejo da Resex do Lago do Capanã Grande baseado em entrevistas e levantamento bibliográfico, referente ao diagnóstico para a proposta de criação da UC, apontou 51 espécies de peixes (MMA/IBAMA 2003; ICMBIO, 2013), número muito aquém do que um valor mais realista para a região, dos quais destaca-se a presença do pirarucu (*Arapaima gigas*) e da jatuarana (*Brycon sp.*) ou matrinxã, como preferem nomear os mura do lago Capanã.

A relação dos mura com o pirarucu e as restrições existentes para a sua captura, comercialização e transporte são ambíguas, pois se de um lado afirmam respeitar as proibições impostas pelo Estado do Amazonas e possuírem o conhecimento ambiental e ecológico da importância de um manejo sustentável e da preservação desta espécie, evitando de pesca-la, por outro muitos ainda exercem o comércio ilegal, pois dependem da renda extra que a carne e couro do pirarucu oferecem para as comunidades ribeirinhas e extrativistas. Não raro nos levantamentos e conversas nas TIs Ariramba e Lago Capanã os mura nos informaram o desejo de implementação de projetos de criação e manejo de peixes na região dos lagos, entre eles o pirarucu.

A jatuarana é uma espécie típica dos igarapés e rios de água preta e que, de acordo com os moradores das comunidades do Lago do Capanã, vivem a maior parte do tempo na região das cabeceiras, no alto igarapé Capanã e tributários, e só “descem” para as partes baixas e para o lago na estação da cheia e vazante, e dependendo do nível das águas podem chegar até o rio Madeira (ICMBIO, 2013. Pg. 150); apontamentos estes que também puderam ser observados pela equipe técnica durante os levantamentos realizados nas TIs mura, incluindo o registro de cardumes de Matrinxã na região do alto igarapé Baetas na gleba Ariramba e no Igarapé do Onça, tributário do Igarapé Capanã, na gleba Guariba.



Foto 17. Matrinxãs no Igarapé do Onça (Gleba Guariba)

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

Tais resultados corroboram o observado nos trabalhos de campo nas TIs Ariramba e Lago Capanã de que a ictiofauna nas microbacias dos igarapés Capanã e Baetas, principalmente os ambientes tipicamente fluviais do alto curso e cabeceiras, é formada por uma comunidade menor de peixes e distinta daquela encontrada no rio Madeira, com menor abundância de espécies, como era previsível e como revelou os resultados apresentados no **item 6.6.2** deste relatório. Esta distinção das assembleias entre o rio Madeira e os igarapés que drenam para as TIs Mura pode ser evidenciada na fala do Sr. Francisco Dato, liderança mura da TI Ariramba, comentando da influência das águas do madeira no igarapé e Lago Baetas quando diz “*Os peixes grandes do Madeira sobem muito pouco até aqui, os peixes estão nas cabeceiras*”, esta afirmação não só marca a diferença das comunidades e espécies de peixes entre os dois ambientes como ressalta a importância das cabeceiras e pequenos tributários do alto curso que formam o Igarapé Baetas para a ictiofauna do Lago Baetas. As subidas de espécies de grande porte e dos migradores do rio madeira para o lago Baetas ocorreu apenas na cheia histórica do Madeira em 2014, segundo depoimento do próprio Sr. Francisco Dato.

Além do pirarucu e da jatuarana outras espécies citadas pelos questionários do diagnóstico para a criação da Resex (ICMBIO, 2013) e pelos mura durante os levantamentos que compõem este Componente Indígena em tela, que apresentam algum valor de pesca para os moradores das TIs Lago Capanã e Ariramba, foram: tucunaré (*Cichla monóculos*), Branquinha (*Cyphocharax abramoides*), acará-cascudo (*Aequidens tetramerus*), acará-roxo (*Heros sp*), jaraqui (*Semaprochilodus insignis*) e mapará (*Hypophthalmus edentatus*).

De acordo com os dados dos Planos de Manejo do PARNA Nascentes do Lago Jari (ICMBIO(a), 2018) e da RESEX do Lago Capanã Grande (ICMBIO, 2013) não foram registradas espécies da ictiofauna em risco de extinção (Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção). Entretanto destaca-se o registro da dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), no rio Jutai (bacia do rio Purus) e do pirarucu (*Araipama gigas*) na região da RESEX do Lago do Capanã Grande como espécies consideradas ameaçadas por exploração da pesca. Na região do rio Madeira, das 72 espécies de peixes coletadas para os estudos do Plano de Manejo da FLONA de Humaitá, apenas o jaú (*Zungaro zungaro*) consta no livro vermelho do IBAMA (ICMBIO(b), 2018). Nos levantamentos de campo realizados pela equipe técnica deste CI, apenas o pirarucu (*Araipama gigas*) foi registrado como espécie relevante para a conservação e manejo.

6.4.2. Avifauna

A Estimativas apontam mais de 800 espécies de aves na região do médio rio Madeira, reconhecidamente uma das regiões mais ricas em diversidade da Amazônia destacando-se pela existência de áreas de endemismo delimitadas pelos principais rios, em especial o rio madeira um dos principais divisores de avifauna da Amazônia, apresentando espécies diferentes de acordo com o lado do rio (Conh-Haft et al. 2007, in ICMBIO, 2013. Pg 151).

Os levantamentos realizados para os planos de manejo das unidades de conservação do interflúvio Purus-Madeira na região da ALAP da BR-319 registraram 454 espécies de aves, destas 14 são consideradas ameaçadas, incluindo o gavião real (*Harpia harpyja*), tucano do-bico-preto (*Ramphastos vitelinus*); tucano-grande-de-papo-branco (*Ramphastos tucanus*); papagaio-moleiro (*Amazona farinosa*); papagaio-da-várzea (*Amazona festiva*); curica-de-bochecha-laranja (*Pyrrilia barrabandi*); marianinha (*Pionitesleu cogaster*); tiriba-do-madeira (*Pyrrhuras nethlageae*) arapaçu-barbudo (*Deconychura longicauda*) (ICMBIO(a), 2018).

O inventário de campo realizado longo do lago do Capanã para Plano de Manejo da Resex registrou 273 espécies de aves, enquanto os dados obtidos durante o diagnóstico para a criação da Resex, baseando-se em entrevistas e no levantamento bibliográfico, apontaram 257 espécies (ICMBIO, 2013). Somando estes dois inventários, totalizam 328 espécies de aves com ocorrência para a região da Resex do Lago do Capanã Grande. Dentre as quais, destaca-se a presença da águia pescadora (*Pandion haliaetus*), do maçarico pintado (*Actitis macularius*) e do maçarico solitário (*Tringa solitaria*), três espécies migrantes do norte da América que viajam milhares de quilômetros e utilizam a área do lago da Resex para descanso e alimentação durante suas longas jornadas de migração (ICMBIO, 2013).

Por sua vez, os levantamentos complementares da fauna para o período chuvoso realizados no âmbito do EIA/RIMA da rodovia BR-319 (ENGESPRO/DNIT, 2019) registraram 372 espécies, dentre as quais 14 são endêmicas da Amazônia, como o bem-te-vi-da-copa (*Conopias parvus*), a maria-mirim (*Hemitriccus minimus*), coroa-de-fogo (*Heterocerus linteatus*), uirapuru-selado (*Thamnomanes saturninus*), uirapuru-azul (*Thamnomanes schistogynus*), o papagaio-dos-garbes (*Amazona kawalli*), o jacamim-de-costas-brancas (*Psophia leucoptera*), o gavião-vaqueiro (*Leucopternis kuhli*), o kujubi (*Aburria kujubi*), o mutum-cavalo (*Pauxi tuberosa*) e o inambu-relógio (*Crypturellus strigulosus*).

A espécie mais abundante foi o cricrió (*Lipaigus vociferans*) com 218 registros, seguida do Tucano-de-papo-branco (*Ramphastos tucanus*) com 104 registros (ENGESPRO/DNIT, 2019).

Durante os levantamentos de campo nas TIs Ariramba e Lago Capanã a equipe pôde registrar um conjunto de espécies que habitam os diversos ambientes que compõem o lago do Capanã Grande e Mergulhão/Baetas, especialmente espécies aquáticas, incluindo garças (*Ardea alba* e *Egretta thula*), maguari ou garça-moura (*Ardea cocoi*), mergulhão (*Phalacrocorax brasilianus*) e biguá (*Phalacrocorax brasilianus*).

Com relação às espécies ameaçadas, em escalas global e nacional, foram inventariadas na região de influência da rodovia BR-319, 2 (duas) espécies consideradas vulneráveis em território nacional, *Harpia harpyja* (gavião-real), *Dendrocolaptes picumnus* (arapaçu-meio-barrado), 5 espécies ameaçadas globalmente e 10 espécies consideradas quase ameaçadas de extinção (Tabela 31).

Tabela 31. Lista de espécies da avifauna ameaçadas e endêmicas (EIA - BR-319)

Espécie	Endemismo	Ameaçados
<i>Tinamus major</i>		NT
<i>Tinamus guttatus</i>		NT
<i>Crypturellus strigulosus</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Aburria kujubi</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Pauxi tuberosa</i>	End. Amaz. Norte e Tepuis	
<i>Odontophorus gujanensis</i>		NT
<i>Accipiter poliogaster</i>		NT
<i>Leucopternis kuhli</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Harpia harpyja</i>		NT/Vulner.
<i>Spizaetus ornatus</i>		NT
<i>Psophia leucoptera</i>	End. Amazônia Sul	NT
<i>Patagioenas subvinacea</i>		VU
<i>Phaethornis philippii</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Galbula cyanicollis</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Malacoptila rufa</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Ramphastos tucanus</i>		VU
<i>Ramphastos vitellinus</i>		VU
<i>Pteroglossus mariae</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Pteroglossus beauharnaisii</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Picumnus aurifrons</i>	End. Amazônia Sul	EN
<i>Pyrrhura lucianii</i>	Endêmica do Brasil	
<i>Pionites leucogaster</i>	End. Amazônia Sul	EN
<i>Pyrrhura barrabandi</i>		NT
<i>Amazona kawalli</i>	End. Brasil/ End. Amazônia Sul	NT
<i>Amazona farinosa</i>		NT
<i>Epinecrophylia leucophthalma</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Myrmotherula sclateri</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Myrmotherula iheringi</i>	End. Brasil/ End. Amazônia Sul	
<i>Thamnomanes saturninus</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Thamnomanes schistogynus</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Herpsilochmus praedictus</i>	Endêmica do Brasil	
<i>Hypocnemoides maculicauda</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Willisornis vidua</i>	Endêmica do Brasil	
<i>Oneillornis salvini</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Dendrocolaptes picumnus</i>		Vulner.
<i>Heterocercus linteatus</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Cnipodectes superrufus</i>		VU

Espécie	Endemismo	Ameaçados
<i>Hemitriccus minimus</i>	End. Amazônia Sul	
<i>Attila spadiceus</i>		VU
<i>Conopias parvus</i>	End. Amaz. Norte e Tepuis	
<i>Poliophtila attenboroughi</i>		
<i>Lanio versicolor</i>	Endêmica do Brasil	
<i>Thamnomanes schistogynus</i>	End. Amazônia Sul	

Fonte: ENGESPRO/DNIT, 2019. Adaptado por Consórcio Etnias, 2020

6.4.3. Mastofauna

Entre os componentes da fauna da Região do Interflúvio, os **mamíferos** desempenham papéis fundamentais como dispersores e predadores de sementes, influenciando a regeneração da vegetação, como espécies sentinela, indicadoras da saúde ambiental, provendo recursos que mantêm espécies que exercem funções ecológicas importantes, ou como predadores de topo da cadeia alimentar que regulam herbívoros generalistas. Considerando dados primários e secundários, há registros de 122 espécies de mamíferos silvestres, com exceção de morcegos, na Região do Interflúvio, o que representa cerca de 50% da riqueza estimada para o bioma Amazônia (254 espécies não-voadoras). Entre estas, 27 espécies são endêmicas ao bioma Amazônia, 17 espécies são globalmente consideradas ameaçadas de extinção e 19 espécies consideradas ameaçadas no Brasil. Ocorrem também endemismos interfluviais entre os primatas, sabendo-se que cada interflúvio entre os afluentes do rio Madeira é habitado por uma espécie diferente de sagui e por espécies diferentes de zogue-zogue. *Guildas de mamíferos frugívoros-chave foram registradas em todas as UCs da Região do Interflúvio Purus-Madeira* (ICMBio, 2018).

O levantamento de dados secundários e a partir de fontes bibliográficas realizado nos estudos complementares da fauna no âmbito do EIA/RIMA da rodovia BR-319 indicaram o número de 114 espécies de mamíferos não voadores como de provável ocorrência para o interflúvio do Purus-Madeira (ENGESPRO/DNIT, 2019). Deste total, os levantamentos primários obtidos nos inventários confirmaram 60%, alcançando o registro de 60 táxons (espécies), pertencentes a nove ordens e 29 famílias, das quais Rodentia (roedores) e Didelphimorphia (marsupiais) foram as mais representativas com 21 e 12 espécies respectivamente (ENGESPRO/DNIT, 2019).

Os dados apresentados pelo Plano de Manejo da Resex do Lago do Capanã Grande, baseado em entrevistas e pesquisa bibliográfica, apontou 48 espécies de mamíferos para a região (MMA/IBAMA 2003 in ICMBIO, 2013), com destaque para presença do peixe boi (*Trichechus inunguis*), o cachorro do mato de orelha curta (*Atelocynus microtis*) e o cachorro do mato vinagre (*Speothos venaticus*), ambas as espécies tidas como de rara ocorrência (ICMBIO, 2013). Dentre os mamíferos presentes na região, diversos estão ameaçadas de extinção: peixe-boi, do cachorro do mato vinagre, tatu-canastra, ariranha, onça-pintada, onça-parda, jaguatirica e o gato-maracajá (CHIARELO *et al.* 2008) e 33 espécies endêmicas para o bioma amazônico (ENGESPRO/DNIT, 2019).

Também merecem destaque as espécies de caça, como cateto, queixadas e anta, que sofrem pressão de caça e que estão ameaçadas em outras regiões do Brasil (ICMBIO, 2013) em relação à pesca e ao ambiente aquático as ariranhas e botos.

Dentre as principais espécies de mamíferos utilizadas para a caça e alimentação pelos moradores do lago do Capanã estão: paca (*Cuniculus paca*), tatu, anta (*Tapirus terrestris*), caititu (*Pecari tacaju*), queixada (*Tayassu pecari*), cutia (*Dasyprocta sp.*), veado (*Mazama sp.*), guariba (*Alouatta senicula*), macaco prego (*Cebus apella*) e o macaco barrigudo (*Lagothrix lagothricha*) (ICMBIO, 2013). Das espécies com importância de caça para os Mura, foram encontrados vestígios e

rastros de veado, anta e queixadas durante as caminhadas em ambientes florestais nas TIs Ariramba e Lago Capanã.

6.4.4. Herpetofauna

Quanto à herpetofauna, de maneira geral, tanto anfíbios como répteis são importantes indicadores da qualidade ambiental, sendo suscetíveis às alterações ambientais, estando em declínio em diversas partes do mundo. O inventário de anfíbios e répteis na bacia do rio Madeira é mais escasso que para os outros grupos biológicos, principalmente para anfíbios (Voght *et al.* 2007, in ICMBIO, 2013). O diagnóstico para proposta de criação da Resex, baseado em entrevistas e levantamento bibliográfico, apontou 19 espécies de anfíbios e 41 de répteis (MMA/IBAMA 2003) para a área, já o inventário de campo realizado registrou 40 espécies de anfíbios e 47 de répteis (exceto jacarés) (F.W.S. Guimarães 2008, dados não publicados), totalizando 49 espécies de anfíbios e 73 de répteis presentes na região da Resex do Lago do Capanã Grande (ICMBIO, 2013).

Os levantamentos durante a estação chuvosa para complementação dos estudos da fauna do EIA/RIMA DA BR-319 registraram nos pontos amostrais ao longo da rodovia um total de 134 espécies, 66 para o grupo dos répteis, incluindo 2 (duas) espécies de jacarés (*Paleosuchus trigonatus* e *Paleosuchus palpebrosus*) e 68 espécie de anfíbios. Os resultados apresentados sugerem uma regionalização da Herpetofauna do interflúvio Purus-Madeira, uma vez que as espécies registradas e a composição da fauna dos módulos assemelham-se mais entre si do que com a composição de outras localidades da Amazônia (ENGESPRO/DNIT, 2019)

As espécies da Herpetofauna com importância econômica para a população local, incluindo os Mura, estão basicamente restritos aos quelônios, especificamente as tartarugas do gênero *Peltocephalus* e o tracajá (*Podocnemis unifilis*), amplamente consumidas pela população amazônica, apesar das restrições e fiscalizações e dos projetos cada vez mais frequentes de manejo e uso sustentáveis destas espécies, elaborados e implementados pelas comunidades ribeirinhas e povos indígenas em parceria com entidades governamentais e não governamentais de pesquisa e educação.

6.5 Ocupação do território e Usos dos Recursos Naturais

Atualmente, os habitantes da Terra Indígena Lago Capanã e da TI Ariramba estão confinados a uma área de aproximadamente 6 mil hectares e 10 mil hectares respectivamente em decorrência da demarcação destas Terras. Se, por um lado, esta demarcação reconheceu direitos e deu uma visibilidade maior para os Mura da região, por outro liberou para a ocupação dos não-índios as outras áreas de seu território que não foram incluídas nos “limites” estipulados pelo GT da FUNAI em 1998, como é o caso da área ocupada pelos indígenas nas margens do lago do Capanã ocupada pelas comunidades Mura aí residentes e acentuando/legitimando a ocupação de demais comunidades/núcleos de uma população de ribeirinhos. Esta situação restringiu o poder de controle dos Mura sobre o uso dos recursos florestais, pesqueiros e faunísticos, e aumentou a pressão e o desmatamento no interior desta parcela do território Mura. A criação da Resex do Lago do Capanã Grande, em 2004, tentando ordenar/restringir esta ocupação acaba, igualmente, por diminuir o controle, desqualificando-o, dos Mura sobre este território, não reconhecendo os modos específicos de exploração e manejo dos índios. (Durante os levantamentos de campo na TI Lago Capanã (agosto/2019) foi debatida a questão das relações entre os Mura e os “reservistas”, nome a que se refere aos moradores da Resex, onde nos foi relatado que apesar de um primeiro momento muito difícil, no qual os Mura, apesar de estarem dentro da Resex, não tinham direito a nenhum benefício e não eram incluídos em nenhum projeto ou atividade produtiva ,ao mesmo tempo que também não podiam explorar os recursos naturais, especialmente os castanhais tradicionais de seu território. Somente após a troca de comando da Resex e que houve uma reaproximação das comunidades

“reservistas” (extrativistas) e os Mura, com acordos de exploração dos castanhais e inclusão dos indígenas em cursos e reuniões de planejamento e gestão do Lago do Capanã.)

Como já apresentado, a população atual dos Mura residentes no lago do Capanã Grande (e que engloba a TI Lago Capanã) é de 545 pessoas (dados de agosto de 2019/Consórcio Etnias) e que estão divididas em 08 comunidades (Palmeira, Traíra, São Carlos, Bom-Que-Dói, Guariba 2, Igarapé Grande, Montes Claros e Igapó Velho) ligadas por laços de consanguinidade e afinidade e autônomas politicamente e da TI Ariramba de 64 pessoas que residem na comunidade de Baetas.

Para que se possa entender as atividades produtivas realizadas pelos Mura em questão é necessário caracterizar as principais unidades da paisagem e tipologias ambientais e de recursos encontradas na região e identificadas pelos Mura, que são:

- **Terra firme:** áreas que nunca são inundadas e onde, preferencialmente, são construídas as habitações e estabelecidas as roças; é também área utilizada para coleta e extrativismo vegetal.
- **Lago:** os lagos dos Igarapés Capanã e Baeta fazem parte do imenso sistema fluvial da Bacia do Rio Madeira. Quando o nível dos rios sobe, os lagos e lagoas marginais e as bocas de pequenos igarapés se unem, formando um enorme lago, quando o rio baixa, a água volta a correr pelo leito fluvial isolando algumas lagoas e lagos menores e formando os poços.
- **Igarapé:** curso d’água que geralmente possui sua cabeceira (nascente) no interior da mata e a água mais clara, as vezes com coloração característica de rios de águas pretas, e com menos sedimentos que a água dos rios.
- **Várzea:** áreas de campina plana às margens dos rios que, na época da cheia são totalmente inundadas. Na época da seca, as gramíneas (capinzal) tomam conta destas terras, formando campos naturais. A várzea é denominada de “*vargem*” pelos Mura.
- **Igapó:** áreas de floresta inundável, com alagações permanentes ou não. Geralmente ocorrem nas cabeceiras (nascentes) de rios e igarapés, podendo também ocorrer em suas margens e nas áreas de várzea.
- **Ilhas:** áreas de terra firme, geralmente cobertas com floresta, que ficam entre os igapós e não inundam completamente na época da cheia, mas ficam todas rodeadas por água. Na época da seca as ilhas emendam com as outras terras.
- **Praias:** áreas das margens arenosas dos igarapés e rios formada pela dinâmica fluvial na época da estiagem e inundadas na épocas da cheia

As unidades de paisagem e as principais zonas de recursos atualmente utilizadas para o desenvolvimento das atividades produtivas dos Mura estão representadas no **Mapa 11 - (MP-BR.319.AM-009-720-0082-020=B)** - Etnomapeamento e Usos dos Recursos Naturais – TIs Ariramba e Lago Capanã. (Anexo 4 – Caderno de Mapas).

O **Mapa 11** (Etnomapeamento) retrata o uso atual na área delimitada por este Relatório como área e território de uso conforme indicado pelos Mura durante os levantamentos de campo e as oficinas de etnomapeamento. Como dito anteriormente, boa parte deste território não está disponível para uma ocupação plena por parte dos índios. Eles vêm expandindo suas fronteiras, ocupando com a construção de novas casas áreas que consideram como sua, por direito de ocupação antiga. Esta situação tem se intensificado, devido ao crescimento da população aliada a situação instável nas cidades devido à falta de emprego e condições de subsistência, o que tem ocasionado o retorno de alguns jovens.

Internamente nas comunidades já se começa também uma discussão de quem tem o direito sobre a coleta da castanha nas áreas atuais de uso. Muitas famílias que não residem mais nas

comunidades, nos meses da cheia/inverno, retornam para a coleta da castanha nas áreas de uso que consideram suas por direito “de herança”, como vimos anteriormente, dizem “herança da minha mãe”, “herança do meu pai”. (ver item 5.6).

As situações conflituosas tendem a se agravarem ainda mais com a nova pavimentação da BR-319, visto que a intensificação da ocupação nas áreas de influência do empreendimento (ver item 2.3), que corresponde a um dos impactos identificados neste CI, poderá causar pressão predatória não somente nas terras indígenas demarcadas, como intensificará a ocupação nas áreas tradicionais de uso e ocupação do povo Mura do lago do Capanã e da TI Ariramba.

6.5.1. Controle Territorial e Unidades de Recursos

Conforme evidenciado no item acima e ilustrado pelo **Mapa 11** - Etnomapeamento e Usos dos Recursos Naturais – TI Lago Capanã e TI Ariramba, o território mura enquanto espaço físico que acolhe e incorpora as unidades de recursos e os elementos essenciais para a manutenção do modo de vida e sobrevivência de seus habitantes extrapola a área descontínua delimitada como Terra Indígena. Já foi dito que a paisagem histórica de ocupação “primitiva” dos Mura abrangia toda a bacia do rio Madeira e, mesmo em dias atuais (2019), permanecem em suas memórias, e em seus relatos, as histórias, os locais e os marcadores desta paisagem bem mais ampla que o território demarcado que abrange as TIs Lago Capanã e Ariramba. O termo usos invoca também não apenas as atividades e ações derivadas de uma noção de usufruto, conforme termo escolhido pela constituição federal, mas também o seu antagônico não uso que reflete em restrições, proibições e tabus acerca da utilização de elementos da natureza e da paisagem. Assim, se as pontas de castanha constituem as principais zonas de recursos para coleta e extrativismo, as regiões caracterizadas por uma distinção na estrutura da paisagem florestal onde predominam áreas arenosas e vegetação de campinas, são descritas como regiões sagradas e temidas, onde raramente vão, mas que reconhecem e incorporam em suas cosmologias. Essa aparente dualidade, que em menor escala pode revelar uma complexa teia de interpretação do viver e estar num mundo, na verdade revela o mecanismo e a organização, que hoje poderíamos nomear como gestão, conforme a nova voga dos projetos territoriais construídos de fora para dentro, da utilização e ocupação deste território, na maioria das vezes mais amplo que o demarcado.

Historicamente os Mura ocupavam toda a bacia amazônica em especial os interflúvios Madeira-Tapajós e Purus-Madeira ainda nas regiões dos rios Trombetas e Baixo e médio Amazonas. Este amplo território era disputado com colonizadores “brancos” e mais tarde com os Munduruku, antigos rivais dos Mura, que vindo do Tapajós, expandiram seu território até o rio Madeira (FUNAI/CEDOC, 1992). Atualmente a bacia hidrográfica do Médio rio Madeira, no sul do Amazonas entre os municípios de Humaitá e Manicoré, é também ocupada, além dos Mura e Munduruku, pelos Parintintin, Pirahã, Torá e Apurinã. Especificamente na região dos Lagos Capanã Grande, Baetas e Acara, território tradicional e onde vivem os Mura das TIs Lago Capanã e Ariramba, as áreas de usos e as unidades territoriais são disputadas e compartilhadas com as comunidades ribeirinhas do Assentamento Matupiri e extrativistas da Resex do Lago Capanã Grande.

As disputas com as comunidades não indígenas ocorrem e se intensificam pois, como já ressaltado, atualmente as áreas de uso dos recursos não estão restritas apenas ao território demarcado, visto que os mura exploram um território que compreende toda a bacia hidrográfica de contribuição dos Igarapés Baetas e Capanã, que compreende todo um interflúvio que vai do Lago Acará, no rio Acará até a foz do Igarapé Capanã no rio Madeira incluindo castanhais da região das cabeceiras do Ig. Capanã, próximos à BR-319, sobrepostos aos PAE Matupiri e os castanhais ao longo dos igarapés que nascem no interior da Resex Lago do Capanã Grande.

Nos limites demarcados pelas Glebas que compõe as TIs Lago Capanã e Ariramba a dinâmica de ocupação e dos usos dos recursos estão mais atreladas e condicionadas à localização e ao tamanho de cada gleba que à tipologia ambiental predominante em cada uma destas. As áreas maiores destinadas

ao extrativismo vegetal e principalmente à coleta de castanha estão localizadas em áreas florestais de terra firme, mais distantes da vegetação pioneira de influência fluvial das planícies de inundação do Lago Capanã e do rio Madeira. Nestas áreas os mura aproveitam a época da coleta de castanha para as atividades de caça e pesca como subsistência para a permanência nos acampamentos temporários.

Tabela 32. Dados Gerais e Caracterização das Glebas das TIs Mura

Terra Indígena	Área	Comunidade	Usos	Área
				(ha) ¹
Lago Capanã	Palmeira	Palmeira	Habituação Permanente, Roças	470,4
	Guariba	-	Extrativismo, Coleta e Caça	5.851,2
Ariramba	Mura dos Baetas	Mura do Baetas	Habituação Permanente,	61,7
	Ig. dos Mura (Queimadonha)	-	Roças, Coleta	840,4
	Ariramba	-	Extrativismo, Coleta e Caça	9.455,5

Fonte: Consórcio Etnias, 2019. ¹Conforme números do decreto de Homologação

- **Área Palmeira**

A área da Aldeia Palmeira é, das áreas demarcadas da TI Lago Capanã aquela utilizada para a moradia permanente, com uma comunidade que agrega uma população de 100 pessoas, aproximadamente, e possui uma área com aproximadamente 470 hectares. Trata-se de uma área mínima para a satisfação de tal população, não fosse a Gleba Guariba e outras a serem exploradas por esse grupo de famílias. O terreno encontra-se ainda basicamente florestado, concentrando sua população na frente do lago, sobre a terra firme. O resto da área apresenta um espaço inicial de roças, entremeadas com recursos florestais, sobretudo castanheiras. Exceto o campinho e a parte central do assentamento urbano, percorrem-se trilhas arborizadas para se alcançar as outras casas.

Segundo Adamor, cacique da aldeia, ali há dois castanhais, um, ali na beira, começando por esses indivíduos que sombreiam a frente da comunidade, e outro, já próximo ao fim da área no igarapé Santa Luzia, afluente do Saracura, que deságua no Lago Capanã, já com formação de igapó. Se esses fossem os únicos do povo Mura, não daria um pé de castanha por indivíduo.

Tem sido estratégia do grupo não explorar para caça a pequena área, da gleba Palmeira, lugar de residência dos Mura da TI Lago Capanã pois colocaria as populações animais em risco, impedindo que novas gerações pudessem encontrá-los ali. O risco de extinção local desses animais por causa do afastamento e da exploração é reconhecido na literatura, trata-se de medida consciente a postura da população de não explorar ali para a satisfação das necessidades de carne de caça cotidiana. Os comunitários relataram utilizar como área de caça a montante, no Igarapé Capanã, e mais próximo, do outro lado do Lago Capanã, com grande fartura de barreiros, locais atrativos de porcos do mato, tanto caetitu (*Tayassu tajacu*) como queixada (*Tayassu pecari*), sobretudo na bacia dos Igarapés Papagaio e Jacaré. Vejamos a declaração de Adamor, cacique de Palmeira:

“A gente não gosta de caçar nessa área aqui, a gente caça lá para o alto, para ter pros filhos dos filhos, e a gente quer preservar o pouco que tem prum dia se tornar floresta; tem gente que bota fogo como se não fosse precisar da natureza, vai acabar o seringal dele, cipozal dele a palha dele, o castanhal...é

assim considerações, todo mundo é parente, né? A gente vai pra a luta é em prol de defender o que é nosso.”

Com restrição ao aproveitamento do pouco de caça que há, as atenções voltam-se para a pesca, muito mais farta e que se renova a cada ano. A reprodução de peixes é considerada muito mais viável, pois cada desova implica em milhares de novos indivíduos, onde apenas alguns chegam à idade reprodutiva. Com isso, a pesca torna-se preferencial para os moradores do lago.

A área de 440 hectares possui uma floresta viçosa e rica, pudemos percorrer parte da área e assim anotar alguns recursos observáveis, aqueles que são mais representativos para os Mura. A caminhada alcançou quase 1/6 da extensão territorial da Gleba Palmeira, mesclando áreas de roça com áreas de capoeiras e de florestas. Nas áreas de roça encontramos certo número de espécies perenes úteis, sendo as culturas anuais a mandioca como carro chefe, mas diversificada com bananeiras, abacaxis e outras espécies (**Figura 15**).

Considerando a pequena área percorrida, podemos estimar a existência de certa diversidade, boa parte dela indicativa de ser resultado da presença humana, tal como pesquisas recentes sobre a Amazônia vêm apontando, onde a presença e uso dessas espécies tendem a favorecê-las no conjunto da paisagem amazônica, tornando-as hiperdominantes frente a outras (Levis et al 2017). Numa escala menor, é possível encontrar tal dominância nesse pequeno espaço.

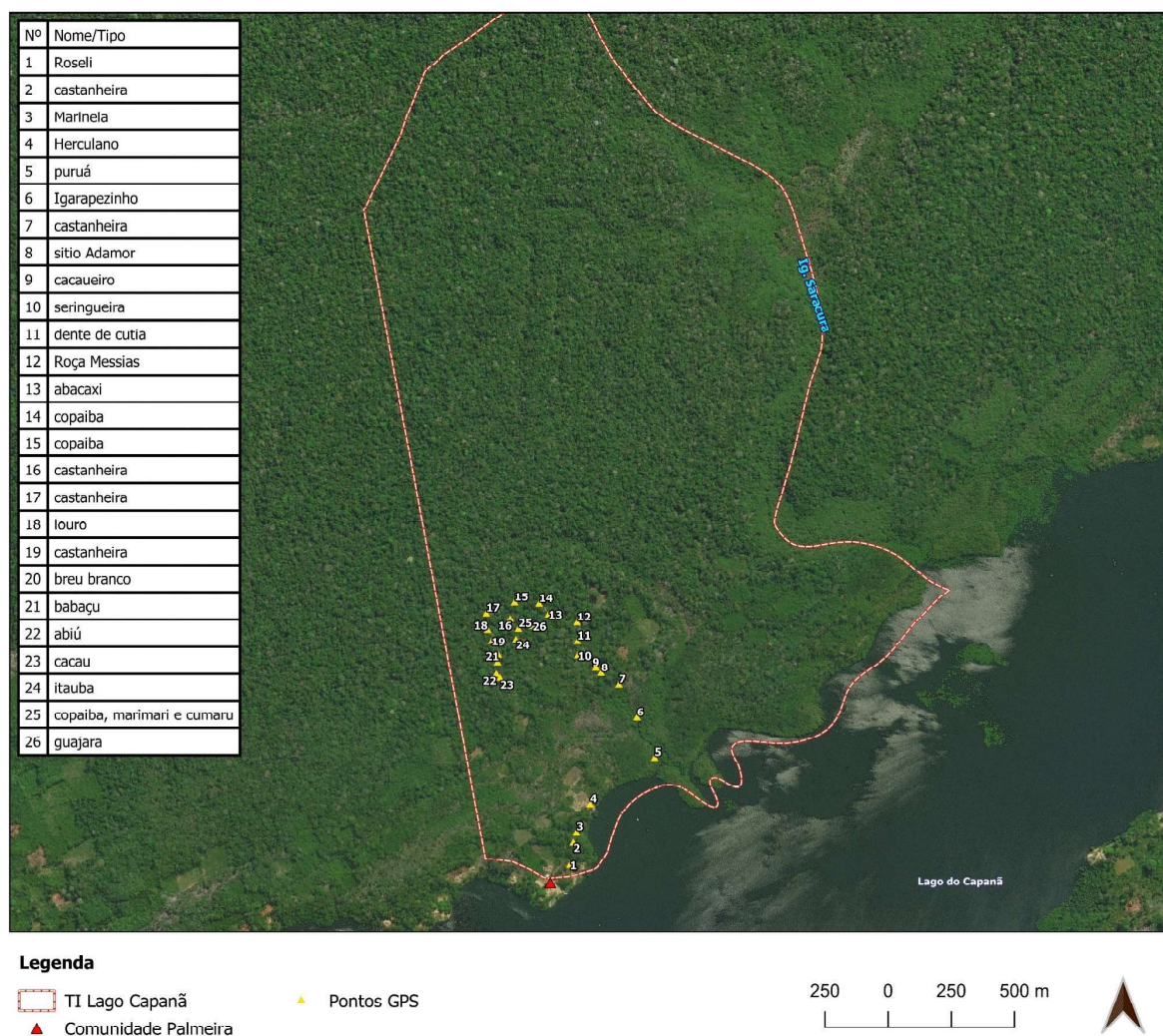


Figura 15. TI Lago Capanã-Área Palmeira; Carta imagem e pontos da caminhada da equipe.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019; Imagem Bing-Virtual

Tal esforço de conservação da gleba só é possível pela existência das áreas distantes onde a floresta fornece recursos para a vida dos Mura, permitindo que o uso da área Palmeira seja destinado às roças e pequenas extrações, bem como ao aproveitamento do castanhal ali existente. Palmeira é considerada uma área pioneira no reconhecimento territorial dos Mura, sendo comum encontrar gente que antes morava ali e que agora habitam outra comunidade do lago do Capanã Grande, demonstrando os laços de parentesco dessa comunidade com as outras vizinhas.

Isso faz da área demarcada um espaço essencialmente florestal, tendo uma frente com igapós, seguida de algumas clareiras de roças e uma área majoritária de florestas ombrófilas, com diversas espécies úteis e algumas com algum valor comercial. Podemos associar tal condição florestal da pequena Gleba Palmeira ao usufruto que faz sua população das áreas, tanto demarcadas (Guariba) como as não demarcadas (Jerônimo, Barriguda, Escondido).

- **Área Guariba**

A gleba Guariba encontra-se na margem direita do Igarapé Capanã, e tem seu uso basicamente associado às comunidades de Palmeira (TI Lago Capanã) e Guariba 2 (área não demarcada). Ali encontram-se as pontas de castanha situadas nos Igarapés Fumaça, Jararaca e Onça, sendo o primeiro e o terceiro limitrofes demarcados desta área (ver Figura 10, item 6.1).

O Igarapé Fumaça foi reportado como via de acesso por trilha para as áreas de uso dos moradores da Terra Indígena Ariramba, situados no Lago Baetas. Nesse igarapé também estão as pontas de castanha de famílias da comunidade Palmeira, e cujo acesso se inicia à beira do Capanã, onde se encontra a barraca de apoio, e adentram para o centro da mata até o castanhal propriamente dito (**Figura 16**).

O Igarapé Jararaca é o único cujas duas margens estão dentro dos limites da gleba. Igualmente possui pontas de castanha de famílias das duas aldeias citadas. Pudemos percorrer a Ponta de castanha do Onça, o terceiro igarapé com boca no Igarapé Capanã. Em agosto, época de nosso campo, estes encontravam-se bem mais secos que na época da colheita de castanha, quando então adentra-se de canoa até a ponta de castanha, onde iniciam o trabalho de percorrer os castanhais (**Figura 16**). As castanheiras se espalham pela floresta densa, entremeadas por outras espécies de árvores reconhecidas como úteis para os Mura; são perceptíveis também os espaços de pesca e as árvores cujos frutos servem de alimento para a fauna. Conhecer esses alimentos auxilia a atividade de caça.

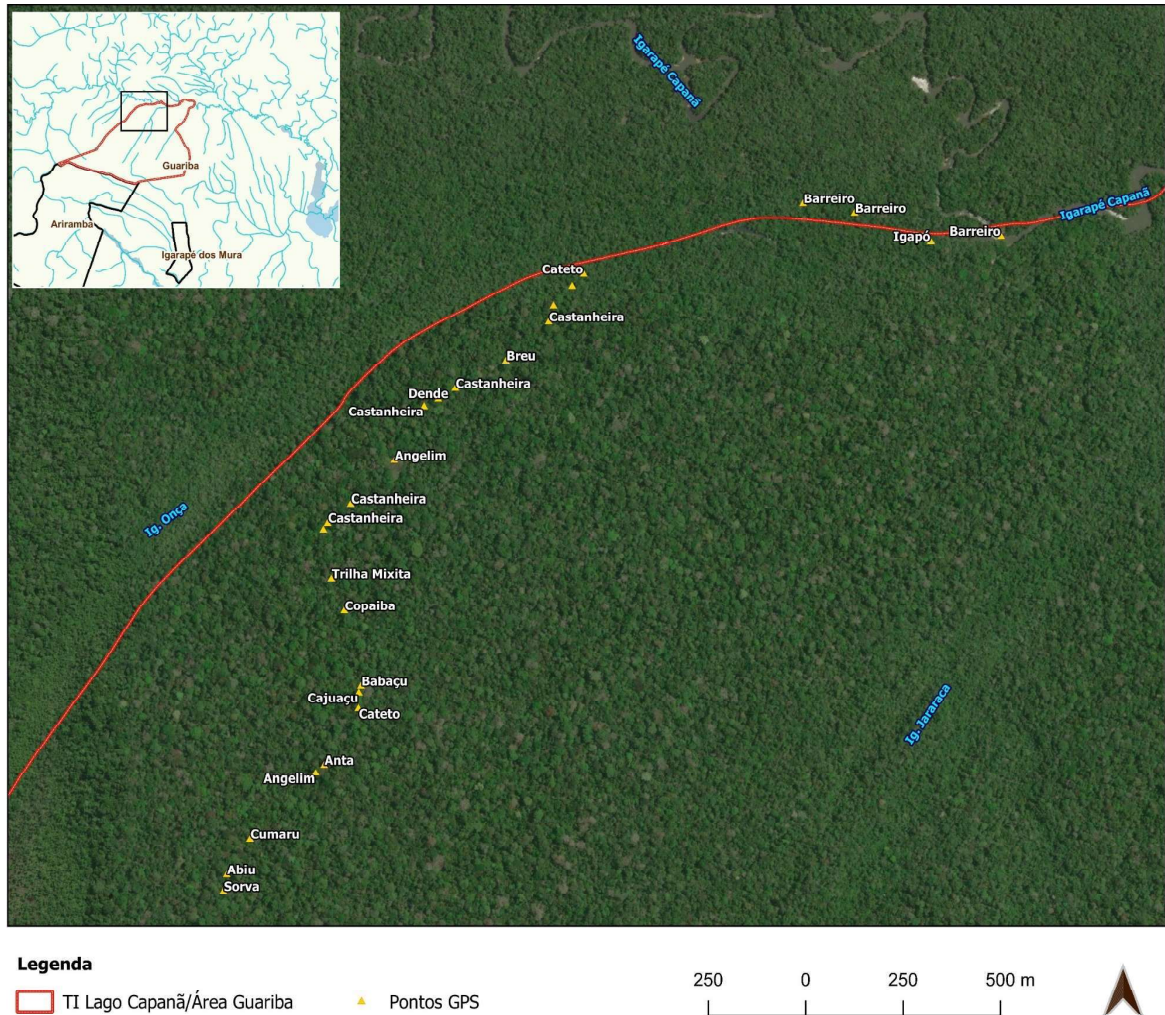


Figura 16. TI Lago Capanã-Área Guariba; Carta imagem e pontos da caminhada da equipe.

- **Antigas moradias**

Os espaços de moradia pretéritos revelam uma dinâmica envolvendo barracas, casas de pouso secundário, seguindo-se a produção de roças, e posterior moradia definitiva, o que formaria, ou uma comunidade de fato ou um sítio com moradia permanente, até que esse espaço fosse substituído por um novo ciclo semelhante. Nas interpretações de imagens orbitais, com base nas informações dos mapas mentais realizados com os Mura, identificamos alguns desses espaços de roça e de moradia do passado. Para efeito de exemplificação, citamos a Comunidade de Santa Bárbara, os sítios de Tatuacu, Capoeirinha e Capoeirão, todos na parte do médio curso do igarapé Capanã, antes de formar o lago e todos estes fora dos limites da Terra Indígena demarcada. Vejamos como se referem a isso, nesse depoimento de Adamor (cacique da comunidade Palmeira) e Edmilson (morador da comunidade Guariba 2), seu pai, quando indagados sobre a finada Arlinda²⁷ (avó de Adamor):

Edmilson:... *mas quando a Arlinda veio pra cá... aqui já existia. Eu vou fazer setenta anos e já tinha gente aqui mas era os parente mesmo dela. Que era o Antonio Paulo, Matinho isso*

²⁷ Para ver histórico das relações familiares de Arlinda, ver item 5.32

tudo era gente dela que permaneceram aqui. Tinha Felizberto, João Camilo só que esses já faleceram. Ficaram só ela com marido e as filhas que uma é a esposa do Agnaldo, outra eu estou com ela. Ainda tem o Antonio e o Messias.

Edmilson desse meu filho aí, o Adamor, nasceu ali do outro lado um lugarzinho que meu pai deu, pro avô dele [esse lugar] ainda hoje está lá, bem lá ainda tem mangueira, bacabeira tem um cupuzeiro (cupuaçuzeiro), que é planta deles. Depois vocês [refere-se a Adamor] moraram bem naquela pontinha na maloquinha, meu pai deu para eles morar ali. Inclusive tem um pé de bacabeira que está lá, até rocei ela e deixei lá pra quando viesse encontrar. Por isso eu digo tem aqui e tem uns lá, também. É onde está o umbigo dele. Minha mãe foi parteira dele.

Adamor *minha vó paterna, parteira, era índia também, herdeira de Santa Bárbara, São Carlos²⁸...mas todo mundo respeitou e respeita as áreas de uso todo. Só quando quer, é convidado. Mas aí tem uns que pensam, é terra indígena, pertence a todo mundo... e a gente vai clareando os mais novos. (12 de agosto de 2019: depoimento colhido pela equipe)*

Aí se percebe, pelo modo de apropriação estabelecido por eles, que mesmo não estando esses sítios sendo mais utilizados como moradia, o direito sobre eles é reconhecido, por ser histórico do avô e do qual essas famílias são herdeiras, conforme citadas no depoimento. ,

A decisão de sair de uma dada comunidade e fundar um sítio novo pode se dar pela vontade de criar animais, ou produzir novas roças, em um espaço que pode ser incompatível com a comunidade atual; ouvimos esse relato de Roseli Mura moradora da comunidade Palmeira, por exemplo que inicia um sítio novo no Estirão da Castanheira. Observar esse movimento hoje auxilia a compreensão dos deslocamentos no passado, e indicam que tal mobilidade permanece na atualidade.

Tal dinâmica não significa que não houve espaço ocupado permanentemente, conforme podemos citar a própria Palmeira. Mas revela que a dinâmica socioespacial leva a uma dinâmica onde esses espaços são ora mais populosos e concentrado, ora mais dispersos em sítios.

- **Outras comunidades situadas no lago do Capanã Grande.**

A equipe técnica ambiental deste CI teve a oportunidade de avaliar de perto a região de mais duas outras comunidades Mura, as de Monte Claro e de Igarapé Grande (Mapa 3).

- **Comunidade do Igarapé Grande**

Na comunidade de Igarapé Grande, acompanhando a antropóloga e a liderança da comunidade Palmeira (Adamor Mura) na reunião para explanações dos estudos do Componente Indígena e aplicação do questionário socioeconômico, pudemos conhecer um pouco do entorno e do modo como os comunitários cuidam de sua área. A comunidade Igarapé Grande está na margem direita do lago do Capanã (margem oposta à da TI Lago Capanã), e tem suas moradias espalhadas por sítios em frente ao lago. Com vários laços de parentesco com os habitantes da Palmeira, e tendo ao sul a TI Lago Jauari, localizada às margens do rio Madeira, eles mantêm relações com ambas. Logo que se adentra a comunidade percebe-se a criação de gado (18 cabeças), de pequena escala, com alguns cercados que não somam muito mais que um hectare. Beneficiam-se das gramíneas que vicejam com o período das secas, onde era o leite do lago, ou áreas alagáveis em igarapés marginais.

Segundo os moradores, a pecuária já foi motivo de discórdia com a gestão da RESEX Lago Capanã; hoje as relações melhoraram e há mais diálogo. Quando observamos as capoeiras resultantes das roças pretéritas, muitas ainda abertas no ano 2000 (imagens Landsat 7 ETM do painel Geocover de 2 de agosto de 2000), vemos que sua área é mais extensa que as áreas abertas atualmente. Há uma

²⁸ Refere-se a comunidade Mura de São Carlos e a comunidade Santa Barbara que não se reconhece como Mura e esta situada em frente a comunidade de São Carlos

certa extensão de capoeiras cercando as áreas atualmente utilizadas para criação de gado. Não justificaria, portanto, condenar ambientalmente a criação bovina em pequena escala praticada por essa comunidade, a despeito de as regras de uma reserva extrativista oferecer restrições à prática. Há que se observar a escala com que a atividade é praticada.

A paisagem dos fundos da comunidade do Igarapé Grande é um castanhal plantado e adensado, limpo por baixo e com densidade só alcançável sob manejo humano.

Algumas habitações dessa comunidade vêm sendo repovoadas com espécies arbóreas. Em uma das casas visitadas, separada por um igarapé das casas da comunidade de Nossa Senhora de Fátima, o morador vem cultivando seringueiras em seu quintal, hoje já sombreado por elas, que estão bem concentradas e já escoam seiva pelos cortes caprichosamente realizados por ele. Ele afirma ser possível produzir borracha, embora os preços estejam baixos atualmente.

A Comunidade Igarapé Grande e a povoação não Indígena de Nossa Senhora de Fátima se avizinham nas margens do lago, tanto nessa margem como na oposta, onde ambas possuem espaços de uso. Com um modo de ocupação semelhante, baseada em sítios distantes entre si e pouco adensados, a Comunidade se vê espremida também na sua outra margem, próximo à localidade chamada Porto Grande. Após essa colocação estão outras posses de não indígenas, com suas roças espalhadas por cordões sedimentares. Desse lado do lago, encontra-se a comunidade de Santa Civita, que se mudou do outro lado do rio para esse. Ali se desenvolvem várias roças dos não indígenas ali residentes.

- **Comunidade Montes Claros**

A comunidade Montes Claros é uma pequena povoação sobre uma barranca alta de terra firme na margem esquerda do Lago Capanã, sendo que parte de sua população se espalha, havendo moradores no Igarapé Inajá, considerado como uma região de sítios dos moradores de Montes Claros. A ocupação dessas localidades já era visível em 1984, data das primeiras imagens Landsat, onde, a partir da aldeia, há uma profusão de clareiras de roça, abertas sobre capoeira anterior.

A ocupação dessa margem tem longa data, com diferenças no dinamismo em que a terra foi cultivada: havia mais roças no oeste, direção do Igarapé Inajá, e a partir de 2000 as roças ampliam-se para leste, a nordeste da atual Montes Claros. A comunidade de Montes Claros mescla-se espacialmente com moradores da comunidade Santa Civita, que não se identifica como Mura, havendo casas de não indígenas nas bordas leste da atual comunidade. Ali encontra-se a antiga escola da comunidade Santa Civita, já deteriorada. Essa comunidade majoritariamente mudou-se para a outra margem do lago.

Durante a visita em campo, além de uma reunião com os moradores, parte da equipe técnica ambiental pôde percorrer, à convite dos moradores, um trajeto pela beira, ao leste seguindo para as roças e florestas a nordeste, onde pudemos observar as castanheiras iniciais do castanhal que exploram ali. Observamos que toda a beira teve no passado seringueiras, hoje a maioria encontra-se cortada. Atribui-se isso à desvalorização do produto no mercado regional. Ainda pudemos encontrar alguns Mura que conservam suas seringueiras, a despeito do pouco valor econômico; essa floresta era um seringal, com exploração evidente por muitos anos seguidos, conforme demonstram as marcas já a uma altura que ultrapassa dois metros do chão, em um tronco de DAP >1m.

Partindo de Montes Claros para o interior, temos alguns remanescentes de floresta, com castanhas, e alcança-se um mosaico de áreas de roças e capoeiras, que vem sendo cultivadas há muito tempo, em sua maioria mandiocais para produção de farinha. A comunidade de Montes Claros também privilegia as proximidades de seu espaço de moradia para cultivo com roçados anuais, explorando castanhais e florestas para caça na bacia do igarapé Inajá, que na cheia permite acessar uma extensa área de castanhais.

Os moradores de Montes Claros informaram ser o Igarapé Barroso o fim do território utilizado pelos Mura nessa localidade; sendo essa a última comunidade Mura²⁹ a jusante do lago Capanã, poder-se-ia considerar a delimitação do que seria um território Mura atual no lago do Capanã Grande. Após o Igarapé Barroso, há uma região de terras baixas, com várias entradas, e segue-se a ela a Comunidade de Ponta do Campo, não indígena.

- **Terra Indígena Ariramba**

A Terra Indígena Ariramba contempla uma população que reside a beira do Rio Madeira, e, como já apontado, tem um local de roças, e um local de caça, pesca, extração vegetal, e outras finalidades, com um modelo similar de terras não contíguas e com funções diferentes. Tendo o espelho de água do Lago Baetas como conexão, essas três áreas podem ser visitadas no decurso de um dia.

O pequeno sítio à beira do Rio Madeira, **Comunidade do Baetas**, onde residem, garante apenas alguma roça, e as casas, com alguma criação também. A criação de animais domésticos inclui um porco do mato, caetitu (*Tayassu tajacu*), além das galinhas convencionais. Há muitas árvores frutíferas, algumas menos usuais nessa região: são calaburas (*Muntingia calabura*) abius (*Pouteria caimito*), além das mais comuns bananeiras, cupuaçuzeiros, ingazeiros etc. As moradias são propriamente em frente ao Rio Madeira, cuja hidrovia, com seus navios transitando o dia inteiro, contrasta com a vida calma dos Mura. É o Rio Madeira que fornece água para o uso diário, o igarapé das Mercês e o lago estão muito distantes para essa função. A água é trazida no braço, sobretudo pelas mulheres, e posta a decantar. Essa margem onde habitam já foi afetada pelas cheias do Madeira, o que provocou perdas de todos os bananais e mandiocais que cultivavam. As árvores plantadas ali são adaptadas ao regime de alagamento (**Figura 17**).

²⁹ Sem considerar a comunidade Mura de Igapó Velho, que possui título de propriedade.



Figura 17. TI Ariramba-Área Baetas; Carta imagem e pontos coletados.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019; Imagem Bing-Virtual

Praticamente conjugada à aldeia estão algumas casas de não indígenas, numa convivência pacífica. Os acessos para o lago são os mesmos, não há uma divisão tão evidente. Assim como em volta do lago há outras comunidades não indígenas, com os quais há inclusive laços matrimoniais. Eliane Sousa, no RCID, conta que a Gleba Ariramba abrigou uma aldeia, expulsa de sua própria terra em 1993. Hoje a gleba possui casas de pouso secundário, que garantem pernoite, no caso de alguma coleta mais demorada, ou çaçada.

A formação dessas terras incluem a marca dos cordões, fruto de uma sedimentação pretérita, de sedimentos recentes (geologicamente falando, do quaternário). Assim como o trecho mais interior da Gleba Guariba na TI Capanã, que segue o mesmo padrão de drenagem, com vários igarapés paralelos, com pouca distância entre si (**Figura 9 e Mapa 7**). A floresta densa que ali se forma abriga espécies úteis de árvores e outros recursos. As canoas sendo o meio de acesso a tais áreas, o uso pelos Mura passa por essa destreza, essa competência dentre outras. Com as pequenas rabetas, mesmo com os igarapés pouco cheios há acesso para boa parte dos braços afluentes do Igarapé Baetas, pois a área é relativamente bem servida de tributários, pequenos, porém navegáveis em pequeno porte (**Figura 9**).

Diferentemente do local de habitação permanente, encontramos na **Gleba Igarapé dos Mura** (Queimadinha) um relevo de terra firme, com áreas onde se desenvolvem as roças (**Figura 18**). As roças que pudemos visitar baseiam-se na mandioca como produto principal, e não são extensas; as imagens indicam que a última abertura não excedia 1 hectare. Tais aberturas foram feitas sobre uma vegetação florestal com palmeiras, mais aberta que a encontrada na gleba do Ariramba, provavelmente uma regeneração como a que encontramos nas redondezas da roça já em produção.

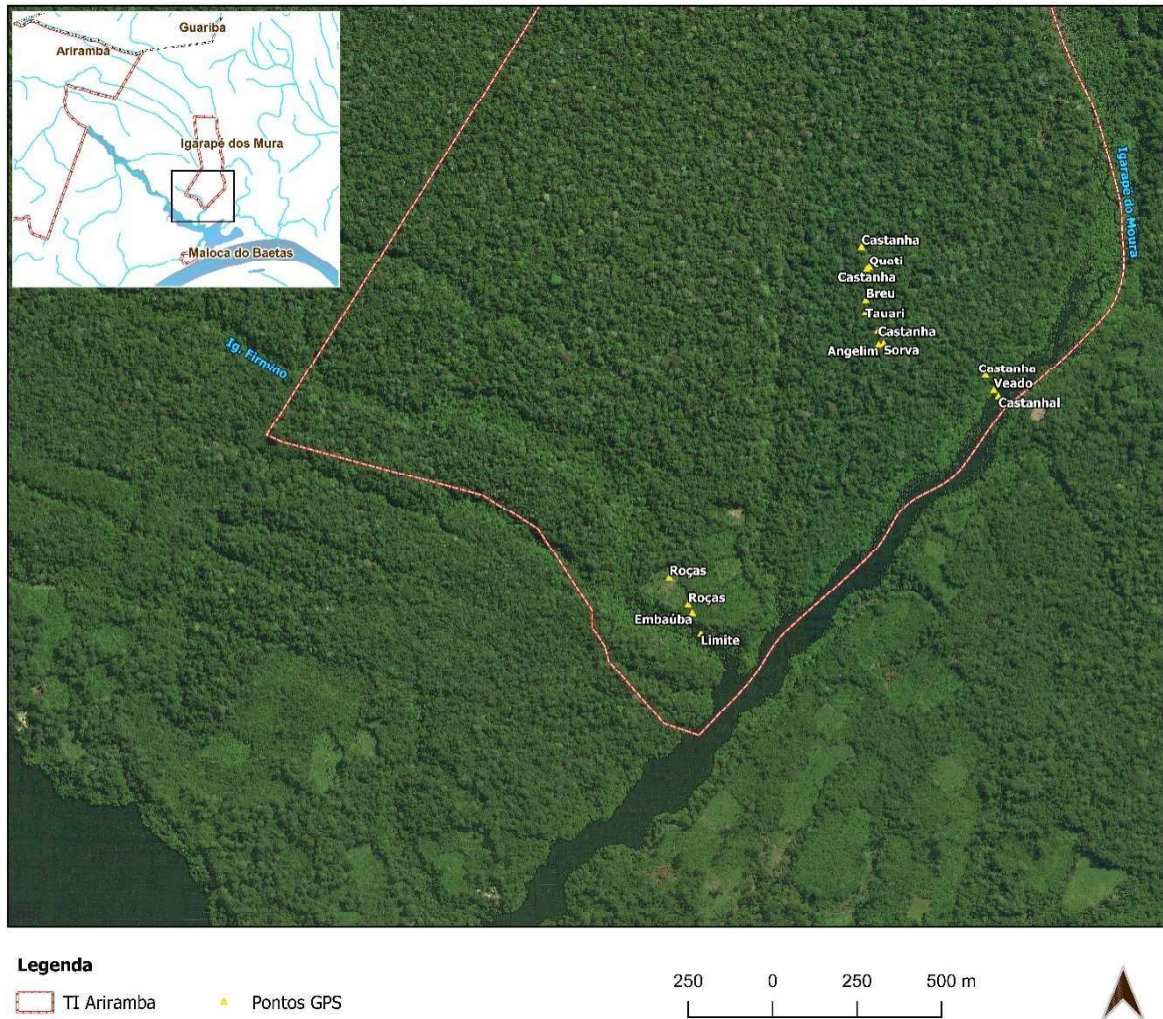


Figura 18. TI Ariramba-Área Queimadinha; Carta imagem e pontos da caminhada da equipe.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019; Imagem Bing-Virtual

Na Gleba do **Ariramba**, um local onde os Mura já residiram (Antiga aldeia Piquiá), eles têm os castanhais e as áreas de uso de recursos florestais e de pesca. Segundo informaram, a pesca no Lago Baetas, bastante frutífera, possui animais diferentes do Rio Madeira e também do trecho do Baetas em que ele é corrente. No trecho onde antes habitavam, conhecido como Piquiá, ainda há uma evidente capoeira, floresta em regeneração e casas que são mantidas como pousos secundários. Pudemos observar ali uma profusão de matrinchãs e jaturanas, o peixe principal e mais cobiçado ali. Conforme disseram, eles não têm medo dos humanos, pois são raros por aqui e se sentem seguros em aparecer nos poços e curvas do igarapé. Para os Mura, ali é um local de pesca esporádica, já que o Lago Baetas encontra-se bem mais próximo e é igualmente piscoso. O igarapé também faz a função de reprodução de espécies que vão povoar o lago (ver **Figura 8**, apresentada no item 6.1).

A expedição à Gleba Ariramba permitiu conhecer, na extensão do Lago Baetas, a abrangência das residências e ocupações não indígenas margeando a parte de lago permanente. tais ocupações rareiam ao distanciar-se, chegando enfim ao trecho em que, já afinado e com água corrente, o curso d'água delimita a terra em sua margem direita (à esquerda de quem sobe o rio). O rio permanece divisa e adentra a terra indígena num ponto sinalizado por placa, e torna-se mais sinuoso, onde encontramos a boca do Igarapé Gavião; na época dos estudos (08/2019) este estava intrafegável, mas existe ali um pouso com clareira e casa, utilizado na época da castanha e em eventuais caçadas.

Rio acima, este serpenteia pela vegetação de igapó, sendo bastante piscoso, é possível observar em vários poços as jatuaranas (matrinchãs, igualmente denominadas), e não distante da boca do Igarapé Gavião temos os abrigos do Sr. Francisco Dato, liderança Mura da TI Ariramba, sendo essa a maior clareira, onde outrora estabeleceram a comunidade de Piquiá, onde moraram por um longo tempo. Trata-se atualmente de uma casa simples, erguida do chão, já fora dos limites do igapó, subindo para a terra firme em terrenos da formação Içá. A clareira indica a profusão de roças no passado, e pudemos percorrer trecho de trilha por ela, em direção ao barreiro ilustrado na Foto 24. Tal barreiro se encontra em área já florestada, não longe das regenerações mais recentes, e as matas ainda apresentam diversos recursos, dentre os quais enumeramos as castanhas, o loro, a itaúba, sorveira, pequiás e abiú. A trilha leva a outra onde é possível alcançar o Igarapé (e castanhal) da Fumaça, já na Gleba Guariba, TI Lago Capanã, conforme pontos apresentados na **Figura 19**, a seguir.

O histórico de mobilidade dos Mura dessa terra indígena não é menor que o já relatado em Lago Capanã: tendo já vivido na Gleba Ariramba e ora residindo nas margens do Rio Madeira, os Mura dessa região já tiveram outras residências que não foram contempladas pelos milites dessa demarcação: uma dessas localidades com a qual mantém um vínculo afetivo está a do Lago Acará. Este lago, contam, vem sendo fortemente afetado pela valorização imobiliária decorrente das notícias do asfaltamento da BR-319, pois a rodovia cruza o lago em seu curso superior.

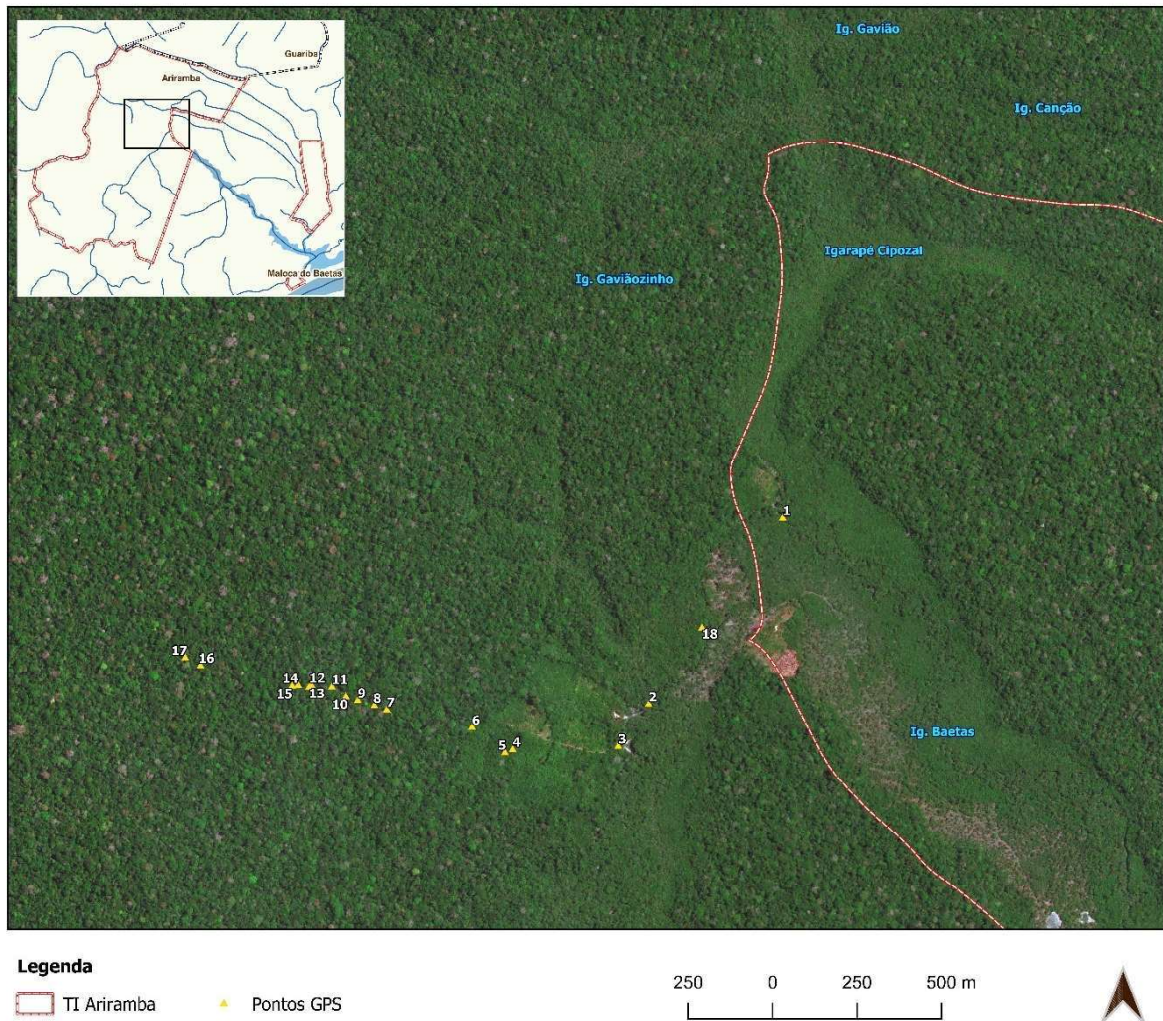


Figura 19. TI Ariramba-Área Guariba; Carta imagem e pontos de caminhada da equipe.

Legenda: 1-Boca Ig. Gaviãozinho; 2-Piquiá (rancho/abrigo); 3- Rancho/Abrigo (Sr. Francisco Dato); 4-Castanheira; 5-Barreiro (caça); 6-Sorveira; 7- Barreiro (caça); 8-Castanheira; 9-Copaíba; 10-Copaíba; 11-Macaco Barrigudo; 12-Copaíba; 13-Itaúba; 14-Copaíba; 15-Louro (Madeira); 16-Castanhal; 17-Abiú; 18-Matrinxã (pesca).

Fonte: Consórcio Etnias, 2019; Imagem Bing-Virtual

O **Lago Acará** é acessível pelo Rio Madeira, adentrando o canal longo antes de chegar ao lago, há muitos jacarés-açu, e nenhum habitante, a não ser na foz. Para se alcançar o local onde habitaram os Mura, é necessário subir até a quase metade do lago, onde já se avista algumas áreas desmatadas. Essa frente encontra-se hoje bem florestada e é delimitada por dois cursos de água, e é formada de terras firmes (Figu.

A localidade possui em vistoso castanhal do qual pudemos percorrer seu início. Há evidências claras de atividade madeireira no local, mesmo à revelia dos Mura que delegaram a um vizinho os cuidados com o terreno. Essa área pode ser considerada ameaçada, pois há uma forte pressão madeireira no lago, com já consolidada ocupação. Sem medidas de proteção, será difícil a manutenção da posse para os Mura, considerando o prognóstico para o lago com o asfaltamento da rodovia e com a conseqüente valorização da terra nesse trecho.

A localidade que os Mura do Baetas (Ariramba) mantém no Lago Acará se justifica como objeto desse relatório porque, a despeito de providências do órgão responsável, eles vêm mantendo sua

presença nesse local e garantindo a posse. Eles prezam tal lote como um quase objeto-símbolo de sua mobilidade enquanto modo de ocupação territorial. Como bons navegadores, fazem das vias fluviais as estradas de acesso dos diversos fragmentos territoriais que lhes sobraram, frente a uma crescente sociedade nacional que cada vez mais ocupa espaços que antes foram suas terras.

6.5.2. Resex do Lago Capanã Grande e a relação entre os Mura e os Extrativistas

A Terra Indígena Lago Capanã é limítrofe à Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, e grande parte das áreas de usos e castanhais da margem esquerda do Igarapé Capanã, incluindo algumas comunidades mura, que ficaram de fora dos limites demarcados da TI Lago Capanã, estão sobrepostas a esta Reserva Extrativista (Resex).

Com área aproximada de 304 mil hectares, a Resex do Lago do Capanã Grande foi criada em 2004 (Decreto Federal s/nº de 03/06/2004), após longo debate e participação das populações e comunidades locais, sendo delimitada antes do processo de implementação da ALAP da área de influência da BR-319 e da efetivação das demais Unidades de Conservação criadas no âmbito do planejamento e ordenamento territorial para mitigação dos potenciais impactos decorrentes e associados à recuperação e pavimentação desta rodovia, ainda que componha esse importante conjunto de áreas protegidas do interflúvio Purus-Madeira na região da BR-319, especificamente no chamado trecho do meio da rodovia.

A Resex do Lago do Capanã Grande é contígua à Unidade de Conservação Federal Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari e aos Projetos de Assentamento Lago Acará e Matupiri, além de limítrofe com as TIs Mura Lago Capanã e Ariramba e com o traçado da BR-319.

No caso da TI Lago Capanã, a gleba Palmeira, área destinada à habitação permanente dos Mura, está inteiramente circundada pela Resex, enquanto a gleba Guariba, área destinada ao uso dos recursos naturais e que abriga os castanhais, é limítrofe à Resex no trecho ao longo do Igarapé Capanã. A TI Ariramba, por sua vez, é contígua à Resex apenas no trecho noroeste da Gleba Ariramba, destinada ao uso dos recursos naturais e exploração da castanha. Entretanto, como apontado ao longo deste relatório, além das comunidades mura e das áreas tradicionais de uso demarcadas da TI Lago Capanã existem outras 07 comunidades e cerca 40 a 50 castanhais explorados pelos mura na região do lago do Capanã, alguns destes em áreas sobrepostas à área da Resex, como podemos ver nos **Mapas 3 e Mapa 11**.

As comunidades Mura *Montes Claros*, *Igarapé Grande* e *Traíra* estão completamente sobrepostas à Resex, enquanto as comunidades, *Guariba II* e *Bom-Que-Dói* apresentam sobreposição parcial de suas áreas de uso e roçados. As pontas de castanha exploradas pelas comunidades mura na região do Lago do Capanã localizados na margem esquerda do Igarapé Capanã estão dentro dos limites da Resex, situação que pode gerar uma série de conflitos e disputas em relação ao direito de exploração e de acesso à terra, ainda que a situação atual, conforme apontamentos e conversas realizadas pela equipe técnica durante os levantamentos de campo nas TIs, indiquem o cumprimento dos acordos de uso entre as áreas de exploração dos reservistas (extrativistas, beneficiários da Resex) e das áreas de direito dos indígenas. (**Anexo 1**. Documentação – 1.5)

De acordo com o contido no Plano de Manejo participativo da Resex (ICMBIO, 21013) a inclusão das comunidades na área dos limites desta Unidade de Conservação, se deu na hora do cadastramento socioeconômico e das entrevistas com a população residente nas margens do Lago do Capanã, incluindo as 6 comunidades mura não inclusas no processo da demarcação da FUNAI em 1998, com divergências principalmente na identidade de quem é indígena e de quem é extrativista e, conforme relatos dos mura durante as reuniões na TI Lago Capanã, devido à pressões e indisposições dos agentes do órgão gestor da reserva à época de sua criação (Ibama) e as vezes utilizando argumentos para

persuadir os indígenas a se afirmarem “extrativistas” visto que não receberiam ajuda nenhuma caso se declararem Mura;

“Aqui tivemos reuniões, veio uma mulher do CNPT deixou a gente totalmente constrangido, humilhado, que a Funai não dá nem lona para fazer casa, que dizer telha. Uma forma de intimidação de humilhação, foram situação que a gente viveu em audiência pública em resistência porque no olhar deles, coordenadores no Ibama, nessa época a resistência era mais forte eram pessoas velhas despreparadas velhas de idade e não tinha uma visão de movimento indígena. Isso era coisa do passado, nos próximos vinte anos não teria mais população indígena não ia mais reconhecer. Com isso a população se identifica e se organiza e estamos aí.” (Ivan Leite, liderança Mura da TI Lago Capanã)

Atualmente a relativa harmonia e, em certa medida, aliança entre as populações do lago do Capanã, fortalecidas em algumas questões socioambientais específicas, como a prevenção de queimadas e o do uso sustentável dos recursos regionais, foi construída ao longo do tempo após a criação da Resex e de início manteve-se conturbada, visto o não reconhecimento das comunidades mura como populações tradicionais da Resex e, sendo assim, o não respeito às áreas de uso tradicional dos mura por parte dos ‘reservistas’ e em parte também ao posicionamento de agentes do órgão gestor da Unidade quando da sua criação, no caso o IBAMA, conforme exemplificado pela fala a seguir:

“A gente estava aqui e a Resex chegou em cima de vocês a margem esquerda é toda RESEX e do lado de lá também. Ela abrange todas as comunidades indígenas, ela vai até o Trairi. Depois, continua os castanhais dessa população aqui segundo os dados que passaram ela só vai até Barreirinha, até lá só, e essa parte aqui não fica dentro da Resex toda essa área que está fora é uso exclusivo da população indígena e teve esse problema que colocaram aqui que os coordenadores da Resex disseram que isso não é indígena, indígena é só a Guariba. E nós resistindo, isso aqui é nosso. Antes os coordenadores do ICMBio nem chegavam até aqui. Mas outros coordenadores, mais novos, mudou o entendimento, hoje a população pode permanecer em suas áreas de costume esse é o diálogo que foi sendo construído. Foi um histórico de resistente. Um novo caminho entre ICMBio e nós. Isso vem se passando e vem acontecendo são coisas que já aconteceram”.

O apaziguamento das relações entre os reservistas e os Mura se deu a partir dos trabalhos e levantamentos necessários para o Plano de Manejo da Unidade de Conservação e o seu zoneamento, com início em 2008, por meio de reuniões e apresentações nas comunidades, incluindo as comunidades indígenas, quando os gestores do ICMBio passaram a manter um diálogo aberto e incluir os indígenas nas atividades de capacitação e reuniões. (ICMBIO, 2013)

Esta atual convivência e harmonia nos acordos de uso, embora ainda apresente conflitos e desacordos na questão da participação dos mura nos projetos e programas aportados para a reserva extrativista, pode vir a se fragilizar com a modificação do padrão de ocupação regional do entorno da BR-319 e com a eventual mudança de entendimento dos objetivos e funções das unidades de conservação (UCs) advindos de novas diretrizes do poder público para a questão ambiental, dentre as quais já discutidas abertamente por setores do governo federal, como a permissão de exploração econômica em unidades de proteção integral e terras indígenas e a diminuição e alteração de limites e até mesmo a revisão e possível extinção de UCs.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o limite Oeste da Resex do Lago do Capanã acompanha a BR-319 por cerca de 70 km, trecho onde é também limítrofe com o PARNA Nascentes do Lago Jari (ICMBIO, 2013), compondo, assim, um dos raros segmentos da rodovia com a presença de áreas legalmente protegidas em ambas as margens, realçando a importância destas UCs na manutenção do padrão de ocupação e na dinâmica fundiária local. Entretanto, a região da Resex próxima à BR-319 não é povoada por comunidades extrativistas e nem conta com a presença de comunidades mura, localizadas atualmente às margens dos tributários do rio Madeira.

Tais apontamentos fazem da relação Extrativistas-Mura e da preservação das condições socioambientais de seus territórios de uso, delimitados, demarcados ou não, aspectos fundamentais para um cenário de governança e sustentabilidade após a recuperação e pavimentação da BR-319, e consequentemente para a manutenção e potenciais melhorias na qualidade de vida das populações tradicionais do lago do Capanã.

Na questão ambiental, a presença da Resex e das áreas de usos tradicionais mura ao longo e nas proximidades da BR-319 atuam como inibidor de ações, práticas e atividades lesivas ao meio ambiente, incluindo aquelas potenciais advindas durante o período da execução das obras de pavimentação da rodovia e no cenário futuro de possível incremento no desenvolvimento regional decorrente da melhoria das condições de transporte entre Manaus e Porto Velho, entra estas as ações de grilagem e especulação fundiária e os desmatamentos ilegais, especialmente por ser esta a região das nascentes de muitos dos tributários do Igarapé Capanã, formador do Lago do Capanã.

6.6 Atividades Produtivas e de Subsistência e o Manejo dos Recursos Naturais

Neste item serão descritas as atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo indígena em questão, bem como uma estimativa da localização e dimensão das áreas utilizadas para este fim. Serão apontadas informações sobre as características atuais da economia do grupo e as relações sócio-econômica-culturais com a sociedade regional.

As atividades produtivas e os usos que fazem dos recursos naturais desenvolvidas por qualquer grupo indígena dependem da relação deste com o espaço ocupado, no caso dos Mura em questão do espaço disponível para sua ocupação, da disponibilidade dos recursos naturais para “*sua sobrevivência física e cultural*” existente neste espaço (território de usos) e o manejo que, culturalmente, exercem sobre as suas unidades de recursos. Ou seja, as atividades produtivas estão intimamente ligadas ao modo de ocupação territorial indígena e à consequente utilização dos recursos naturais, que variam de acordo com os ciclos da natureza, especialmente a dinâmica das águas e o regime das chuvas, e são resultado do reconhecimento de diferentes unidades de recursos realizadas pelos índios. Este saber evidencia a existência de um conjunto de conhecimentos tradicionais que fundamenta o manejo dos recursos pelos Mura traduzindo uma singular forma de aproveitamento da produção natural da região, alternando não somente as atividades, ou a intensidade delas, conforme as épocas do ano como também alternando a ocupação.

A proximidade da água e dos recursos da floresta possibilita as condições necessárias para a subsistência do grupo. Para esta população, dispersa ao longo dos rios, igarapés e lagos a utilização de recursos extrativistas é a base de sua economia. A produção agrícola (roças e fabricação da farinha de mandioca), a pesca, e o extrativismo vegetal fazem parte da base econômica de cada grupo doméstico, demonstrando que sua subsistência está calçada em atividades bem diversificadas. Somente em uma comunidade, Igarapé Grande, nas margens do Lago do Capanã, é que observamos a criação em pequeno porte de algumas poucas cabeças de gado.

Os recursos/produtos advindos do extrativismo animal (peixes, aves, mamíferos e répteis) e os advindos do extrativismo vegetal (frutos, palhas e madeira, castanha) são os mais utilizados para o

consumo direto dos Mura e a exploração de cada produto é bastante variável entre as unidades familiares.

6.6.1 Roça e Criação de Animais

A **agricultura** praticada na área é conhecida por agricultura itinerante, que é um sistema tradicional de cultivo da terra, onde predominam os cultivos anuais e de subsistência. Neste sistema, característico das populações caboclas e indígenas da Amazônia, também denominado "sistema de pousio", o espaço de cultivo agrícola é regionalmente conhecido como "roça", e atualmente, no caso dos Mura, quase inteiramente voltada para o cultivo de mandioca, macaxeira e cará (**Foto 18**).

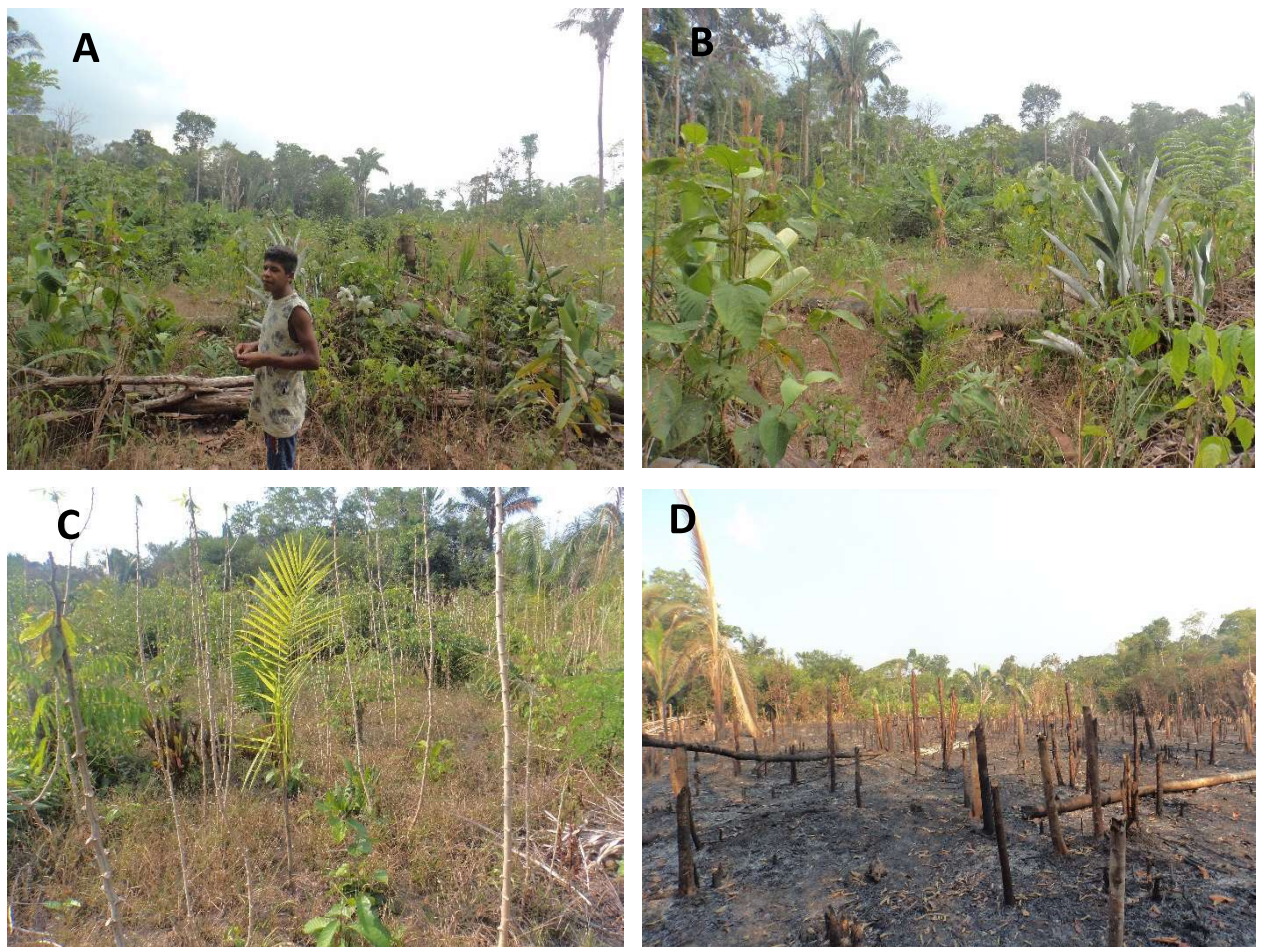


Foto 18. Roçados Mura. Fotos A e B. Roça e policultivo na TI Lago Capanã; Fotos C e D. Cultivo de mandioca e área recém preparada para roçado na TI Ariramba

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

Na maneira tradicional, as roças são preferencialmente cultivadas em áreas de terra firme, que possibilitam um melhor desenvolvimento dos produtos cultivados, além de minimizar o risco de serem alagadas na época das enchentes. As roças podem ser plantadas tanto na mata virgem (ou mata grossa), como nas capoeiras, sendo que na mata virgem a mandioca nasce maior e mais grossa. De preferência, as roças devem ser localizadas próximas às casas, mas muitas vezes, no caso de haver criação de animais que podem estragar o plantio, são estabelecidas em lugares distante da aldeia, onde os animais não possam chegar. Na TI Lago Capanã as áreas de roças estão na gleba Palmeira em

regiões de terra firme próxima aos locais de moradia. Na TI Ariramba, devido à ausência de áreas disponíveis de terra firme e ao tamanho reduzido da gleba onde localiza-se a comunidade as roças são colocadas na gleba do Igarapé dos Mura, também chamada de “Queimadinha”, as margens do lago Baetas, também utilizada para coletas e extrativismo. Fora dos limites das TIs existem ainda inúmeras outras áreas utilizadas para os roçados pertencentes às demais comunidades mura das margens do lago do Capanã, geralmente seguindo as mesmas orientações de plantio e localização, sempre em áreas de terra firme não muito distantes das comunidades, como pode ser observado no **Mapa 11 – Etnomapeamento e Usos dos Recursos Naturais**.

A abertura das roças é feita na época do verão, geralmente no mês de julho, quando não há chuva. O processo de plantação inicia-se com a abertura do terreno escolhido através da derrubada e queima da mata. Após esta etapa é realizada a "coivara", que nada mais é do que a queima dos restos vegetais não atingidos pela queimada inicial. A partir de então, a terra é considerada pronta para o plantio, que é feito no início das chuvas, entre os meses de outubro e novembro.

Todos os anos são abertas novas roças, que são utilizadas para “arrancar” mandioca pelo mesmo período e, quando a mandioca acaba, as roças são abandonadas (sistema de pousio). A melhor época para arrancar a mandioca é na época da cheia, pois com os igarapés cheios, o transporte da mandioca e da farinha é facilitado.

Toda família tem sua roça. Muito excepcionalmente uma família fica sem roça. A principal espécie cultivada nas roças é a mandioca, cuja farinha serve como alimento básico na dieta dos Mura, além de ser uma alternativa complementar de renda para algumas famílias é também um produto de troca entre as comunidades ribeirinhas e os parentes dos lagos baetas e Capanã.

Apesar do predomínio da mandioca, é grande a variedade dos cultivares plantados em menor escala, geralmente em um espaço da roça separado do plantio da mandioca, ou, as vezes, plantadas em sistema de policultivo, dentre elas pode-se citar o milho, a abóbora, a batata doce, cará, macaxeira, maxixe.

A produção da farinha é realizada por cada família individualmente, nas cozinhas construídas próximo às roças, ou às casas; cozinha é o nome dado ao local onde há o forno onde a farinha é torrada (**Foto 19**). Os principais produtos feitos a partir da mandioca são: a farinha d’água (a mais produzida), a farinha seca, a farinha de tapioca e o beiju.



Foto 19. Farinha sendo torrada em forno tradicional-Comunidade Montes Claros

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

Os quintais ou terreiros também constituem unidades de manejo, onde são plantadas inúmeras espécies de árvores frutíferas, temperos e plantas medicinais, nativas ou exóticas. Em geral, este é o espaço de cultivo das mulheres, que plantam ao redor da casa. Algumas das espécies como a banana, melancia, abacaxi, cana, mamão, caju, limão, laranja, ingá, puruí, goiaba, cupuaçu, abacate, manga, jambo, tangerina, côco de praia, cupuaçu, cacau, jaca, maracujá, açaí, tucumã, pupunha, castanheira, buriti, bacaba, açaí e outras menos usuais nessa região, incluindo calaburas (*Muntingia calabura*) e abius (*Pouteria caimito*).

A **criação de animais** é voltada praticamente para o consumo ou para a venda entre os próprios Mura. Em todas as comunidades Mura do lago do Capanã Grande e da TI Ariramba são criados soltos galinhas, patos e alguns perus. A criação de porcos é pequena e nas comunidades Mura do lago do Capanã Grande e está reduzida à comunidade Traíra que possui uma criação com 20 porcos mantidos em um flutuante ancorado as margens do igarapé de mesmo nome. Na TI Ariramba, por sua vez, a criação de animais domésticos inclui ainda um caetitu (*Tayassu tajacu* – **Foto 20**).